

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 681
15 de Janeiro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

reportagem reportagem

A recente reintegração de quatro sindicalistas da **Casa Hipólito**, em Torres Vedras, após suspensão ilegal, uma batalha jurídica que durou cinco anos e quatro meses e produziu sete sentenças (seis das quais ganhas pelos trabalhadores), veio mostrar mais uma vez que a arbitrariedade e o abuso do poder económico patronal podem ser sustidos e derrotados, se se enfrentam com decisão. O «caso Hipólito» demonstrou, sobretudo, que **vale sempre a pena lutar!**

Págs. 1, 2, 3 e 4/**Em Foco**

reportagem reportagem

A luta contra os despedimentos e a má gestão na Companhia Vidreira Nacional tem vindo a agudizar-se. Está também a ser renegociada a tabela salarial. O plenário de trabalhadores realizado na segunda-feira marcou uma concentração para dia 19, às 14.30, junto às instalações da empresa e manditou as ORT's para definirem as formas de luta mais adequadas à defesa da **COVINA** nacionalizada, de quem nela trabalha e dos interesses nacionais gravemente lesados.

Págs. 4 e 5/**Semana**

reportagem reportagem

O **regadio sem água** é o título da primeira reportagem sobre a região algarvia que publicamos nesta edição. A propósito da realização no final do mês das 2.ªs Jornadas Algarvias do PCP, iniciativa aberta de estudo e debate sobre os principais problemas da região, a reportagem do «Avante!» foi ao distrito mais ao sul de Portugal à procura da outra face do Algarve. Hoje o tema é a agricultura. Seguir-se-ão as pescas e o turismo.

Págs. 6 e 7/**Em Foco**

reportagem reportagem

GOVERNO DERROTADO NO PARLAMENTO

VITÓRIA DA REFORMA AGRÁRIA

Págs. 6 e 7/**Semana**

31 DE JANEIRO

JORNADA NACIONAL DE LUTA

ALARGA-SE MOBILIZAÇÃO

Págs. 1, 2, 3, 4 e 8/**Semana**

PCP

1.ª ASSEMBLEIA DO SECTOR INTELECTUAL PORTO

Domingo, às 10 horas, na Faculdade de Económica do Porto
Sessão de encerramento com Álvaro Cunhal às 18 horas

Págs. 7 e 8/**Semana**

Necessária resposta de massas

A questão da alternativa democrática ao Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD assume no momento actual incontestável relevância como condição necessária de uma política democrática alternativa.

A imperiosa necessidade dessa alternativa de governo e de política a Cavaco e ao cavaquismo que preconizamos não pode ser tomada como um processo de intenção ou de agitação política movido pelos comunistas para provocar a queda do Governo.

Resulta da verificação prática da natureza antipopular de classe da equipa governante, da sua estratégia contra-revolucionária em desenvolvimento, da convicção dos perigos iminentes que ameaçam o regime democrático e a própria independência nacional no caso de não se pôr atempadamente cobro à sua continuação no Poder.

Resulta, além disso, da comprovada incapacidade de resposta do Governo Cavaco/PSD para os complexos problemas do nosso tempo e do nosso atraso económico, social e cultural, agravados nos últimos dez anos por sucessivos governos alinhados à direita, activamente empenhados na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

A realidade desta política e as suas previsíveis consequências e perigos não podem deixar de se impor à consideração, ao exame e à acção concertada e convergente dos partidos e das restantes forças sociais e políticas e de todos os portugueses que se situam nas coordenadas de Abril.

É, pois, tempo de encarar de frente esta realidade e de tirar necessárias e concludentes ilações políticas.

É tempo de pôr as forças democráticas e os democratas e patriotas mais responsáveis diante das suas responsabilidades.

É tempo de dizer àqueles que ainda hoje se deixam dominar por inconcebíveis alergias políticas e preconceitos relativamente a potenciais aliados numa patriótica causa comum que as suas ambições de hegemonia política absoluta ou em partilha com inimigos da democracia são irrealizáveis e quiméricas. São, além disso, politicamente suicidas.

É tempo de dizer àqueles que têm nas suas mãos os meios e possibilidades institucionais de operar uma necessária mudança democrática do Governo e se recusam a fazê-lo que tal atitude os torna co-responsáveis das consequências desastrosas da política actual e não lhes trará seguramente os proveitos políticos que pretendem.

A convergência entre os partidos da oposição democrática maioritária tem permitido arrancar importantes vitórias parciais contra algumas perigosas medidas do Governo. É imprescindível um salto qualitativo dessa convergência para uma vitória democrática decisiva sobre a direita governante.

O Governo minoritário Cavaco/PSD é um governo que utiliza abusivamente o Poder para reforçar-se ao mesmo tempo que manobra com as hesitações e discrepâncias

de ordem secundária alçadas em obstáculos de primeiro plano entre os partidos da oposição democrática maioritária.

O Governo dispõe dessa arma poderosa que é o domínio executivo do aparelho de Estado, da máquina administrativa por onde vai disseminando os seus homens de confiança, dos importantes recursos materiais e financeiros que maneja na penumbra dos gabinetes na prossecução dos seus objectivos restauracionistas. Conta além disso com a aliança e o apoio dos círculos mais reaccionários do capital financeiro Internacional e do Imperialismo.

Mas a principal força do Governo minoritário é o atraso no entendimento dos partidos democráticos para uma alternativa.

Os que contam com o desgaste do Governo Cavaco/PSD para uma utópica «alternância» no Poder jogam uma parada sem sorte.

Cavaco e toda a direita restauracionista, maneando poderosos meios, trabalham para alterar o quadro actual das forças políticas a seu favor e para alargar decisivamente a sua base eleitoral na hipótese, que procuram inocular na opinião pública, de eleições legislativas antecipadas.

O «papão» comunista é desesperada e descartadamente agitado para conter os impulsos à convergência e à unidade de acção dos democratas, para travar um rumo que levaria infalivelmente à derrota e ao fim do consulado cavaquista.

É significativo que o Governo e toda a direita restauracionista e os seus órgãos de comunicação social em coro, a propósito da aprovação da lei da Rádio, chamem à convergência no voto dos partidos da oposição democrática maioritária na Assembleia da República a «frente popular unida», a «frente popular», ou a «frente jacobina contra a Igreja» e com isso pretendam influir na promulgação da lei pelo Presidente da República.

Há «boas almas» no campo democrático «abertas» a esta argumentação divisionista mas não é crível que nos círculos mais responsáveis da oposição democrática esta estafada tática possa ser levada a sério.

É por isso incompreensível que o PS e a sua nova direcção agitem com tanto ênfase os perigos de uma «crise política», por iniciativa do Governo, e mostrem tanto receio de uma demissão a curto prazo da equipa cavaquista.

É, por outro lado, desejável que à sadia alteração do quadro político-partidário institucionalmente sancionada nas últimas eleições legislativas não suceda agora uma guerra intestina sem princípios das forças democráticas pela hegemonia e pelo desgaste mútuo, que só redundaria em benefício do projecto da direita restauracionista e da contra-revolução.

O PS e o PRD têm com o PCP uma indeclinável responsabilidade numa necessária convergência política superior que viabilize uma alternativa democrática e a exigente viragem na política nacional que assegure a defesa e consolidação do regime democrático e das suas conquistas, a continuação de Portugal de Abril.

Um papel determinante e decisivo na luta por uma alternativa democrática cabe ao movimento operário e popular de massas. O ano de 87 segue-se a um ano de importantes lutas de massas e de vitórias significativas do movimento operário, uma das quais de significado particular — a ruptura do tecto salarial que o Governo pretendia impor.

Contra a classe operária das fábricas, dos campos e do mar, contra o pequeno e médio campesinato e os pequenos e médios industriais e comerciantes; contra amplos sectores sociais da saúde, do ensino e da cultura; contra a criação e alargamento efectivos de oportunidades para os jovens, o Governo minoritário Cavaco Silva/PSD, sob a capa de uma demagogia alienante, move principalmente a sua guerra restauracionista do poder económico e político dos monopólios cujo vínculo central é a exploração agravada dos trabalhadores.

Ainda o primeiro mês do novo ano não vai em metade e já o Governo de direita abriu hostilidades em todos os terrenos. Logo no começo de Janeiro a cobertura ao despedimento sem remissão de cerca de 300 operários da MDF, cuja empresa está em vias de ser encerrada; depois o desemprego para 1500 médicos policlínicos e iniciativas a nível legislativo para alterar a gestão democrática dos hospitais; antontem o encerramento definitivo dos Estaleiros da Parry & Son — os mais antigos do País — e o consequente desemprego de 400 operários a quem são devidos 18 meses de salários em atraso e a supressão do suplemento de reforma a mais 300 reformados da empresa; a não colocação até agora de 1000 professores, o não ingresso no quadro geral de mais 12 000 professores primários e a concorrência de 12 000 candidatos a apenas 450 vagas no professorado; antontem, ainda, uma ostensiva provocação à Assembleia da República, que na passada semana aprovou projectos impeditivos de novas arbitrariedades do Governo, a marcação para ontem de uma reserva ilegal contra uma UCP/Cooperativa da Reforma Agrária.

Qualquer português medianamente informado sabe que o Governo mente quanto aos «progressos» da economia nacional e do teor de vida do povo que apregoa lá onde não pode ser contestado. Na TV, nas «reuniões» arregimentadas que o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo convocam com afã por vários pontos do País, a equipa cavaquista alardeia resultados que a realidade desmente.

O desemprego não baixou, a degradação do mercado

do trabalho acentuou-se com a intensificação do trabalho precário e selvagem, com a generalização dos contratos a prazo; os salários em atraso continuam a atingir em média 100 000 trabalhadores — é exemplificativo da mistificação, do Governo a exclusão das listas oficiais, entre outras empresas, da Fábrica da Lolça de Sacavém, da Lisnave, do Hotel Flórida, abrangendo no conjunto 5000 trabalhadores, com salários em dívida que ultrapassam os 2 milhões de contos.

Como «bónus» do Ano Novo para os agricultores o Governo fez publicar no dia 6 o decreto-lei que altera e põe em execução o celerado Imposto sobre a Indústria Agrícola que estava suspenso desde os anos sessenta.

Aumentam sobre a economia portuguesa as pressões e restrições impostas pelos monopólios da CEE. Projectos de desmantelamento e de reduções da nossa produção afectam já empresas nacionalizadas como a Quimigal, a Petrogal, a Siderurgia Nacional, a TAP e outras.

Em nome dos «benefícios» da adesão à CEE, que os portugueses sofrem já na pele neste seu primeiro ano «europeu», o Governo Cavaco Silva/PSD promove a devastação nos nossos campos, tenta impor — e impõe já de facto por métodos da margem da lei — a chamada «flexibilização» das leis do trabalho ao abrigo das quais os trabalhadores portugueses seriam privados de quaisquer garantias de emprego e direitos sociais.

As acções programadas para o período imediato pela CGTP-IN e pelas ORTs de várias regiões e sectores representam uma decisão responsável do movimento operário português que é dever de classe discutir e organizar no plano nacional.

A jornada diversificada de luta de 31 de Janeiro é uma iniciativa que aponta para a mais larga mobilização e participação dos trabalhadores.

Grandes reuniões e plenários de região, de localidade, de sectores profissionais e de empresa estão convocados, disso resultará um novo salto de consciência dos operários industriais e agrícolas, dos empregados, dos trabalhadores da saúde, do ensino e da cultura, de estudantes e professores.

A experiência mostra que só a luta firme, unida e organizada dos trabalhadores obrigará o Governo de direita a recuar.

É um dever dos comunistas e todos os portugueses progressistas contribuirem com todas as suas forças e iniciativa para essa necessária resposta de massas à política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo minoritário de direita, de darem o seu contributo decisivo para a concretização de uma alternativa democrática de governo e de política.

As iniciativas e às manobras de diversão e de divisão das forças democráticas empreendidas pelo Governo minoritário de direita e por todas as forças reaccionárias oponhamos a convergência, a acção comum, a unidade de todos os democratas e patriotas.

Resumo

7 Quarta-feira

Reúnem-se delegações do PS e do PRD ■ Sindicato dos Médicos da Zona Sul defende que os 1500 policlínicos desvinculados dos hospitais permaneçam nos seus postos de trabalho ■ O Sindicato da Hotelaria do Sul acusa Rui Seabra de, como administrador da Quall, «coagir» trabalhadores efectivos de restaurantes e bares da linha Norte da CP para assinarem contratos a prazo ■ Dirigentes e activistas sindicais da panificação, sem contratação colectiva há mais de 5 anos, levam ao ministro do Trabalho um «casqueiro» com recado: «Ao Governo do café / Que tudo quer, tudo come / Nós trazemos este pão / Que é o pão da nossa fome.» ■ Montalvão Machado, dirigente do PSD, depõe perante o magistrado que investiga o caso de corrupção na PJ do Porto ■ Os ferroviários franceses votam pela continuação da greve, que dura há 3 semanas e está a ampliar-se no sector público ■ Aviação francesa e libaneses bombardeiam regiões a norte e a sul do paralelo 16, a «linha vermelha» que divide o Tchade ■ Um atentado em Beirute Oriental contra o antigo presidente libanês e dirigente veterano da direita Camille Chamoun provoca 6 mortos e 31 feridos ■ A TASS, citando a agência noticiosa vietnamita, informa que na segunda-feira uma incursão chinesa em território do Vietname foi «repelida», 500 chineses postos «fora de combate» e capturada «considerável quantidade» de armas ■ O Senado dos EUA decide criar uma comissão especial encarregada de investigar as vendas de armas ao Irão e os desvios de dinheiro para os «contras» da Nicarágua ■

8 Quinta-feira

A AR aprova projectos de lei do PS e do PRD sobre a Reforma Agrária e a entrega de reservas ■ A União dos Sindicatos de Braga acusa o Governo de fechar os olhos ao aumento do trabalho infantil e às ilegalidades ■ Plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais e membros de CT's de Aveiro manifesta «apoio total» à jornada de luta de 31 de Janeiro ■ O Sindicato dos Jornalistas manifesta-se favorável à promulgação da Lei da Rádio pelo PR ANGOP revela que tropas sul-africanas fizeram incursões no Sul de Angola entre 13 de Dezembro e 5 de Janeiro, atacando duas vezes tropas das FAPLA e raptando 3 soldados ■ Uma declaração do Governo soviético acusa os EUA de deitarem «lenha» no fogo da guerra irano-iraquiana e afirma que a paz é «objectivamente» possível e deve assentar na confirmação das fronteiras existentes antes da deflagração do conflito, há 6 anos.

9 Sexta-feira

O general Firmino Miguel é empossado no cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército ■ AR aprova leis do ambiente e da constituição de associações de defesa do ambiente ■ Para «consultas de natureza política» o Presidente da República recebeu Álvaro Cunhal e os secretários-gerais do PSD e do PS ■ Secretariados das UCP's/Cooperativas e sindicatos agríco-

las da Reforma Agrária consideram «uma vitória, embora parcial» a aprovação na AR dos projectos de lei que retiram ao ministro da Agricultura poderes para a demarcação de reservas, pois «subsistem ainda alguns perigos e ameaças» ■ Alunos do ISCAP (Porto) retomam as aulas, após o secretário de Estado do Ensino Superior prometer a pronta colocação de professores ■ Plenário de policlínicos cria uma Comissão Nacional dos médicos desvinculados e exige a abertura imediata de vagas e a recolocação ■ A bolsa de Nova Iorque passa pela primeira vez o índice dos 2000 pontos de média «Dow Jones» ■ O Governo sul-africano decide limitar ainda mais a liberdade de informação, após a publicação, ontem, em 22 jornais, de um anúncio apelando à legalização do ANC ■ O Irão anuncia ofensiva militar no canal de Shatt Al-Arab ■ A Casa Branca divulga um documento oficial que prova que Reagan aprovou a venda de armas ao Irão para obter a libertação de americanos sequestrados no Líbano e uma «aproximação» de elementos moderados iranianos ■ A imprensa filipina revela que o regime de Marcos forneceu falsos certificados de compra de armas aos EUA, as quais foram enviadas para o Irão

10 Sábado

Zita Seabra afirma em Aveiro que o projecto de lei-quadro das regiões administrativas do PCP tem o mérito de encaminhar para as assembleias municipais a discussão do processo de regionalização do país ■ A Comissão Nacional do PS analisa projectos de lei sobre regionalização e apresentar na AR ■ Festa no Coliseu de Lisboa assinala 11.º aniversário de



«o diário» ■ O «Expresso» afirma que Portugal, através da empresa DEFEX, vendeu, desde 1984 e até Outubro passado, 1900 toneladas de material de guerra aos «contras» da Nicarágua ■ A família Espírito Santo, segundo «El País», pode estar implicada numa rede de evasão de divisas ■ «De Sagres a Macau, no rumo da solidariedade, da fraternidade e da paz entre os homens» — diz a mensagem enviada pelo presidente da CME de Vila do Bispo através dos 3 homens que partiram para um voo aéreo de 30 mil quilómetros ■ Numa mensagem enviada a Perez de Cuellar, Gorbachov reafirma o empenhamento da URSS na concretização de medidas para um mundo pacífico e livre de armas nucleares ■ A rádio estatal tchadiana anuncia que em 24 de Outubro e «a pedido dos partidários de Ued-dei» foi firmado um acordo entre as milícias deste ex-presidente e o exército de Hissene Habré.

11 Domingo

A DOR do Alentejo do PCP afirma, a propósito da recente legislação aprovada na AR, que «não deve

haver mais entregas de reservas» ■ A JCP apela à intensificação das acções de solidariedade com os jovens e o povo da África do Sul ■ O PSD está a realizar uma campanha de propaganda para convencer os portugueses que «Governar melhor é assim»; foram editados 5 folhetos, com uma tiragem global de 2 milhões de exemplares ■ Herminio Martinho afirma que o PS «não quer ser alternativa e não quer eleições» ■ Georges Marchais denuncia as «grosseiras violações» dos direitos do homem, as perseguições e repressão do governo francês contra os trabalhadores em luta ■ Entra em vigor a nova Constituição na Nicarágua ■ URSS, Vietname, Kampuchea, Laos, RPD da Coreia e Mongólia manifestam-se favoráveis à «normalização» das relações com a RP da China ■ Os EUA recusaram vistos de entrada a 820 estrangeiros em 1985 por razões políticas, informa a TASS.

12 Segunda-Feira

CGTP-IN afirma que só a firmeza dos trabalhadores garantiu o aumento dos salários reais em 1986 e apela à intensificação da luta em 1987 para evitar novo agravamento das condições de vida ■ O escudo sal beneficiado do acordo dos ministros das Finanças da CEE sobre as paridades no seio do sistema monetário europeu; o marco da RFA e o florim holandeses valorizam-se 3%, os francos belga e luxemburgueses — 2%, a libra irlandesa, a coroa da Dinamarca, o franco francês e a lira italiana mantêm-se ■ O «New York Times» revela que a administração dos EUA marcou para 5 de Fevereiro um teste nuclear e planea efectuar um total de 6 ensaios no primeiro trimestre de 1987 ■ Wojciech Jaruzelski inicia uma visita de três dias a Itália ■ O presidente do Peru apela aos países latino-americanos para que ofereçam à Nicarágua um por cento das verbas gastas com armamento ■ Os juizes que instruíram o processo do atentado na estação de Bolonha afirmam que Andreotti, actual MNE italiano, favoreceu as carreiras dos terroristas Gelli e Pazienza nos serviços secretos quando era ministro da Defesa.

13 Terça-feira

Luis Sá afirma em Coimbra que há partidos a tentar entrar no processo de regionalização ■ Ramalho Eanes manifesta-se favorável a um Governo «de centro-esquerda» e lança um desafio ao PS para que tome a iniciativa nesse sentido ■ Preços aumentaram 11,7% no ano passado relativamente a 1985 e excluindo a habitação, revela o INE ■ CDS acha particularmente grave que seja «retirado ao ministro da Agricultura o poder de atribuição de reservas» na Reforma Agrária ■ Barreto marca a entrega de uma reserva em S. Luis, Odemira ■ A APU declara que a decisão da CM de Lisboa de reprimir pinturas murais «é orgânica e materialmente inconstitucional» e pretende «desviar as atenções das questões fundamentais que a Câmara não resolve» ■ João Paulo II e Wojciech Jaruzelski encontram-se no Vaticano ■ Deng Xiaoping afirma, comentando as recentes manifestações estudantis na China, que o movimento não teve «um bom guia» ideológico.

Semana

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 681

15 de Janeiro de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Uma vitória da Reforma Agrária

Ao votar favoravelmente dois projectos de lei que retiram poderes ao Ministério da Agricultura na atribuição de reservas na zona de intervenção da Reforma Agrária, transferindo essa competência para os tribunais administrativos, a Assembleia da República manifestou inequivocamente, faz hoje oito dias — pese embora as pressões e chantagens exercidas pelo Governo sobre alguns grupos parlamentares —, qual a sua vontade política e legislativa sobre esta matéria, posição de grande alcance e significado que no imediato se traduz numa importante vitória da Reforma Agrária e numa pesada e amarga derrota do Governo de Cavaco Silva e do seu ministro que detém a pasta da agricultura, Álvaro Barreto.

Com esta decisão parlamentar — não é de mais recordar que a iniciativa legislativa pertenceu ao grupo parlamentar comunista — os trabalhadores agrícolas do Sul vêem coroada com êxito uma persistente e corajosa batalha de esclarecimento pela verdade e pela reposição da legalidade democrática, uma luta constante e incansável de denúncia dos abusos de poder e arbítrios cometidos pelo Ministério da Agricultura, do seu propósito inconstitucional de liquidar a Reforma Agrária e reconstituir o latifúndio.

Ao aprovar os dois diplomas, a maioria democrática da Assembleia da República afirmou a sua vontade de pôr cobro às ilegalidades e ao sistemático desrespeito pelas decisões judiciais que têm pautado a acção governativa, decisão que reconhece ao mesmo tempo, e consequentemente, a razão e o acerto da luta heróica dos trabalhadores ao longo de mais de dez anos.

Legítimo é, pois, afirmar que algo — e não foi pouco —



mudou. A utilização sistemática de expedientes, os mais diversos e sob os mais variados pretextos, para entrega de terras a agrários sofreu um duro golpe. A actividade abusiva, ilegal e arbitrária do MAP tem hoje pela frente um novo quadro legal e a oposição da vontade política e legislativa maioritária da Assembleia. As UCPs/Cooperativas agrícolas, desde a sua formação empenhadas em produzir e criar riqueza, é finalmente proporcionado, como se espera, um mínimo de estabilidade na exploração da terra.

Conhecido o seu desrespeito pela lei e o seu pendor totalitário, não são de excluir do ministro, entretanto, acções conducentes a despossar de terras as unidades de produção da Reforma Agrária.

Tais desafios não passarão, porém, sem resposta. O renovado direito de resistência dos trabalhadores agrícolas impedirá que tais actos ilegítimos e reprováveis passem no terreno. A legalidade e o regime democrático constitucionalmente saído do 25 de Abril assim o exigem.

Jornada de luta em 31 de Janeiro

Embora elevada e constante a mobilização deve crescer

• Manifestações e concentrações previstas por todo o País

Segundo a CGTP-IN, prossegue por todo o País a mobilização para a jornada nacional de luta que a Central promove no próximo dia 31. No Porto (ver página 6) a União dos Sindicatos convocou para a tarde desse dia uma manifestação. As informações obtidas até agora assinalam boa participação sindical, especialmente nos distritos de Viseu, Lisboa e Setúbal, Porto, Aveiro, Coimbra, incluindo a Figueira da Foz, Évora e Castelo Branco. Neste último, estão marcadas manifestações em Tortosendo e na Covilhã. Decidida pelo Plenário da CGTP, na sua reunião de meados de Dezembro, a jornada nacional de luta coincide com movimentações em diversos e muito amplos

sectores de actividade, com destaque para os trabalhadores da Reforma Agrária, Poder Local, comércio e serviços, ferroviários, metalúrgicos, médicos, enfermeiros, bancários, professores. A par das lutas nas empresas e por sectores, o movimento sindical unitário tem desenvolvido uma alargada acção local, principalmente através de plenários distritais donde em geral têm saído decisões para a realização de

Aderem à jornada os reformados, os jovens, as mulheres

As organizações dos chamados sectores específicos dentro do movimento sindical, as comissões de trabalhadores e outras

concentrações e manifestações nas capitais de distrito, noutras cidades e vilas no próximo dia 31.

Conforme se sabe, os objectivos centrais da jornada a efectuar sob o lema «pelo emprego, salário em dia, uma vida melhor» são «pelo direito ao trabalho, pelo direito ao salário e melhores condições de vida, pelo cumprimento da legalidade democrática, por uma nova política e um novo governo».

estruturas representativas dentro das empresas e sectores têm efectuado reuniões, encontros e plenários, têm desenvolvido con-

tactos e promovido amplos esclarecimentos sobre a jornada nacional do dia 31, à qual têm aderido as organizações de reformados, jovens e mulheres trabalhadoras. O mesmo acontece com as estruturas intermédias da CGTP-IN, como sejam, as Federações e Uniões distritais e locais.

Nas reuniões e plenários sindicais de âmbito variado têm sido tratados os problemas mais sentidos pelos trabalhadores, quer ao nível das empresas (desemprego, trabalho precário, a prazo, salários em atraso, despedimentos, repressão de actividades sindicais) os problemas mais gerais que se referem à política do Governo no Ensino, na Saúde, na Formação Profissional.

Na generalidade dos distritos,

a informação sindical aponta invariavelmente para a degradação das condições de trabalho e de vida, sem que as perspectivas a curto e médio prazo possam ser modificadas sem uma mudança de política e de Governo.

Problemas como o do encerramento acelerado de empresas, sem contrapartida para os postos de trabalho perdidos; a instabilidade crescente do emprego; a falta de cumprimento da contratação colectiva; a falta de saídas para os jovens qualificados ou não — são diariamente detectados, analisados e combatidos pelo movimento sindical unitário.

Apesar da cortina de silêncio que os chamados grandes meios de comunicação social, como a Televisão, fazem pesar sobre es-

ses problemas gerais do País, em especial quando se trata da acção unitária do movimento sindical, não tem impedido que a consciência da inevitabilidade da luta se faça sentir inclusivamente entre os mentores do divisionismo, forçados a recuar e, em certos casos, a apoiar reivindicações que os trabalhadores sustentam em comum, independentemente das opções político-partidárias que cada um defende.

A unidade deve ser no próximo dia 31, e mais uma vez, a palavra de ordem indispensável para que as lutas dos trabalhadores tenham êxito e contribuam, como é seu objectivo, para que as condições de vida e de trabalho melhorem e melhore a situação geral do País.



O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista

Documentos para a história do Partido Comunista Português

edições Avante!



Abecasian graffiti

Até o mais desatento se apercebe que Lisboa não anda bem de aspecto, coitadinha.

O passeante vai pelas ruas e tropeça com lixeiras que não têm nada a ver com a luta dos homens da limpeza, pois a porcaria cresce em camadas que, se espalhadas uma a uma no sentido da investigação científica, ou seja de cima para baixo (no que diverge da teoria abecassiana de movimentação de empenas, que é de baixo para cima) serão encontrados, se não os resíduos da tomada da cidade aos mouros, que esses foram varridos pelo terramoto, pelo menos indícios notavelmente conservados do lixo que os alfacinhas do início do século usavam amontoar no chão. Se entretanto o passeante se decidir percorrer as praças e jardins que vão sobrevivendo ao expansionismo abecassiano do betão e da negociata imobiliária, e o fizer na ingénua convicção de que por ali, ao menos, há-de respirar alguma coisa mais desafogadamente higiénica, estará a dar o flanco a outra desilusão. O entulho que verá a transbordar dos recantos onde, ainda não há muito, havia apenas um discreto entulhosinho, ou as montanhas de folhas podres que ora já se erguem, empilhadas de atração a um tronco mais robusto, à espera de recolha, ora ainda se estendem como arraiolos fofos, pantanosos e ao natural, à espera de coisa nenhuma, fá-lo-ão, se não fugir a sete pés, dado o perigo de «glissar» por ali fora, pelo menos estugar o passo enquanto é tempo.

Já não reparará tanto nas fachadas dos prédios que, aos milhares, lhe mostram o tijolo descascado, o reboco escalavrado aos quilómetros quadrados, a humidade escorrendo aos quilómetros, as pinturas estalando nas nesgas onde ainda não há só estalos mas também alguma tinta, as portas e janelas com ar de terem começado a envelhecer por alturas dos Descobrimentos, ou, vá lá, do Intendente Pina Manique, para não cedermos ao exagero.

E não reparará porque há anos que se habituou a ver ou a tomar conhecimento através da Comunicação Social portuguesa — das mais eficientes no que toca à cobertura do desastre, como confirma o célebre pregão do ardina «ólhó...!!!» dito cujo — prédios que caem, se esboroam ou tinham obrigação disso, dado ninguém compreender como é que se aguentam de pé. Ignorará que muitos desses prédios degradados são património da própria Câmara Municipal e que todos eles deveriam ter sofrido obras há muito tempo por imperativo legal, o que só não ocorrem porque a Câmara não tomou quaisquer medidas nesse sentido. De qualquer modo não seriam tais informações que lhe iriam aumentar o espanto ou elevar o nível de expectativa porque — e essa é que é essa — o alfacinha já está malhadoço no que respeita a prédios malhados.

Ora tudo isto — que não sendo tudo, não é nada pouco — sendo visto por toda a gente, parece continuar invisível para quem deveria vê-lo em primeiro lugar — os responsáveis pela Câmara Municipal de Lisboa. Mas não vêem. Não conhecem. Se calhar nem sabem que Lisboa vai muito para além da Praça do Município, do Terreiro do Paço e do Mosteiro dos Jerónimos, há casos assim. De qualquer forma só assim se explica que os responsáveis pela, já não dizemos conservação e melhoramento da capital, mas ao menos a protecção do seu aspecto, nada façam e tudo agravem, pela inércia com que deixam acumular os problemas e degradar a cidade.

Causou por isso particular perplexidade que Nuno Abecassis e respectiva menagem vereadoral (para quem não esteja de maré para o neologismo, informamos que este «vereadoral» congrega as vereações PSD/PS/CDS e rabisco PPM) hajam, de repente, acordado para a limpeza da cidade. Mas, espanto sobre espanto, em vez de finalmente olharem para o que toda a gente vê, sente e cheira — os lixos, as fachadas, as ruínas, os desastres iminentes, a falta de segurança, de higiene, de saneamento — embicaram com uma só coisa: as pichagens, os «graffiti», as palavras de ordem de origem política ou sindical que alacrememente proliferaram com o derrube do fascismo. E tão embicados ficaram que decidiram aprovar a toda a pressa regulamentações proibitivas e penalizações pesadíssimas para os futuros infractores (?), sem sequer se darem conta (a não ser que, desta vez, não estivessem surdos à oposição da APU) de estar a meter a foice em seara alheia — a Assembleia da República, nem mais nem menos — nem de que a questão está a ser debatida por quem de direito. Isto já para não falar da flagrante inconstitucionalidade da decisão, como os vereadores da APU também sublinharam e o Tribunal Constitucional já decidiu, em tentativas semelhantes de outros abecassis. É claro que isto é tudo muito escuro e não há ninguém que não os tope. Por isso, lá que o Abecassis, o CDS e o PSD se lancem mais uma vez aos *slogans* políticos e à liberdade de os escrever, não surpreende. Agora que o PS alinhe também numa coisa destas, francamente! Bem pode limpar as mãos à parede.

■ H.C.

Trabalhadores

MDF / Tramagal Conflito atinge extrema gravidade

Numa carta dirigida ao ministro do Trabalho, secretário de Estado da mesma pasta, delegada da Inspeção-Geral do Trabalho de Santarém e delegado do Ministério do Trabalho do mesmo distrito, as organizações representativas (ORT's) da **Meta-lúrgica Duarte Ferrelra** protestaram em 9 do corrente contra a repressão que se «instalou na vila do Tramagal» (sede daquela empresa metalúrgica) e exigiram

«de imediato a tomada de medidas adequadas». O conflito gerado na empresa MDF é da «inteira responsabilidade da administração da empresa», acrescentam as ORT's que consideram «grave» o conflito que ameaça evoluir para mais despedimentos que os trabalhadores e as suas organizações representativas não aceitam, recorrendo inclusivamente à luta através da greve. Recorde-se que os trabajado-

res da secção de fundição e mecânica, uma das três secções da fábrica do Tramagal, não tinham ainda recebido na sexta-feira passada 40 por cento dos salários de Outubro e Novembro, entretanto pagos nas outras secções da MDF.

Na carta enviada àqueles organismos do Governo, as ORT's salientam que «através das forças da GNR no local, e com

grande aparato, a repressão se instalou na vila do Tramagal e que urge de imediato a tomada de medidas adequadas».

As organizações representativas (ORT's) da MDF pediram uma reunião com a máxima urgência entre as partes, no Ministério do Trabalho e com a assistência deste órgão do Governo, com o objectivo de desbloquear o conflito que as ORT's consideram de «extrema gravidade».

Apoiando futuras iniciativas

CGTP manifesta decidido apoio aos diplomas sobre a Reforma Agrária

«Consciente das responsabilidades que assumiu ao longo de todo este processo de luta», que levou à recente aprovação na generalidade de dois projectos de lei na Assembleia da República sobre a Reforma Agrária (ver *Semana*, página 11), a CGTP-IN «manifesta o seu apoio a todas as iniciativas destinadas a assinalar a vitória alcançada e reafirma o seu apelo à mobilização em torno da acção nacional do dia 31 de Janeiro».

Num comunicado à imprensa do passado dia 9, a CGTP afirma que a aprovação daqueles diplomas, depois das jornadas de luta que assinalaram o apoio dos trabalhadores da RA à acção democrática da Assembleia da República, constitui «uma profunda derrota do Governo Cavaco Silva e do seu ministro Barreto», assim como «uma signifi-

cativa vitória dos trabalhadores agrícolas, do povo português e do regime democrático».

Depois de uma referência à «extraordinária campanha de solidariedade que se desenvolveu por todo o País», apoiando as acções dos trabalhadores agrícolas, a CGTP sublinha que «fica assim amplamente demonstrada» a «inequívoca condenação

da política de compadrio, de corrupção e de ilegalidades praticada pelo Governo Cavaco Silva e pelo seu ministro Álvaro Barreto».

É «impensável» prosseguir no mesmo caminho

Na sua nota de 9 do corrente, a CGTP-IN afirma que, depois de aprovados na generalidade os dois projectos de lei sobre a Reforma Agrária, é «impensável» que o Governo prossiga com a mesma actuação, «com a sua habitual arrogância e prepotência».

No entender da Central é «impensável» que o Governo «venha a aproveitar o curto período que decorre para apreciação e aprovação na especialidade dos dois decretos-leis» para «praticar novos actos atentatórios da legalidade democrática e de destruição da Reforma Agrária».

A CGTP-IN afirma que «a isso se oporiam os trabalhadores e todos os democratas».

Ao congratular-se com a decisão tomada pela Assembleia da República sobre a Reforma Agrária, a CGTP-IN «exorta todos os trabalhadores a prosseguir e intensificar a luta», pondo naturalmente em relevo a jornada nacional do próximo dia 31 de Janeiro.

18 de Janeiro

O Sindicato dos Vidreiros, com sede na Marinha Grande, comemora com várias iniciativas a data de 18 de Janeiro de 1934. A revolta dos trabalhadores contra a fascização dos sindicatos, contra o patronato e o governo fascistas, será assinalada este ano com espectáculos de teatro amador, uma romagem ao cemitério local, uma deposição de flores no monumento evocativo daquela jornada de luta, que permanece na memória dos trabalhadores e dos democratas. No final das comemorações actuará um con-

junto musical com o cantor Carlos Mendes. Participa o Grupo Coral dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Selxal. Estão ainda anunciadas provas de atletismo e duas intervenções político-sindicais a cargo de um dirigente do Sindicato dos Vidreiros e de um membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Colaboram na comemoração da data do 18 de Janeiro na Marinha Grande duas colectividades do concelho, a Sociedade de Benficiência e Recreio 1.º de Janeiro e o Sport Império Marinhense.



Como em 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande, também na Covina (concentração da passada quinta-feira) é do vidro que se trata (ver páginas 4 e 5 desta secção)

Trabalhadores

Médicos exigem demissão da ministra e marcam para 18 reunião nacional

Reunida no sábado em Coimbra, a Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos decidiu convocar reuniões no sentido de adoptar, se necessário, «formas de luta mais radicais». Sem excluir a greve, a Coordenadora de que fazem parte os três Sindicatos existentes no País (Norte, Centro e Sul) vai preparar «um vasto conjunto de acções reivindicativas» e exige que «os médicos agora despedidos (1500) mantenham o vínculo aos hospitais em que se encontravam». Pelas medidas que têm aplicado e «pelo seu comportamento», a posição da ministra Beza «torna-se insustentável», afirma a Coordenadora sindical.

Publicam-se a seguir, na íntegra, os 10 pontos das conclusões de Coimbra da Coordenadora Nacional dos Sindicatos Médicos, que exigiu a demissão da ministra da Saúde e marcou para dia 18 uma reunião nacional.

1. Iniciar imediatamente a convocação de reuniões a nível dos hospitais e restantes estruturas de Saúde, com o objectivo de preparar um vasto conjunto de acções reivindicativas que apontem para formas de luta mais ra-

dicais, inclusive a greve.

2. Exige que os médicos agora despedidos mantenham o vínculo profissional aos hospitais em que se encontravam, até à realização de um novo concurso durante o primeiro semestre deste ano.

3. Exige garantia de colocação futura para os internos do complemento em formação, bem como a garantia de emprego e de estabilidade para os clínicos gerais, posta em causa por legislação recente.



Médicos dispostos a voltar às galerias de São Bento

4. Exige que o Governo se disponha a discutir a nova «gre-lha» salarial dos médicos, que os sindicatos vêm defendendo e a que o Ministério da Saúde se tem recusado a responder.

5. Apela aos vários grupos parlamentares para que tomem a iniciativa de chamar à ratificação na Assembleia da República o Decreto-Lei 16/87 (sobre a gestão hospitalar) de modo a impedir a concretização deste grave

atentado à vida democrática no nosso país.

6. Apela também a todos os médicos para que continuem unidos em defesa dos seus legítimos interesses e aspirações profissionais, e denuncia a tentativa de criação de sindicatos paralelos submetidos partidariamente e virados para o boicote do desenvolvimento da luta.

7. Propõe aos sindicatos representativos de todos os sectores profissionais da Saúde a realização de uma reunião urgente, a nível nacional, no dia 18 de Janeiro de 1987, com o objectivo de discutir a adopção de formas comuns contra a degradação da situação nesta delicada área da vida nacional.

8. Solicitar aos vários órgãos de soberania e aos grupos parlamentares audiências urgentes, de modo a transmitir-lhes detalhadamente a grave situação existente.

9. Tomar medidas para a instauração de um processo-crime, por difamação, ao director-geral dos hospitais.

10. A manutenção da ministra Beza torna-se insustentável, pelo seu comportamento e pelas

medidas que vem aplicando, de modo que não resta à Coordenadora Nacional dos Sindicatos dos Médicos outra solução se-

não a de exigir a sua imediata demissão, como medida terapêutica urgente que evite o colapso total da Saúde neste país.

«Tecto salarial» DIVISIONISTAS RECUEM

(Nota da CE da CGTP)

De acordo com uma nota assinada anteontem pela Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, que a seguir transcrevemos na íntegra, os divisionistas (direcção da UGT) recuem diante da pressão e da luta dos trabalhadores, no que respeita ao acordo sobre aumentos salariais que a UGT assinou no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, o CPCS onde predominam as posições do Governo e do PSD.

É o seguinte o teor da nota da direcção da CGTP-IN:

«1. Desde a primeira hora a CGTP-IN denunciou que, com tal acordo, se procurava impor um «tecto salarial» nos processos de negociação colectiva relativa a 1987 — o que, a ser levado à prática, não só agravaria a já injusta repartição do rendimento nacional em desfavor dos trabalhadores, como levaria à agudização dos conflitos laborais. É manifestamente um «acordo» contrário aos interesses dos trabalhadores.

«2. Por tal «acordo» ter merecido de imediato o repúdio generalizado dos trabalhadores e porque, entretanto, estes vêm derrotando o pretendido «tecto salarial» nele estabelecido, sente-se agora a UGT obrigada a simular uma mudança de posição, dadas as dificuldades que tem de explicar aos trabalhadores a negociata que fez com o patronato e o Governo.

«3. A CGTP-IN alerta mais uma vez para o papel dos divisionistas, quando estão em causa os direitos e interesses dos trabalhadores, e reafirma que, tal como aconteceu em 1986, também em 1987 mobilizará os trabalhadores para a derrota de quaisquer limitações aos aumentos salariais e pela defesa e melhoria do poder de compra».

A nota que acaba de ser transcrita foi divulgada anteontem pelos serviços de imprensa da CGTP e refere na abertura «notícias vindas a público» sobre a possível denúncia do acordo assinado pela UGT no âmbito do CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social).

LUTAS E TAREFAS

Campanha na CP

Uma campanha de esclarecimento nos locais de trabalho de norte a sul do País vai ser conduzida pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, cujo Conselho Nacional reunido recentemente em Lisboa «condenou a política anti-social levada a cabo pelo conselho de gerência da CP». Ao recusar-se a cumprir os compromissos que assumiu no quadro das negociações do regulamento de carreiras, a direcção da CP apresentou uma «proposta de acordo de empresa que, a vingar, sublinha a FSTFP, faria regredir as condições de trabalho para um plano ainda inferior ao que os ferroviários suportaram antes do 25 de Abril».

Motoristas da Petrol

De âmbito nacional está marcado para o próximo sábado, 17, um Encontro de Motoristas da Petrol. De acordo com o Secretariado da Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica, a iniciativa destina-se a debater os problemas específicos da classe. A Comissão Dinamizadora do Encontro, formada durante uma reunião no passado dia 4 de Dezembro em Lisboa, destaca, entre esses problemas específicos, «o enquadramento profissional, a formação e segurança rodoviária, a entrega de abastecimentos a transportadoras privadas». O Encontro aprovará as reivindicações a apresentar ao conselho de gerência da Petrol, que é uma empresa nacionalizada, como se sabe. O Encontro aprovará também os tipos de luta a desenvolver, se não forem satisfeitas as reivindicações dos motoristas da Petrol.

Protesto contra a paralisação da Equimetal

Num protesto público contra o corte de fornecimentos de água, electricidade, ar comprimido e telefones à Equimetal do Barreiro por parte da direcção da Quimigal, na tarde do passado dia 5, a direcção do Sindicato dos

Metalúrgicos do Sul recorda que a Equimetal, empresa do sector empresarial do Estado, tem mais de 400 trabalhadores com o emprego ameaçado por desentendimentos (neste caso) entre as gestões da Quimigal e de Metalgest, «holding» criado pelo IPE — Investimentos e Participações do Estado. A Equimetal, que foi uma divisão de metalomecânica da ex-CUF, funciona dentro das instalações da Quimigal no Barreiro, e a sua administração, como a da Metalgest e da Quimigal, depende do mesmo Ministério — o da Indústria e Energia que, pelos vistos, não consegue resolver contenciosos antigos deste tipo que levam de um momento para o outro à paralisação de uma empresa com 400 trabalhadores.

Os contratos para a construção naval não vêm da CEE

O relativo desafoço verificado no subsector da construção e reparação naval deve-se aos «contratos com a Noruega, Polónia, Angola, e com alguns poucos armadores portugueses», revela o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro. O STIMMDA, que se reuniu na passada sexta-feira para aprovar o seu plano de actividades para 1987, afirma, juntamente com a estrutura sindical do ramo, que «a adesão de Portugal à CEE não trouxe nenhuns benefícios ao subsector da construção e reparação naval». Acrescenta ainda o STIMMDA que as perspectivas do ramo «estão ligadas a países que não são membros da CEE» e que «se não fossem os contratos acima referidos, a situação da indústria de construção e reparação naval seria calamitosa no plano da viabilização económica, com os consequentes reflexos nefastos ao nível do emprego». A comissão de trabalhadores da Setenave reafirmava entretanto que, ao contrário do que se passa em Espanha, «o Governo Cavaco Silva mete ostensivamente na gaveta o plano de renovação da frota, promovendo desse modo as mais descaradas negociatas em torno da compra de navios usados ao estrangeiro, quando estaleiros como a Setenave têm centenas de trabalhadores no desemprego no sector das novas construções».

Encontro dos escritórios

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços efectua em 21 de Fevereiro próximo um Encontro Nacional de Trabalhadores de Escritório. Com sessões no Porto, Coimbra, Lisboa e Setúbal, aquela iniciativa, entre os principais temas em debate, inclui «as novas funções, categorias e carreiras profissionais decorrentes das transformações dos processos de trabalho que estão a verificar-se nas empresas».

O Encontro descentralizado, que se inscreve num plano de actividades a que nos referimos na

semana passada, «é aberto — sublinha a FEPES — a todos os trabalhadores de escritório de empresas comerciais, industriais e de serviços, independentemente de estarem sindicalizados ou não, e qualquer que seja o sindicato em que estejam filiados».

Novas tecnologias

Dos temas em debate constam as novas tecnologias e as suas consequências para os trabalhadores.

A Federação Portuguesa dos

Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, que leva a cabo no próximo dia 18 um Encontro Nacional dos Trabalhadores dos Supermercados, encabeça os «principais temas em debate no Encontro dos escritórios» com quatro assuntos estreitamente relacionados entre si e que dependem precisamente da introdução das novas tecnologias nas empresas.

Além das novas funções, categorias e carreiras profissionais, os outros problemas de actualidade neste campo e com ele relacionados são o aperfeiçoamento e a reclassificação profissional, bem como a valorização do trabalho.

O Encontro que abordará os aspectos mais salientes da sindicalização e organização geral dos trabalhadores de escritório, dará especial atenção, acrescenta a FEPES, ao trabalho precário e «aos objectivos da acção reivindicativa, designadamente na contratação».

Na FEPES estão filiados sindicatos do sector em Viana do Castelo, Braga, Porto, Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

ENCONTRO NACIONAL
1987
21 FEVEREIRO
COIMBRA
LISBOA
PORTO
SETUBAL



Trabalhadores
de Escritório

Trabalhadores



No passado dia 8, quinta-feira, realizou-se uma reunião das ORTs da Covina com a administração para discutir os despedimentos e outros aspectos da actual situação da empresa, entre os quais a tabela salarial em negociação. Desde manhã que os trabalhadores se concentraram, espontaneamente e sem pôr em risco o funcionamento da fábrica — nomeadamente da linha FLOAT, de laboração contínua —, junto ao edifício onde decorriam as conversações.

Em declarações à reportagem do «Avante!» ao fim da tarde, membros das estruturas representativas dos trabalhadores falaram sobre os resultados imediatos da reunião:

«— Conseguimos o compromisso da administração de integrar noutras tarefas parte dos 99 trabalhadores ameaçados de despedimento até 31 de Março. Por outro lado, para os que quiserem rescindir contratos por “comum acordo”, os administradores aumentaram o preço por que lhes querem comprar os postos de trabalho.»

Os trabalhadores da Covina, reunidos em plenário no dia 12 de Janeiro, decidiram concentrar-se junto das instalações da empresa na segunda-feira, 19, a partir das 14 e 30 horas, «repudiando a política de gestão que vem sendo seguida pela administração, o IPE e o Governo» e que tem como resultados mais gravosos a destruição paulatina da Companhia Vidreira Nacional e o despedimento de 322 pessoas até ao fim deste ano.

Uma grande festa tentando esconder problemas graves

A administração informou, ainda no dia 8, que está a preparar a inauguração oficial do sistema FLOAT, com uma grande festa marcada para dia 19 de Janeiro. Convidados serão à volta de 600, entre os quais se encontram o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, industriais, representantes diplomáticos, representantes de autarquias. Aos trabalhadores será concedida tolerância de ponto.

«— Com esta festa a administração quer dar a ideia que na Covina tudo vai bem. E até promove o afastamento dos trabalhadores nesse dia, certamente que para evitar possíveis vozes discordantes» — comentou Carlos Adriano, dirigente sindical. «— Propuseram mes-



«Em vários documentos existe um diferencial que lesa a Covina em 56 mil pesetas por contentor» de vidro importado de Espanha — denunciaram as ORTs

mo» — acrescentou Augusto Frazão, da CT — «a suspensão da negociação da tabela salarial até esse dia. Mas os trabalhadores da Covina encontrarão forma de desmascarar essa imagem e dar a conhecer a real situação da empresa.»

Concentração dia 19, às 14.30



No final da reunião com a administração, os representantes dos trabalhadores informaram os seus camaradas sobre o que lá se passou e discutiram as acções a desenvolver

Plenário de trabalhadores decide formas de luta

Com a finalidade de discutir as posições a assumir no futuro

pelas ORTs realizou-se segunda-feira, dia 12, um plenário de trabalhadores da Covina, no qual participaram cerca de 300 pessoas.

Em discussão estava a luta contra os despedimentos, a renegociação da tabela salarial e o

combate pela verdade no tocante ao que se passa na Covina nacionalizada (apenas 20% do capital pertence à multinacional francesa Saint Gobain).

Foi aprovada por unanimidade e aclamação uma resolução que apela à concentração dos tra-

A situação na COVINA e o ponto de vista das

Durante a visita da reportagem do «Avante!» à Covina, tivemos oportunidade de conversar com Augusto Frazão, membro da comissão de trabalhadores, que trabalha na empresa há 32 anos e é desenhador chefe de serviços, Carlos Adriano, mecânico com 17 anos de casa e dirigente do sindicato dos vidreiros (CGTP), José António, electricista e delegado sindical, que trabalha na Covina há 14 anos, e com o desenhador projectista José Carlos Bigode, da CT, há oito anos na empresa.

Com eles abordámos os aspectos fundamentais do desenvolvimento da Covina, nomeadamente o projecto FLOAT, finalmente introduzido, e o mais que seria necessário fazer para o crescimento equilibrado da empresa, falámos dos despedimentos e do estrangulamento da Covina nacionalizada como exigência de multinacionais vidreiras, da «sabotagem» que, nesta linha, os governos de direita e seus administradores têm feito na empresa desde 1980.

Ressaltou, em nítido contraste com a via de destruição tomada «de cima», o empenhamento firme e permanente dos trabalhadores e das suas estruturas representativas no desenvolvimento da empresa.

— A evolução da Covina — recordou Carlos Adriano — foi um problema que se pôs logo desde a nacionalização. Nessa altura as estruturas dos trabalhadores chamaram a atenção para a necessidade de avançar com projectos de alargamento nomeadamente para o vidro duplo e laminado, arrancar com a produção de painéis solares, fibra de vidro, estufas, lâ de vidro.

Depois deste período em que «podíamos olhar para o futuro», veio o governo de Sá Carneiro, em 1980, e com ele «chegou esta gente» — os administradores nomeados para pôr em prática na Covina a política de destruição do sector público da economia.

— Desde 1981 têm feito um milhão de metros quadrados de vidro a mais, talvez para mostrar resultados brilhantes. Mas — prossegue José Carlos Bigode — a qualidade diminuiu significativamente e a Covina perdeu metade das vendas.

Em 1984, pela primeira vez, a Covina deu prejuízo — 212 mil contos. Em 1985 os prejuízos foram de 800 mil contos e para as contas de 1986 está previsto que ultrapassem um milhão de contos.

Incompetência na gestão ou estratégia política?

— Tais resultados — perguntámos — são fruto da incompetência dos gestores ou são o resultado de uma estratégia definida?

Augusto Frazão responde sem rodeios nem hesitações:

— Não são competentes e foram cá postos para destruir a Covina nacionalizada. Basta recordar recentes declarações do presidente do Conselho de Administração, Rebello da Silva, no «Encontro dos Industriais do Vidro», na Figueira da Foz, onde fez a apologia da abertura do capital social da Covina à iniciativa privada «enquanto não for revista a parte económica da Constituição».

Tem interesse, a propósito, o

perfil que nos foi traçado de alguns dos homens colocados à frente dos destinos da Covina: Rebello da Silva — que percebia de vinhos; Carlos Fernandes — um homem dos Mellos; Carlos Raposo — veio da Siderurgia com limitações às liberdades, está agora na COMETNA. Respondendo à firmeza e à unidade dos trabalhadores, o Governo «reforçou» o quadro dos administradores com os engenheiros Burnay e Frazão — especializados em destruir postos de trabalho na Equimetal, Mompur e Ipetex.

Os fornos FLOAT são apenas meio caminho

A introdução na Covina do sistema FLOAT de fabricação de vidro é uma aspiração antiga dos que aqui trabalham. Os nossos entrevistados referiram, a título de exemplo, uma moção aprovada em Abril de 1980 e na qual os trabalhadores manifestavam o seu claro apoio ao desenvolvimento da Covina.

Mas também aqui a administração «negociou mal e a empresa está hoje condenada a dar prejuízos até, pelo menos, 1991».

José Carlos Bigode faz questão de registar que, «por imposição da Saint Gobain, a Covina não produz vidro de cor nem trabalha em espessuras nobres (mais de 6 mm), que têm de ser importados».

Aqui, além de negociações pouco claras e prejudiciais para os interesses do nosso país, há um outro aspecto sublinhado por Augusto Frazão: «A terceira geração do vidro foi implantada com atraso. E, como sempre dissemos, só o FLOAT não assegura a expansão da Covina.

Mas os administradores continuam a insistir em que a empresa não tem vocação para trabalhar com lâ e fibra de vidro, nem com painéis solares...

E, entretanto, vão-se encerrando sectores e preparando a entrega de outros a empresas estranhas à Covina. Uma acção que é, no mínimo, criminoso — como frisaram os membros das estruturas de trabalhadores entrevistados.

O caso da EVINEL

Na Póvoa de Santa Iria a Covina tinha uma linha de fabricação de mosaico de vidro, material utilizado na construção civil para forra de piscinas, edifícios, halls. Era a EVINEL, encerrada por ser, segundo a administração, inviável.

Falando deste processo, José Carlos Bigode acentua que «isto

clientes a anunciar o encerramento próximo da EVINEL.

E antes já Carlos Adriano informara que havia em carteira na altura do encerramento da secção de colagem (do vidro em papel), em Novembro do ano passado, encomendas de 5 mil metros quadrados de mosaico, o que daria trabalho para 2 meses.

Mas desde Maio que não eram aceites encomendas. A EVINEL não era viável, dizia a administração.

— Nós dizíamos e continuamos a dizer que sim, que é viável.

E Carlos Adriano lembra um estudo da Norma que confirma a opinião dos trabalhadores: pode ser rentável, desde que a Covina não deixe estagnar a produção, zelando pela sua qualidade, adaptando o design, assegurando cores mais fixas, promovendo ini-

dos os nossos entrevistados, «quando se fala na EVINEL a administração desliga».

Entretanto, o produto começa a faltar e já surgem anúncios nos jornais propondo «Compro a EVINEL».

Lesados os interesses da Covina e do País

Um caso em que apenas é claro que os interesses nacionais foram lesados é a dupla facturação na importação de vidro da Cristaleria Española (também ligada à Saint Gobain), que levou as ORTs da Covina a exigir da administração, em comunicado de 6 de Janeiro, o esclarecimento desta operação «onde em vários documentos existe um diferencial que lesa a Covina em 56 mil pesetas por contentor».

Outra negociata que faz parte do historial dos ataques à Covina foi a aquisição de terrenos no Carregado para a Flovidro, tentando levar para aí os fornos FLOAT e «dar uma machadada» na vidreira nacionalizada.

O caso já veio antes a lume na imprensa e a parte que mais dúvidas levanta é o terreno ter sido adquirido pelo advogado Cunha e Carmo por dois ou três milhares de contos e vendido dias depois à Covina por 90.

Despedimentos a pretexto de inovações enquanto não há «flexibilização»

Os membros das ORTs da Covina que entrevistámos referiram

«1986 não foi nada fácil para os trabalhadores em geral e para os da Covina em particular. (...)

(...) foi-nos possível assistir com satisfação ao início da laboração da nova unidade FLOAT, exigência indesmentível dos trabalhadores desde 1975/76.

No entanto, a implementação desta nova tecnologia, ao não ser acompanhada, a jusante e a montante, por outros projectos que visassem a absorção da mão-de-obra que iria ser disponibilizada com o encerramento das fabricações Pittsburgh e Fourcault, e também com uma Administração de costas voltadas para o desenvolvimento do Sector Nacionalizado, vergada perante os interesses da multinacional, criou a situação hoje existente de despedimentos e miséria, moral e social, para centenas de trabalhadores.»

(Comunicado de 6/1/87 das ORTs da Covina)

é claramente sabotagem!». E conta o caso da compra de um rolo para moldar o ladrilho, que a administração andou a prometer desde 1983 mas que nunca chegou a ser adquirido, com o óbvio prejuízo para a qualidade da produção. E diz que foram enviados, pelo menos, quatro cartas aos

ciativas de procura de mercado na zona costeira.

Que a EVINEL é viável confirma o facto de, já após o encerramento da linha, ter havido diversos pretendentes à sua aquisição, nomeadamente uma empresa algarvia e outra espanhola. A evidência é de tal ordem que, segun-

Trabalhadores

os despedimentos



mandata as estruturas representativas dos trabalhadores «para desencadear as formas de luta que julgarem convenientes, inclusive a greve, caso a administração não cumpra o acordado e não seja ultrapassado o presente conflito».

Outra resolução, aprovada por unanimidade após 4 sessões de negociações da tabela salarial, reitera «todo o apoio» à Comissão Negociadora Sindical, repudia «a forma provocatória como a administração/CNP pretende conduzir estas negociações, bem como o claro objectivo com que as pretende retardar» e mandata a CNS «para decretar formas de luta, inclusive greve, caso a CNP, após a próxima reunião de 13/1/87, não apresente valores que sejam minimamente negociáveis».

Em contacto, anteontem de manhã, com um elemento da Comissão de Trabalhadores da Covina, o «Avante!» soube que nessa reunião a administração se recusaria a admitir um aumento superior a 9%. Estava a decorrer uma concentração espontânea dos trabalhadores, onde lhes foi dada a conhecer tal posição e onde reafirmaram a sua disposição firme de lutar por aumentos salariais justos.

Os trabalhadores responsabilizam «desde já, a administração da Covina pelas consequências» de um eventual conflito laboral na empresa.

TV não quer ver

Em seis anos de luta na Covina contra a orientação ali imposta pelos sucessivos governos de direita, nem uma só vez, segundo a CT, a RTP falou das posições dos trabalhadores. Entretanto, faz larga propaganda — uma paga pela Covina, como publicidade, outra à conta da televisão — das opiniões da administração.

Ainda não há muito tempo o sr. Rebelo da Silva foi lá dizer que a fabricação FLOAT estaria a criar postos de trabalho, quando o que se passa é o contrário, por responsabilidade precisamente do Conselho de Administração de que esse sr. é presidente.

Na sexta-feira passada, talvez moída de remorsos (pudera!) ou apenas para se livrar mais facilmente do incómodo de ter que falar com trabalhadores, a RTP prometeu que iria cobrir o plenário de dia 12. Não apareceu, nem mandou recado.

Os trabalhadores aprovaram uma moção de protesto contra tão escandaloso procedimento. Quanto à luta, vai continuar, embora a TV não queira ver.

balhadores na próxima segunda-feira, junto às instalações da empresa, a partir das 14 e 30.

Esse mesmo documento exige da administração «o cumprimento do acordado na reunião realizada com os ORT's dia 8 e divulgado em comunicação interna» e

ORT's

com especial — e compreensível — preocupação o problema da aniquilação de postos de trabalho e a ameaça de desemprego que paira sobre pessoas que deram muito da sua vida e do seu esforço à empresa.

Em Dezembro de 1985 a Covina ocupava 1260 trabalhadores. Desde Maio, entre contratados a prazo que foram «disponibilizados» e rescisões de contrato «de comum acordo», saíram 285. Ainda no dia 31 de Dezembro 99 trabalhadores receberam, em carta registada, a notícia de que seriam despedidos até 31 de Março. E está previsto despedir mais 223 até ao fim de 1987.

— Como não conseguiram a alteração das leis e a «flexibilização» do mercado de trabalho, tentam recorrer aos despedimentos colectivos a pretexto de inovações tecnológicas — comentou a propósito Carlos Adriano.

No ano passado, contaram-nos, foi acordado entre a administração e as estruturas dos trabalhadores um quadro de 996 pessoas. Mas esse acordo foi «espezinhado» pelos gestores e «começaram a propor rescisões de contratos de comum acordo, para o que alimentam ilusões nos trabalhadores, recorrendo inclusive à assistente social».

Augusto Frazão sublinha que «não nos opusemos a que os trabalhadores decidissem individualmente, mas combatemos as ilusões e aconselhamos a resistir a tais propostas». E ficou sublinhado que há a firme decisão de lutar contra quaisquer tentativas de despedimentos colectivos, a começar pelos 99 atrás referidos.



Carlos Adriano, José António, José Carlos Bigode (à esquerda) e Augusto Frazão, quando falavam ao «Avante!», nas instalações da Comissão de Trabalhadores da Covina

Limitações à liberdade para calar protestos justos

A unidade dos trabalhadores, o conhecimento que têm da vida da empresa e a sua forte consciência de classe, tal como o seu empenhamento no progresso da empresa e na defesa dos interesses nacionais, fazem da sua luta um sério obstáculo à acção destruidora do Governo e seus administradores.

Por isso tentam calar-lhes a voz. Não há muito tempo, foi emitida uma ordem de serviço interna proibindo a afixação de cartazes sindicais e políticos na Covina. Uma empresa de segurança, a quem estão a tentar passar uma tarefa que foi sempre efectuada com primor pelos guardas da Covina, teve já como tarefa escutar trabalhadores contratados a prazo que receberam ordens de arrancar cartazes.

O escândalo dos terrenos no Carregado obrigou o IPE a fazer

um inquérito, de que foi depois entregue uma cópia às estruturas dos trabalhadores — mas com a exigência de não ser divulgado assegurada com a ameaça de procedimento disciplinar.

Quando as ORT's falaram, a propósito destes terrenos, em «fumos de corrupção», houve logo muito boa gente que ficou indignada e levantou um processo disciplinar. E mais tarde, segundo os nossos entrevistados, não só esse processo foi arquivado, como a administração da Covina levantou uma acção contra o presidente da Câmara de Alenquer por presumível implicação.

Qual é então a razão de tamanhas precauções e tantos receios? Será que pretendem calar a voz dos trabalhadores para mais depressa sacrificar a Covina a favor de interesses das multinacionais e do grande capital? A unidade e a combatividade que constatámos durante a nossa visita não o permitirão.

Juventude

JCP analisa a situação da juventude

O Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, analisou a actual situação da Juventude à luz dos seus mais recentes desenvolvimentos.

Em comunicado distribuído no dia 11 de Janeiro os jovens comunistas dão a conhecer as conclusões da reunião.

A ofensiva demagógica do Governo e o aumento do desemprego

O Executivo da Direcção Nacional da JCP denuncia, perante a juventude portuguesa, o relançamento por parte do Governo duma intensa ofensiva demagógica, vincadamente eleitoralista, envolvendo vultuosos gastos (de lapidando recursos nacionais), ao mesmo tempo que nenhuma medida de fundo é tomada para resolver, enfrentar ou sequer atenuar os gravíssimos problemas — de emprego, de ensino, de habitação, de cultura e recreio — com que se defrontam os jovens portugueses.

Os recursos extraordinários a que tem acesso por razões conjunturais e alheias, são utilizados pelo Governo para uma propaganda eleitoral sem limites, uma sistemática campanha de pura demagogia: OTJ, OTL, ATD, PNF, VNUJ, CFP — siglas e mais siglas para enganar os jovens. É o próprio Governo que fomenta o trabalho precário como no caso dos tarefeiros da Função Pública. Tarefeiros nos enfermeiros, tarefeiros nos médicos, tarefeiros e mais tarefeiros.

Com total deslante e cinismo, escondendo a realidade, o Governo procura incutir na juventude a ideia de que a culpa é das actuais leis de trabalho que impedem o despedimento dos trabalhadores mais velhos! Em síntese, o que o ministro diz é que para empregar o filho tem de ser permitido despedir o pai...

A Juventude Comunista Portuguesa denuncia e condena estas concepções e esta política e reafirma que a solução dos problemas da juventude portuguesa exige que Portugal mude de rumo e caminhe para uma sociedade mais justa, mais humana, mais democrática, em que os recursos e riquezas nacionais não sejam concentrados nos bolsos dos grandes capitalistas e seus amigos, mas sejam investidos no desenvolvimento do País, no aproveitamento dos recursos, na criação de postos de trabalho, no verdadeiro progresso nacional.

As lutas estudantis

As movimentações em numerosas escolas do ensino secundário, em torno da abertura do ano

lectivo, da obrigatoriedade da passagem em Português e do sistema de avaliação no 12.º Ano; os protestos dos trabalhadores estudantes contra o cerceamento dos seus direitos e designadamente contra a tentativa de impor a apresentação de uma declaração da Previdência, que prove a sua situação de trabalhadores; e sobretudo as greves este ano lectivo em Letras, Economia e Agronomia de Lisboa, no ISCA do Porto, e no Conservatório de Lisboa, as reuniões e outras acções de massas em Ciências de Lisboa, nos Conservatórios de Coimbra e Lisboa, a amplitude das posições assumidas nos sucessivos ENDAS contra os decretos das Prescrições e Precedências, contra os cortes ao IASE, contra o descarado favoritismo e apoio a faculdades privadas, contra os cortes orçamentais, constituem a expressão de uma vaga de fundo de descontentamento, de combatividade e também da unidade na acção dos estudantes.

O ministro da Educação e o Governo procuram ganhar espaço de manobra e protelar até ao período das férias e tentam reagrupar fileiras e mobilizar os apoios com que ainda contam no movimento juvenil.

A luta não pode parar nem ficar à espera. Novas vitórias estão ao alcance dos estudantes portugueses. O que se impõe não é somente a efectiva revogação dos decretos das Prescrições e Precedências, mas a revogação da política de elitização, de classe do ensino.

África do Sul

O Secretariado da Direcção Nacional da JCP enviou no dia 8 à Embaixada da África do Sul, em Lisboa, uma nota de protesto com o seguinte teor: «Nas duas últimas semanas, 145 jovens com menos de 18 anos foram presos sem julgamento nem culpa formada, na África do Sul.

Em cada dia que passa, chegam-nos desse país notícias de jovens patriotas que, pela sua acção contra o «apartheid», sofrem as mais violentas acções repressivas. Desde Junho último, data da imposição do estado de sítio, 8800 jovens e crianças negros foram presos pela polícia de Pretória.

Diariamente se repetem as notícias de jovens presos e assassinados pelo regime racista da África do Sul.

O Secretariado da DN da JCP protesta veementemente contra tal situação, ofensiva dos mais elementares Direitos Humanos, e exige a libertação de todos os presos políticos sul-africanos, a legalização do ANC, o desmantelamento total do regime de «apartheid» e instauração da democracia na África do Sul.»

Prometida a colocação no ISCA do Porto

O secretário de Estado do Ensino Superior prometeu a pronta colocação no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto dos professores cuja falta tem tido como resultado uma grande percentagem de reprovações.

Este compromisso foi assumido após um encontro com a di-

recção da Associação de Estudantes daquele instituto, na passada quinta-feira de manhã, em Lisboa. Em Reunião Geral de Alunos, ao fim da tarde, foi decidido dar por terminada a greve iniciada no princípio da semana e que registou uma adesão de cem por cento, apoiada ainda pelo Conselho Directivo e pelos

funcionários.

A RGA mandou a Associação de Estudantes para analisar com os Conselhos Científico e Pedagógico do ISCAP a redução da matéria a leccionar neste ano, devido à colocação tardia de metade do pessoal docente necessário ao bom andamento dos estudos.

Nacional

Ilegal a alteração do cálculo das pensões

O Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos considerou ilegal a portaria n.º 599/86, de 13 de Outubro. Segundo o MURPI, o secretário de Estado da Segurança Social deliberou que o valor das pensões seja calculado com base nas remunerações mínimas mensais auferidas pela generalidade dos

trabalhadores.

O referido documento — protesta o MURPI — «não tem força legal» para alterar o disposto no diploma que define o cálculo «na base das retribuições mais elevadas compreendidas nos últimos dez anos, com entrada de contribuições».

Assembleia da República

Reconhecimento das ilegalidades

Parlamento retira competências ao Ministro

● Importante vitória da Reforma Agrária

O reinício dos trabalhos parlamentares no novo ano que há pouco começou foi sem dúvida marcado pela séria derrota infligida ao Governo, faz hoje oito dias, pela maioria democrática da Assembleia, com a aprovação na generalidade de dois dos três projectos apresentados pelo PCP, PS e PRD para sustar as irregularidades do MAP em matéria de Reforma Agrária, diplomas que em síntese transferem do Governo para os tribunais administrativos a competência de atribuição de reservas na zona de intervenção que abrange os distritos do Alentejo e Ribatejo.

Perspectiva de estabilidade

No exacto momento em que continua a decorrer o inquérito parlamentar à actividade do Ministério da Agricultura — na se-

quência de insistentes denúncias de casos de corrupção e ilegalidades envolvendo vários funcionários — a votação conjunta do PS, PRD, PCP, MDP/CDE e «Os Verdes» que possibilitou a passagem folgada dos dois projectos de lei (votaram contra o PSD e o CDS e o deputado independente Ribeiro Teles absteve-se) constitui com efeito um duro golpe na política que tem vindo a ser implementada pelo Executivo no domínio agrícola, cujo significado — embora cedo para avaliar em toda a sua extensão — se traduz para já num sério travão aos propósitos restauracionistas da equipa do MAP e na perspectiva de estabilidade que abre à actividade das UCPs/Cooperativas.

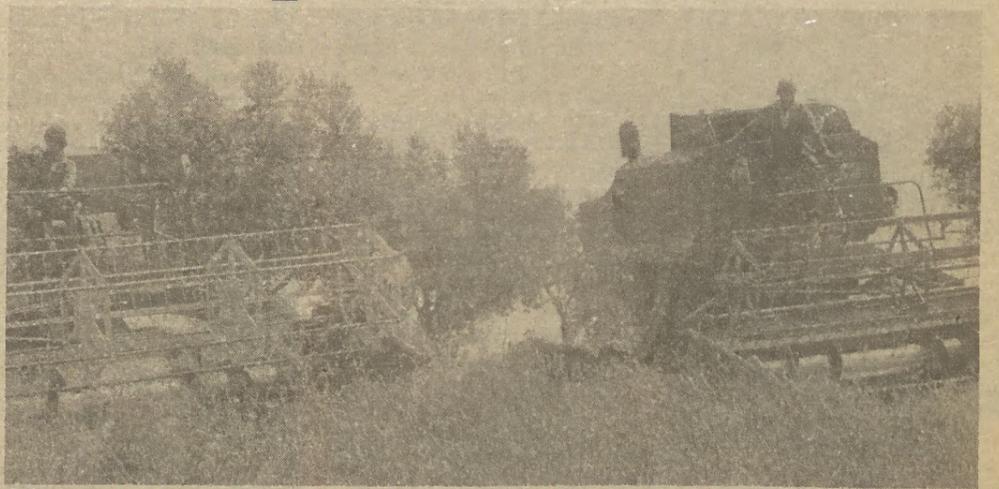
Para aferir do alcance desta vitória da Reforma Agrária e da importância da aprovação dos dois diplomas — o projecto de lei

do PCP, não passou, pese embora lhe caiba o mérito indiscutível de ter suscitado o debate —, importa ainda recuar um pouco e recordar a luta abnegada e corajosa de há muito empreendida pelos trabalhadores da Reforma Agrária e suas organizações representativas, uma luta centrada, justamente, sobretudo nos dois últimos meses, na cessação da entrega indiscriminada de reservas e na reposição da legalidade.

Violando a Constituição e a lei, socorrendo-se de todos os expedientes e irregularidades para satisfazer as pretensões dos agrários, na verdade, o ministro da Agricultura estava a reconstituir pura e simplesmente o antigo latifúndio — não são poucos, aliás, os agrários que já se gabam de possuir toda a terra que detinham em 24 de Abril —, liquidando para o efeito a Reforma Agrária.

Travão ao MAP

Como salientou o deputado comunista João Amaral no de-



A aprovação dos dois diplomas que retiram competências ao ministro em matéria de Reforma Agrária é o reconhecimento das ilegalidades, abusos de poder, prepotências e desrespeito pelas decisões judiciais praticadas pelo Governo

correr da apresentação e discussão do projecto de lei do PCP, «o Ministério pela sua prática reconstitui o latifúndio que a Constituição determina que seja eliminado e liquida a Reforma Agrária que a Constituição determina que seja efectuada».

Ora é justamente no sentido de pôr cobro a este estado de coisas que se encaminham os diplomas agora aprovados na generalidade — muito embora o reconhecimento das ilegalidades

não tenha sido levado até às últimas consequências, suspendendo por completo as reservas como preconizava o projecto de lei do PCP — e neste momento na Comissão de Agricultura para elaboração de um texto final.

O diploma do PS, recorde-se, prevê em suma a transferência da competência da atribuição de reservas para os tribunais administrativos, enquanto que o do PRD sustenta como solução para esta questão um quadro ju-

rídico que retira o actual carácter discricionário para lhe dar carácter vinculado, dependendo ao mesmo tempo a sua eficácia de confirmação jurisdicional.

O diploma do PCP, chumbado com os votos contra do PSD, CDS e PRD e a abstenção do PS, defendia por seu turno a suspensão imediata de todas as reservas até à conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito aos actos do MAP.

Trabalhadores

No Porto, em Fevereiro

Congresso da USP

● Manifestação na jornada nacional da Inter, dia 31

O Secretariado da União dos Sindicatos do Porto, reunido na passada semana, divulgou uma nota de imprensa, na qual refere que a **Jornada Nacional de Luta**, decidida pelo Plenário da CGTP-IN e o **Segundo Congresso da União dos Sindicatos do Porto**, a realizar em 6 e 7 de Fevereiro, no Palácio de Cristal, «terão um grande impacto no distrito do Porto e neles estará empenhado todo o movimento sindical aos diversos níveis».

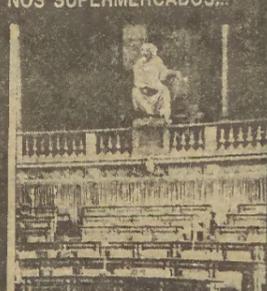
A realização de uma manifestação de massas no Porto, no próximo dia 21 de Fevereiro, como expressão no distrito da **Jornada Nacional de Luta da CGTP-IN**, «foi aprovada naquela reunião, tendo por objectivos a luta «pelo direito ao trabalho, pelo salário e melhores condições de vida, pelo cumprimento da legalidade democrática, por uma nova política com novo governo».

Entretanto decorre em toda a região do Porto a preparação do Segundo Congresso da União dos Sindicatos do Porto a qual, segundo o Secretariado da USP,

«estará intimamente ligada com os objectivos e com a mobilização para a manifestação do dia 21 de Fevereiro». Realizam-se neste momento reuniões, plenários e debates em torno do anteprojecto de teses já divulgado, no qual são analisadas a evolução da situação política e social nos últimos 3 anos, a evolução da luta dos trabalhadores e do reforço da sua organização, é dado balanço à situação actual dos trabalhadores e à sua luta, sendo ainda analisados os problemas que se prendem com o reforço da unidade e da organização dos trabalhadores. O anteprojecto de teses debruça-se também sobre as questões respeitantes à política necessária ao serviço dos trabalhadores, do País e da região.

Em todo o movimento sindical unitário da região do Porto está em aberto, em ligação estreita com a luta dos trabalhadores, o amplo debate que culminará no segundo Congresso da USP aberto a todos os sindicatos, que decorrerá pelo trabalho, pelo pão, por Abril. Unir. Organizar. Lutar.

EM CAUSA ESTÃO OS ATROPELOS À LEI NOS SUPERMERCADOS...



FEPCES entregou petição ao Presidente da A.R.

Hoje

A Federação dos Sindicatos do Comércio (FEPCES), que realiza hoje, em Lisboa, Porto e Almada, um Encontro Nacional dos Supermercados, entregou no passado dia 6 ao presidente da Assembleia da República uma petição contra as ilegalidades cometidas naqueles estabelecimentos comerciais.

A diligência da FEPCES justifica-se, porque a Inspeção-Geral do Trabalho não intervém, como seria de esperar, contra a «infundável série de atropelos à legalidade» que se verificam nos supermercados, «com crescente intensidade desde 1979».

A petição entregue a Fernando Amaral, presidente da Assembleia da República, pede que «se dirija ao senhor Inspector-Geral do Trabalho para este informar das razões por que a Inspeção-Geral não intervém», nomeadamente na «Cadeia Pão de Açúcar». O mesmo é solicitado a Fernando Amaral relativamente ao ministro do Trabalho e ao secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional para que informem sobre as razões da não-intervenção no Pão de Açúcar.

Como em outros estabelecimento do sector, os sindicatos e a Federação sindical acusam os responsáveis por essas lojas de não cumprirem os horários de trabalho, de emprega-

ENCONTRO NACIONAL dos TRABALHADORES dos SUPERMERCADOS

18 Janeiro 1987

ALMADA (região Sul)
LISBOA (região de Lisboa)
PORTO (região Centro e Norte)

■ PARTICIPA ■ INTERVEM ■ PARTICIPA ■ INTERVEM ■ PARTICIPA ■ INTERVEM ■ PARTICIPA ■ INTERVEM

Por uma proposta reivindicativa nacional...

Trabalho precário ■ Horas de Trabalho ■ Turnos ■ Trabalho suplementar (extraordinário) ■ Trabalho nocturno ■ Descanso ■ Riscos ■ Cargos de trabalho ■ Polivalência ■ Transferência ■ Categorias, carreiras e ascensão ■ Salários ■ Regalias ■ As novas tecnologias ■ Reciclagem e formação profissional ■ Direitos das mulheres e dos jovens ■ Higiene e segurança no trabalho

FEPCES

rem pessoas em condições ilegais, de as obrigarem a trabalhar em condições indignas e contrárias aos mais elementares preceitos de higiene.

Além disso, a FEPCES acusa as administrações dos supermercados e centros comerciais, como o **Pão de Açúcar**, **Pingo Doce**, **Modelo**, **Ino**, **Expresso**, etc. de permitirem situações de salários em atraso.

Num boletim dirigido aos trabalhadores dos supermercados, a FEPCES refere, sem especificar, que há empresas desse ramo que devem «dezenas de milhar de contos» de salários em atraso.

A FEPCES refere também dívidas por trabalho extraordinário aos sábados e domingos, pois, conforme se sabe, muitas daquelas lojas estão abertas nos fins-de-semana.

Os sindicatos do comércio, escritórios e serviços filiados na FEPCES têm alertado regularmente as autoridades para situações escandalosas.

Mas, segundo averiguámos, um dos maiores escândalos é precisamente a inércia dos serviços da Inspeção-Geral do Trabalho, que dependem do respectivo Ministério, e que não só não actuam como chegam a aprovar horários ilegais.

No Encontro descentralizado de hoje, os trabalhadores aprovarão, entre outros documentos, uma **proposta reivindicativa nacional** que a FEPCES pôs à discussão na primeira semana deste mês.

Assembleia da República

Reforma Agrária

«Nada vai ser como dantes» — disse-nos João Amaral

«A solução que naturalmente surgirá no quadro das ideias-base dos projectos aprovados introduz uma garantia de estabilidade na zona de intervenção da Reforma Agrária e significa que mais nenhum acto de atribuição de reservas pode ser executado sem controlo prévio e decisão jurisdicional». As palavras são de João Amaral, deputado comunista a quem coube apresentar o diploma do PCP, e foram proferidas ao «Avante!» no rescaldo da derrota parlamentar sofrida pelo Governo, faz hoje oito dias, na Assembleia da República, cuja repercussão tão cedo não se apagará da vida política nacional.

Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito aos actos do Ministério da Agricultura, profundo conhecedor da matéria em debate, João Amaral definiu para o nosso jornal no decorrer de uma breve conversa os aspectos mais significativos e o verdadeiro alcance dos projectos de lei relativos à Reforma Agrária aprovados pela maioria democrática com assento parlamentar.

Pôr cobro às ilegalidades

Começando por adiantar as razões que presidiram à iniciativa parlamentar do PCP, o deputado comunista referiu a necessidade de pôr um travão à actividade ilegal e arbitrária do MAP, a qual visava a reconstituição do latifúndio e a destruição da Reforma Agrária.

De acordo com os trabalhos da Comissão de Inquérito e do que conhecia no terreno, esta actividade do Ministério atingia em sua opinião «as raíais do inadmissível» e constituía um «verdadeiro escândalo», servindo «todos os expedientes para entregar aos agrários as terras que detinham em 24 de Abril e para ferir de morte as UCPs/Cooperativas».

Fundamentando a sua afirmação, frisou que estes processos para além do mais «atentam contra as mais elementares regras que devem pautar a actividade administrativa», facto que conduziu a que «o Estado deixasse inclusive de ser visto como pessoa de bem».

«O Estado e os funcionários estavam sempre do lado dos agrários, davam-lhes sempre razão mesmo que não houvesse provas», recordou João Amaral para concluir que «não havia o mínimo de respeito por nada».

Desconfiança no ministro

Ora, conforme tratou de sublinhar, «em termos constitucionais a Administração Pública está sujeita a regras, na justiça, na imparcialidade, na prossecução do interesse público e na legalidade», normas essas que pelo facto de serem constantemente transgredidas terão pesado na decisão de outros partidos apresentarem os seus próprios projectos.

Em seu entender, foi a «completa desconfiança na actividade administrativa do ministro» que levou à apresentação dos projec-

tos do PS e do PRD, os quais, em suma, transferem a competência da atribuição das reservas para os tribunais, num caso, enquanto que no outro «impede a execução dos actos do ministro sem a fiscalização prévia dos tribunais».

Detendo-se ainda no projecto de lei do Partido e no facto de não ter sido viabilizado pelo PS e PRD, João Amaral deu-nos como explicação para o facto «a chantagem exercida pelo ministro sobre uma suposta colagem ao PCP».

«Só que o resultado, com a aprovação dos dois projectos — prosseguiu —, é não só o mesmo que já estava contido no do PCP (isto é, o ministro deixa de poder atribuir reservas), como passa a ser definitivo».

Muita coisa mudou

Instado a pronunciar-se sobre o que é que efectivamente mudou desde a aprovação dos dois diplomas, salientou que «qualquer actividade do ministro que conduza ao desapossar de terras das UCPs/Cooperativas é ilegítima, eticamente reprovável e politicamente uma atitude de confrontação com a maioria que na Assembleia da República mostrou querer retirar essa competência a Álvaro Barreto».

«Apesar das leis vigorarem só a partir da sua publicação no «Diário da República», lembrou ainda João Amaral, «o ministro e o Governo sabem qual é a vontade política e legislativa da Assembleia».

Afirmando-nos não se espantar que Álvaro Barreto queira provocar uma situação explosiva no Parlamento — «está-lhe no feitio e na postura política», diria a propósito — João Amaral acentuou contudo que essa será uma «situação perigosa para o regime».

Explicitando melhor o seu pensamento lembrou que o «Estado democrático e as instituições têm por adquirido que a lei 77/77 já mudou, o único órgão que tem competência para legislar sobre estas questões já disse que as coisas mudaram», pelo que, a verificarem-se abusos de poder, os trabalhadores agrícolas têm «acrescidas razões para resistir contra as ilegalidades».

«É natural até que o ministro queira envolver nisto forças policiais», disse ainda, «mas ao fazê-lo sabe que está a comprometer instituições de segurança



João Amaral: «O Ministério, pela sua prática, reconstituiu o latifúndio que a Constituição determina que seja eliminado, e liquida a Reforma Agrária que a Constituição determina que seja efectuada»

a quem cabe constitucionalmente a defesa da legalidade, transformando-as em meros instrumentos da sua política estritamente partidária e de confronto com outros órgãos de soberania».

Derrota do Governo

Referindo-se ainda ao novo quadro jurídico aprovado na passada semana, João Amaral chamou a atenção para o facto de o «bando de indivíduos acusados de corrupção e os membros do Governo sobre os quais recaem fortes suspeitas ficarem arredados da decisão final».

A este propósito, recordou que estamos em presença de «uma derrota profunda do Governo» tanto maior quanto é sabido que os aspectos de corrupção têm até agora aparecido pouco em cima da mesa. Mas, a verdade é que ela existe, e de tal modo, que «motivou exactamente a decisão que a AR acaba de tomar».

Convidado a comentar recentes afirmações na TV do deputado Capoulas, do PSD, sobre a inexistência de conclusões por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito às irregularidades do MAP, o nosso interlocutor escusou-se a dar uma resposta completa alegando para o efeito a sua qualidade de membro da referida Comissão e por isso mesmo sujeito ao «dever de confidencialidade», mas sempre nos adiantou considerar essas afirmações como «totalmente falsas». «O deputado Capoulas sabe perfeitamente — acrescentou ainda — que a Comissão no decurso do seu trabalho já encontrou claros casos de corrupção (casos que o ministro despachou, não podendo deixar de saber as fortes suspeitas que recaíam sobre todo o processo, casos que no fundo conduzem àquilo a que já disse: a atribuir às famílias dos agrários a terra que detinham em 24 de Abril, utilizando para o efeito todo o tipo de expedientes)».

E concluiu: «tenho pena que o deputado Capoulas me tenha obrigado a fazer esta declaração mas foi ele próprio que a suscitou pelo que não a podia deixar passar em claro».

Temos lei do ambiente

Terminado o debate do projecto de lei do PSD que condiciona a afixação de publicidade ou de propaganda, iniciado faz hoje uma semana, uma conclusão evidente é possível retirar da discussão travada: o completo isolamento do Governo. Até mesmo o CDS, acompanhando as severas críticas de todos os partidos com assento parlamentar, afirmou pela voz de Nogueira de Brito votar o diploma, mas para lhe introduzir «amplas alterações». O projecto acabaria por passar em votação realizada anteontem com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS e os votos contra do PCP e MDP/CDE. Absteram-se a deputada de «Os Verdes». Quanto ao PRD os seus deputados distribuíram-se pelas várias opções de voto...

desenvolvimeto agrícola andam a passo de caracol».

Depois de denunciar alguns casos de em- preendimentos que só por incúria ou incompe- tência continuam à espera de ser devidamente aproveitados, como acontece nos concelhos de Alandroal e Redondo, Custódio Gingão criti- cou severamente a política do Executivo no que diz respeito aos pequenos agricultores alentejanos, classificando-a de «demagógica», e tendente a provocar a instabilidade e a ruína.

Lei do Ambiente

Os trabalhos parlamentares da passada semana foram ainda assinalados pela aprova- ção de dois importantes diplomas relativos à política ambiental — a Lei do Ambiente e a que prevê a formação de Associações de De- fesa do Ambiente — facto que sem dúvida terá suscitado a simpatia e o agrado de quan- tos se preocupam com a defesa do meio que nos rodeia.

Resultado de um trabalho da comissão respectiva que elaborou os textos finais a partir dos diversos diplomas aprovados na generali- dade, os diplomas recolheram a satisfação unânime das bancadas parlamentares.

Expressando a posição do grupo parla- mentar comunista sobre esta matéria, o depu- tado Anselmo Aníbal afirmou que «é relevante que a Assembleia da República tenha legisla- do sobre esta área do viver colectivo e o tenha feito, no nosso entender, por forma não inócua e não emblemática. A Lei de Bases do Am- biente aponta globalmente para uma concep- tualização justa e correcta, para uma atenção aos factores ambientais naturais, percorrida por medidas de implementação desde já previstas, por estruturas que a nível da Administração Central e Local se terão que reforçar tecnicamente, promovendo a intervenção necessária, em permanência».

Autora de diversos projectos de diplomas sobre questões ecológicas, Maria Santos, deputada do Partido «Os Verdes», considerou por seu lado esta lei de Bases do Ambiente como «um instrumento indispensável para uma acção que concorre objectivamente para a de- finição de uma política ambiental», a qual deve promover a «participação e empenhamento do colectivo social».

Património da humanidade

A inscrição do Centro Histórico de Évora na lista do património mundial comum a toda a humanidade foi levada ao plenário de terça- feira última por Vidigal Amaro, deputado comunista que ainda há poucos dias, acompa- nhado por Custódio Gingão, visitara na quali- dade de eleito pelo distrito aquela cidade.

Historiando o longo processo iniciado há várias dezenas de anos em defesa deste valio- so património, processo que conheceu um novo impulso a partir de 1978 com a aprova- ção pela autarquia do seu Plano Director, o orador evidenciou o trabalho notável por esta desenvolvido, sem dúvida determinante para a decisão do Comité do Património Mundial.

«Évora merecia-o. Cidade do Alentejo com riquíssimo património histórico e cultural — afirmou —, Évora e as suas gentes souberam gerir bem o seu património, salvaguardá-lo e revalorizá-lo.

Depois de elogiar a cidade histórica por onde passaram ao longo de 20 séculos celtas, visigodos, romanos e árabes, povos que à sua passagem deixaram «marcas ainda hoje bem visíveis», e de enaltecer a «gestão e a vida democrática» que a têm caracterizado nos últi- mos anos, Vidigal Amaro expressou o voto de que no futuro o Estado e as organizações in- ternacionais competentes reforcem o seu apoio em meios financeiros, técnicos e humanos, por forma a que «os projectos de recuperação já efectuados pelo Municípios de Évora não mor- ram nas suas intenções».

Monopólio governamental

Odete Santos, falando em nome do PCP sobre este diploma que restringe também as inscrições ou pinturas murais, afirmou que a «Assembleia da República pode e deve encontrar as soluções para defender o património arquitectónico de degradações sem que isso signi- fique a imolação da liberdade de expressão no altar de outros interesses que estão mani- festamente subjacentes aos falsos argumentos que acompanham o projecto de lei do PSD».

Desmontando os propósitos do partido do Governo contidos na apresentação deste diplo- ma, a deputada comunista referiu que ele parte de «pressupostos viciados quanto à realida- de e à memória histórica da propaganda após o 25 de Abril», para concluir que o objectivo é «reforçar o monopólio governamental e do PSD quanto às formas de expressão, proibindo as que estão ao alcance e são mais usadas pelos partidos de oposição e organizações po- pulares».

Na cauda da Europa

O período antes da ordem do dia que an- tecedeu a dada altura se «os indicadores de saú- de, a facilidade de acesso a cuidados médicos, a quantidade e qualidade dos serviços de saú- de em Portugal no começo do ano de 1987 serão tão bons, cumprem os preceitos legais e constitucionais, garantem o direito à saúde, de modo a permitir que um Governo tome a medi- da de despedir de uma assentada cerca de 1500 médicos».

Detendo-se sobre a situação da saúde no nosso País, o camarada Vidigal Amaro interro- gou a dada altura se «os indicadores de saú- de, a facilidade de acesso a cuidados médicos, a quantidade e qualidade dos serviços de saú- de em Portugal no começo do ano de 1987 serão tão bons, cumprem os preceitos legais e constitucionais, garantem o direito à saúde, de modo a permitir que um Governo tome a medi- da de despedir de uma assentada cerca de 1500 médicos».

A resposta não tardou, pelo próprio, que recordou que «todos os indicadores de saúde nos colocam na cauda da Europa», números esses que, frisou, «assustariam qualquer go- vernante que fosse responsável».

Quanto ao despedimento injustificado dos policlinicos, o deputado comunista advertiu ain- da que «este despedimento colectivo irá piorar os serviços de saúde e levará à ruptura das urgências com o consequente encaminhamen- to daqueles que podem pagar, para a medicina privada e para as convenções. Os gastos com a saúde não irão assim diminuir, irão sim au- mentar, pois as convenções irão levar muitos milhões de contos».

Recursos desaproveitados

O deputado comunista Custódio Gingão abordou, por seu turno, as questões referentes ao aproveitamento hidro-agrícola do Alentejo. Perante o plenário, lembrou que «os nossos ribeiros e rios continuam a desaguar para o mar. O empreendimento do Alqueva continua adiado, sem razão séria que o justifique», en- quanto que outros projectos «essenciais para o

PCP

Distrito de Santarém

O que foi 1986 o que poderá ser 1987

• Comentário da DORSA do PCP

Na visão do Governo Cavaco Silva o ano de 1987 não prevê a tomada de medidas para solucionar a difícil situação económica e social em que se encontra o distrito de Santarém: não está prevista a tomada de medidas que impeça o encerramento de várias empresas e que dinamize a agricultura. O Orçamento do Estado (OE) não prevê o início da regularização do Vale do Tejo e do Sorraia. O que o Governo prevê é continuar a sua política demagógica e a auto-promoção tendo em conta objetivos eleitoralistas.

Reunida recentemente, a Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP, analisando a situação económica e social do distrito, fez um balanço a 1986 e colocou uma interrogação que, nestes primeiros dias e semanas do ano, muitos ribatejanos certamente têm colocado a si próprios e nas conversas com os conhecidos: **o que vai ser 1987?**

A DORSA do PCP avança um comentário:

«A realidade do distrito nos fi-

nais de 1986 demonstra que a política do Governo Cavaco Silva não tem resolvido os graves problemas regionais. Tem, sim, contribuído para o seu agravamento (...)

«O ano de 1986 finda com importantes avanços no sentido da consciencialização da causa destes e doutros males que afligem o distrito. Assim, o ano de 1987 entra com uma cada vez maior consciência e convicção — tanto entre a opinião pública,

como entre as forças políticas e sociais — que a solução dos problemas regionais e nacionais exige um novo rumo na vida política.

«Na actual situação, o ano de 1987 exige que todas as forças democráticas (particularmente o PS) ponham acima dos interesses partidários ou de estratégia eleitoral, os interesses da região e do País. Não basta dizer que se discorda do Governo, que o Governo governa mal e nada fazer para se encontrar uma alternativa democrática ao actual Governo.

«A DORSA do PCP, ao mesmo tempo que deseja um bom ano a todos os trabalhadores e a todos os democratas do distrito, está convicta que, com a luta das massas laboriosas e com a unidade e empenho de todos os democratas, é possível que no fim do ano de 1987 se esteja

mais próximo de resolver os grandes e graves problemas que afectam a região e o País.

«Por último, o ano de 1986 confirmou a importância e o papel do PCP, quer no combate à política de direita, quer na defesa e consolidação da democracia.

«Os acontecimentos durante 1986 (particularmente as eleições presidenciais) confirmam que o PCP não pode ser subestimado e a sua participação é indispensável para o desenvolvimento económico e social da região e do País, para a defesa do regime democrático.

«Porque o PCP tem soluções, não só para os problemas nacionais, mas também para os problemas regionais e confia nos trabalhadores e nas massas populares, a DORSA encara com optimismo e confiança o ano de 1987.»

Uma iniciativa de significado e alcance para o distrito e toda a região norte

A realização da 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP reveste-se de particular significado, desde logo pelo facto de ser o Porto o principal centro político, económico, administrativo, cultural, científico e desportivo da vasta região Norte do País, região onde vive mais de um terço da população de Portugal.

Grande pólo da vida intelectual, no Porto vivem, trabalham, intervêm e lutam mais de cinquenta mil intelectuais e quadros técnicos. Da sua intervenção social, profissional e política decorre, em parte considerável, muito do que é a vida de centenas de instituições de ensino, cultura, investigação, informação, saúde, desportivas, administrativas, autárquicas e outras.

A repercussão social da intervenção dos intelectuais e quadros técnicos transcende em muito a sua importância numérica directa e, nessa medida, a realização desta Assembleia constitui um acto de grande relevo na vida política do distrito.

Mas, significado particular lhe advém também de existir no Porto

uma importante organização de intelectuais e quadros técnicos comunistas, intimamente ligados à vida intelectual, cultural, científica, técnica e desportiva do distrito, militantes dum forte colectivo partidário, com uma intervenção política desde sempre destacada, seja na luta longa e difícil contra a ditadura, seja na construção, consolidação e defesa do Portugal de Abril.

Os temas em foco na Assembleia

Os intelectuais do Porto, em que se destacaram na primeira linha os militantes do PCP, participaram activamente, antes e depois do 25 de Abril, na luta pela democracia, a paz e o progresso na frente política, social e cultural.

Nas batalhas exaltantes que se seguiram ao derrube do fascismo, nos passos decisivos da construção do Portugal de Abril, a adesão dos intelectuais do Porto foi entusiástica, activa e empenhada. Hoje, quando se coloca perante

O Sector Intelectual do Porto do PCP vai realizar no próximo domingo, dia 18 de Janeiro, a sua 1.ª Assembleia, que decorrerá sob o lema «Com o PCP, por Abril!». Ao convocarem, prepararem e realizarem a Assembleia, os intelectuais comunistas do Porto procuram dar o seu contributo para o debate da situação e dos problemas com que se defrontam hoje os intelectuais portugueses, e para odiólogo e a acção comum dos democratas em torno dos problemas específicos dos intelectuais e da sua inserção na luta em defesa do 25 de Abril e das suas conquistas. Álvaro Cunhal é um dos convidados da Assembleia.

o nosso povo a urgência da demissão do governo minoritário do PSD de Cavaco Silva, que se empenha no prosseguimento da política de destruição do regime democrático, que ameaça a independência nacional e desenvolve uma acção de degradação da vida cultural, do ensino, da saúde e de manipulação da Comunicação Social, a realização desta Assembleia pretende constituir também um contributo no sentido de alcançar tal objectivo.

A Assembleia debaterá as questões políticas e ideológicas que se colocam na actualidade aos intelectuais e quadros técnicos, no contexto da aguda luta de

classes que se desenvolve na sociedade portuguesa, dos profundos processos que atravessam a época contemporânea de passagem do capitalismo ao socialismo e da revolução científica e técnica que marca o tempo presente.

Os problemas e as perspectivas de intervenção e de luta dos intelectuais e quadros técnicos do Porto na frente social e política, na vida cultural e na criação artística, bem como as tendências políticas e ideológicas que se registam no seio dos intelectuais do Porto, incluem-se nos temas em discussão na Assembleia.

Os problemas e as consequências para a vida e o trabalho dos



«A adopção de medidas imediatas para que seja reposto o funcionamento normal dos serviços de saúde do distrito, que é já de si muito insuficiente, designadamente através da imediata recolocação dos jovens médicos nos hospitais» é reclamada pela DORP do PCP em nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social

intelectuais, para o País e para a região, da política de direita prosseguida nos últimos dez anos, e a política democrática alternativa necessária para a democratização e desenvolvimento do ensino, da cultura, da investigação e da informação, e para o progresso e desenvolvimento da região, estarão igualmente presentes no debate.

A Assembleia irá proceder ao balanço crítico da actividade dos

intelectuais e quadros técnicos comunistas do distrito do Porto e à discussão e aprovação das linhas de orientação e de trabalho para o Sector Intelectual do Porto do PCP. A Assembleia elegerá a Direcção do Sector Intelectual do Porto, cuja composição será divulgada na sessão de encerramento.

Duzentos delegados

A 1.ª Assembleia do Sector Inte-

lectual do Porto é constituída por delegados e participantes.

Os delegados, num total de 200, estão a ser eleitos nas diversas organizações do sector proporcionalmente aos seus efectivos.

Os participantes são os membros do Partido, designadamente intelectuais ou com actividades afins, que estão organizados noutras organizações ou sectores da Organização Regional do Porto, que não o Sector Intelectual do Porto, e ainda membros da JCP, e que se inscreveram para participar na Assembleia, tendo direito ao uso da palavra e à apresentação de propostas, moções ou outros documentos.

Na 1.ª Assembleia estarão igualmente numerosos convidados, quer membros do Partido, quer outros democratas, com ou sem filiação partidária.

Horário dos trabalhos

Na Assembleia está prevista a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

Felgueiras

Novo Centro de Trabalho

• Assembleia no dia 1 de Fevereiro

Os comunistas do concelho de Felgueiras inauguraram no passado dia 20 de Dezembro um novo Centro de Trabalho do Partido, que fica a dispor agora de melhores condições para o desenvolvimento da sua actividade e luta naquele importante concelho do distrito do Porto.

Aí se concentra grande parte da indústria do calçado.

Um convívio com a passagem de um filme e uma intervenção

A Assembleia decorrerá no Salão Nobre da Faculdade de Economia do Porto, iniciando-se os trabalhos às 10 horas, prolongando-se a 1.ª sessão até às 12 horas e 30 minutos. A 2.ª sessão decorrerá das 14 horas e trinta minutos até às 17 horas. Às 17 horas e 15 minutos inicia-se a sessão destinada à eleição da Direcção do Sector Intelectual do Porto, sessão reservada aos delegados.

A sessão de encerramento começará às 18 horas.

Enquanto debate amplo, fraterno e vivo, a 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP, mobilizando o interesse e o trabalho de dezenas de organismos e grupos de trabalho e de apreciações e contributos individuais de comunistas e outros democratas, fica, à partida, a assinalar uma prova de inegável vitalidade e democracia partidárias, das potencialidades e da actualidade do marxismo-leninismo na consideração e na análise das realidades actuais, inclusive da situação e do futuro dos intelectuais.

Reunião plenária da DORP

A direcção da Organização Regional do Porto do PCP realizou no dia 10 de Janeiro a primeira reunião plenária de 1987.

Foram aprofundadamente discutidas a situação política e social a nível regional e nacional e o desenvolvimento da luta pela demissão do Governo minoritário do PSD/Cavaco Silva e pela concretização de uma alternativa democrática. A luta dos trabalhadores, dos agricultores e das restantes camadas laboriosas e a sua intensificação nas próxi-

mas semanas mereceu uma particular atenção. Foi também dado balanço às graves consequências económicas e sociais que já resultaram para a região do Porto do primeiro ano de integração de Portugal na CEE, confirmando a justiça da posição do PCP. Foi decidido aprofundar o estudo dessas consequências e apoiar a luta em defesa dos interesses atingidos e pela renegociação dos acordos que os ferem.

A DORP examinou também o

plano de trabalho da Organização Regional do Porto para os primeiros meses deste ano. Este plano concretiza os objectivos de dinamização da intervenção do Partido em todos os sectores e esferas de actividade, o aprofundamento da sua ligação às massas, e o reforço da organização partidária e da sua vida política. Entre as iniciativas previstas e marcadas referem-se a realização no próximo dia 18 da 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP, com a participa-

ção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, a realização em 13/14 e 15 de Março, no Palácio de Cristal, da festa do Partido da região do Porto e das outras iniciativas que serão oportunamente anunciadas.

Por último, a DORP analisou as conclusões da Conferência sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril, realizada em Novembro último em Lisboa, e discutiu medidas para a concretização no distrito do Porto das orientações aprovadas.

Campanha de fundos de Natal

Experiência positiva no reforço do Partido

Iniciada há pouco mais de um mês a campanha de fundos de Natal da ORP ultrapassou 85 por cento do objectivo traçado no seu início, podendo considerar-se um êxito no trabalho dos comunistas portuenses.

Cumpriram ou ultrapassaram as suas metas os sectores de Serviços e Intelectual, as organizações dos concelhos de Gondomar, Santo Tirso, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, estando as outras organizações muito próximo do seu objectivo.

O êxito da campanha de fundos de Natal na ORP assenta na grande receptividade por parte

dos comunistas, dos democratas e dos trabalhadores, à ideia de que é preciso dar ao Partido mais alguns meios financeiros extraordinários para fazer face à luta consequente que desenvolve na defesa da democracia, da liberdade e dos interesses do povo português.

Saliente-se como aspectos importantes da forma do encerrar a

campanha a constituição de comissões específicas, a funcionar com quadros motivados para a importância e para as possibilidades da tarefa; a existência de listas indicando caso a caso onde ir buscar e quando as verbas da campanha (abordagens, porta a porta, distribuição e controlo dos bilhetes de sorteio, mercados de Natal, leilões); o acompanhamento regular e semanal pelas comissões da campanha da evolução das metas parciais e periódicas e dos compromissos assumidos para a en-

trega dos valores pelos camaradas e amigos; o envolvimento de mais de mil camaradas na distribuição e venda dos bilhetes do sorteio integrado na campanha.

Recolher os valores e materiais dispersos que, por um ou outro motivo, ainda não chegaram ao Partido e continuar o esforço para conseguir os meios financeiros indispensáveis à actividade do PCP é tarefa que se impõe a toda a ORP. Esta campanha demonstrou ser objectivo ao alcance da organização.

31 de Janeiro e 1 de Fevereiro

2.ªs Jornadas Algarvias

O impacto da adesão à CEE nas pescas e conservas agricultura e turismo

A Direcção Regional do Algarve (DORAL) do PCP vai promover nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro as II Jornadas Algarvias. Trata-se, à semelhança do que sucedeu com a primeira edição desta iniciativa, de um amplo debate, aberto a todos aqueles que nele queiram participar, tendo desta vez como objectivo central analisar as consequências da integração na CEE, um ano após a adesão, em três importantes sectores da economia algarvia: agricultura, pescas/conservas, e turismo.

Agricultura

● Sábado, 31 de Janeiro, 15 horas, Assembleia Distrital, Faro.

Análise geral à situação da agricultura no Algarve; financiamento; direito de estabelecimento; face à integração na CEE; a hortofruticultura; comercialização dos produtos agrícolas; defesa dos solos agrícolas.

Os debates serão introduzidos pelos seguintes oradores: ● Rogério Brito, deputado do PCP, membro das Comissões de

Agricultura e de Integração Europeia na AR;

● Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu; ● Carlos Amaro, engenheiro agrónomo; ● José Faustino, agricultor.

Pescas e Conservas

● Domingo, 1 de Fevereiro, 9 e 30 horas, salão do Sindicato das Conservas, Olhão.

Balanço à situação das pescas algarvias; recursos piscícolas da região; política de investimentos; actividade piscatória e comercialização; legislação decorrente da adesão à CEE; acordos de pescas com a Espanha; balanço à situação da indústria conserveira; situação e problemas dos trabalhadores do sector.

Os debates serão introduzidos pelos seguintes oradores:

● José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP e vice-presidente da AR; ● José Cruz, deputado e membro do Plenário da DORAL; ● José Morte, dirigente sindical, membro do Plenário da DORAL;

● Marcolino Jorge, dirigente sindical, membro do Plenário da DORAL;

● Rodrigues Pereira, industrial de conservas;

● Jerónimo Telxela, economista;

● Frederico Pereira, dirigente sindical.

Turismo

● Domingo, 1 de Fevereiro, 9 e 30 horas, Assembleia Distrital, Faro.

Balanço à situação da actividade turística no Algarve; análise ao verdadeiro saldo da balança turística; o direito de estabelecimento face à integração na CEE; a promoção do turismo e a qualidade da oferta; o turismo e a dinamização cultural; os problemas sociais que enfrentam os trabalhadores do sector.

Os debates serão introduzidos pelos seguintes oradores:

● Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e deputado pelo Algarve; ● Vítor Neto, membro do CC do PCP; ● Joaquim Miranda, deputado do PCP no Parlamento Europeu; ● Fernando Amaro, dirigente sindical, membro do Plenário da DORAL; ● João Rodrigues, membro da Comissão Executiva da RTA; ● João Félix, membro da Comissão Executiva da RTA.

1.ª ASSEMBLEIA DO SECTOR INTELECTUAL DO PORTO DO PCP

COM O PCP, POR ABRIL

18 JANEIRO (DOMINGO) 10 H. FACULDADE DE ECONOMIA DO PORTO

18 H. — ALVARO CUNHAL

Ver nesta edição do caderno Em Foco.

Álvaro Cunhal na Beira Interior

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, vai deslocar-se à Beira Interior no fim-de-semana de 24 e 25 deste mês.

Do programa da visita fazem parte iniciativas em S. Jorge da Beira, Barroca (S. Francisco), Unhais da Serra, Covilhã, Canhoso, Aldeia de Carvalho, e Tortosendo.

PCP

Recessão industrial, médicos despedidos, lutas

Distrito de Coimbra continua à espera ...

• O ponto da situação numa nota do Executivo distrital do PCP

O distrito de Coimbra continua a viver uma época de recessão industrial e nenhuma das medidas necessárias ao desenvolvimento da região está a ser tomada pelo Governo Cavaco/PSD — refere o Executivo da Comissão Distrital do PCP, em nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social.

Reunido no passado dia 8 no Centro de Trabalho do Partido na capital do Mondego, aquele organismo de direcção analisou a situação social e económica do distrito, salientando na nota enviada à imprensa a situação de empresas como a Termec, Foznave e Vidreira da Fontela.

A primeira foi declarada em fâncula, na segunda cerca de 100 dos 120 trabalhadores recorreram à suspensão de contrato pelo não pagamento de salários; na Fontela, «face à venda recente desta unidade fabril a duas empresas estrangeiras, exige-se que os trabalhadores sejam considerados credores privilegiados e lhes sejam garantidos os postos de trabalho a criar com o reinício da laboração».

Para além de graves problemas nas empresas, outros sectores são atingidos pelas consequências de uma política contrária aos interesses nacionais e regionais. A Distrital do PCP exemplifica, lembrando o que se passa em duas unidades hospitalares do distrito:

«No Hospital Distrital da Figueira da Foz 21 médicos policlinicos foram despedidos, a somar a outros cerca de 120 também

despedidos nos hospitais de Coimbra, tudo em consequência das orientações da ministra Beza e do Governo, pondo em causa a prestação dos cuidados mínimos de saúde às populações».

Lutas e Ano Europeu do Ambiente

Salientando que «a luta dos trabalhadores e da população do distrito tem crescido nas últimas semanas», o Executivo da CD, a título de exemplo, saúda «a luta da população e das forças democráticas que em Coimbra conseguiram a suspensão dos projectos aumentos dos transportes municipalizados, proposto pelo vereador do CDS, Manuel de Oliveira, e também a luta dos trabalhadores dos Serviços de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal de Coimbra, que estiveram em greve, cumprida a 100 por cento, no passado dia 2, contra o Decreto-Lei 48/76 imposto pelo Governo e que lhes rouba cerca de 7 mil escudos em média nos salários».

Acrescenta a nota:

«O PCP solidariza-se com tais

lutas, exige que não haja aumentos nos transportes e a revogação do Decreto-Lei 48/76, e exorta os trabalhadores a continuarem a luta com firmeza e em unidade até à satisfação das suas reivindicações».

Comentando a consagração deste ano de 1987 como **Ano Europeu do Ambiente**, o Executivo da Comissão Distrital do PCP, chamando a atenção para «o propósito do Governo em fazer mais demagogia e autopropaganda», comenta a dado passo:

«No distrito é urgente regulamentar e impedir a poluição causada pelas celulosas (Celbi e Soporcel) e pelas cimenteiras, concretizar o plano de Estações de Tratamento de Águas Residuais — ETARs.

«No concelho de Coimbra é urgente que 1987 seja o ano da consagração legal do **Paul de Arzila** como Reserva Natural, o ano da preservação do **Choupal**, da proibição da extracção de areias do Campo do Bolão e noutros locais do rio e da promoção e defesa da Mata de Vale de Canas».

E conclui a nota:

«O Executivo da Comissão Distrital de Coimbra do PCP considera fundamental e decisiva a luta dos trabalhadores do distrito, para a demissão do Governo Cavaco Silva, bem como o entendimento e a convergência dos democratas no sentido de se alcançar um governo de alternativa democrática.

«O PCP apela aos trabalhadores e às forças democráticas do distrito para que participem na Jornada de Luta Nacional contra a política de direita antipopular e antinacional do Governo, marcada pelo Movimento Sindical Unitário para o dia 31 de Janeiro em Coimbra e na Figueira da Foz.»



O Executivo da C. Distrital de Coimbra do PCP toma posição sobre vários aspectos da situação e das lutas neste distrito. Os problemas do Paul de Arzila são salientados nessa nota e também num documento da Comissão Concelhia

Paul de Arzila É preciso actuar!

É preciso actuar! O alerta é lançado pela Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, em nota divulgada no passado dia 8 aos órgãos de Comunicação Social a propósito da situação em que continua o Paul de Arzila, «sem dúvida um ecossistema notável e uma riqueza natural da região».

Salienta a nota dos comunistas de Coimbra:

«O deputado do PCP **João Abrantes** e a deputada de «Os Verdes», **Maria Santos**, entregaram na Assembleia da República, em fins de Fevereiro de 1986, o Projecto-Lei n.º 155/IV para criação da Reserva Natural do Paul de Arzila e posteriormente, em Junho, fizeram um Requerimento ao Governo para saber se estava ou não prevista, no imediato, a instalação duma comporta de regularização da entrada e saída de água do Paul para o rio.

«Os eleitos comunistas nos órgãos de Poder Local, com particular destaque para a **Junta de Freguesia de Arzila**, tudo têm feito pelo Paul.

«Entretanto, terminou 1986. O Governo nada fez e o Paul está cada vez mais ameaçado:

- As Obras do Mondego baixam o chamado nível freático das águas e os 100 ha do Paul correm risco de secar;
- Os canais rijos alastram substituindo-se

ao tradicional e flexível «bunho» o que impede a vida normal dos patos e outras aves;

- Os detritos de algumas fábricas poluem a Ribeira de Arzila;
- As valas de irrigação e escoamento, entopem;
- O Paul não tem bons acessos.

Estes são problemas a que urge dar resposta imediata antes mesmo da consagração legal do Paul como Reserva Natural.

A pretexto do «Ano Europeu do Ambiente» o Governo ensaia já, com grande alarido, a demagogia e a autopropaganda do costume.

A propósito do Paul de Arzila, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP denuncia o desinteresse dos sucessivos governos pela questão e exige à **Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais** que não descure por mais tempo as medidas necessárias à protecção do Paul de Arzila, ouvindo as entidades que mais se têm interessado e respeitando o trabalho por elas já desenvolvido.»

**COMBATER A DESINFORMAÇÃO
LEVAR AOS TRABALHADORES
A VOZ DO PCP**

COMPRA O **Avante!** DIVULGA

CAMARADA:

A Comunicação Social do Estado, ferreamente controlada pelo governo PSD/Cavaco Silva, procura esconder as lutas dos trabalhadores, diminuir o impacto do seu protesto e silenciar a voz, as opiniões e as propostas do PCP.
Para combater esta autêntica barreira de silêncio, É NECESSÁRIO ALARGAR A DIVULGAÇÃO DO «Avante!».

É FÁCIL E ATRAENTE A LEITURA DO «AVANTE!»
NELE PODES ENCONTRAR TODAS AS SEMANAS:

- O **EDITORIAL** com a análise dos principais acontecimentos da semana.
- A **VOZ DOS TRABALHADORES** com a divulgação das principais lutas e reivindicações.
- A **ACTIVIDADE PARTIDÁRIA** por todo o País.
- **EM FOCO** com a reportagem das importantes acções em Portugal e no Mundo.
- A **AGENDA** dos principais acontecimentos culturais da semana.
- A **SÍNTESE DA IMPRENSA** com extractos de notícias de outros órgãos de informação.
- A **PÁGINA INTERNACIONAL** com a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o Mundo.

O exemplo vem do Minho, através da SIP da Direcção Regional do PCP. É uma folha para passar de mão em mão, onde se explica em breves palavras porque é necessário alargar a difusão do «Avante!» No verso da folha é referido «aos novos leitores do «Avante!» que este jornal «é um precioso instrumento de trabalho nas mãos dos comunistas e de todos os trabalhadores portugueses, é uma arma contra a demagogia e a mentira do patronato, do Governo e de toda a direita, é a voz democrática e livre do PCP ao serviço dos trabalhadores, do povo e da Pátria». O exemplo vem do Minho...

Camaradas Falecidos

Isabel Moita

Vítima de grave doença faleceu anteontem, terça-feira, a nossa camarada Isabel Maria Curates Moita, de 46 anos. Era desde os anos 60 militante do Partido, sendo funcionária na clandestinidade. Conheceu as prisões da polícia política do fascismo e desempenhou um papel muito activo nas estruturas de apoio aos presos políticos, tendo integrado a Comissão Nacional de Apoio. Ultimamente, a camarada Isabel Moita militava na Organização dos Trabalhadores Científicos do Partido, isto depois de ter perfecido ao organismo de direcção da Função Pública da ORL e ao Executivo da Comissão Concelhia de Cascais. Foi também membro da Assembleia Municipal de Cascais e activa colaboradora do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC). Ligada ao Instituto Hidrográfico, Isabel Moita era uma geóloga distinta, com trabalhos publicados e reconhecidos internacionalmente.

Militante profundamente dedicada ao PCP, aceitou sempre as tarefas que lhe foram propostas, nomeadamente em períodos difíceis para o seu Partido.

Jacinto Faustino

Ferroviário reformado, de 74 anos, militante do Partido desde os anos 30, faleceu recentemente o nosso camarada Jacinto Faustino, que colaborou na reorganização do Partido, no Barreiro, tendo sido preso pela PIDE. Com outros camaradas, Jacinto Faustino esteve ligado à abertura legal do primeiro Centro de Trabalho do Partido Comunista Português logo após o 25 de Abril, no Barreiro.

Francisco dos Santos Fiel

Operário conserveiro reformado e antigo dirigente sindical, faleceu em Olhão o nosso camarada Francisco dos Santos Fiel. O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar naquela cidade algarvia.

Francisco dos Santos

Com 62 anos, faleceu o militante comunista Francisco dos Santos, reformado da Trefilaria (Sacavém). Membro do PCP há longos anos, residia em Á-dos-Potes, Alverca. Integrou comissões de moradores e listas da Aliança Povo Unido para as eleições autárquicas.

José Pomba Cupido

Natural de Alcácer do Sal, no distrito de Setúbal, faleceu após prolongada doença o nosso camarada José Pomba Cupido. Em nota que fez chegar à nossa Redacção, a Comissão Concelhia de Alcácer refere que José Pomba Cupido era membro do PCP desde o 25 de Abril e uma figura prestigiada naquele concelho, onde foi o primeiro presidente da Câmara eleito após a Revolução dos Cravos.

Aníbal do Carmo Santos

No passado dia 25 faleceu o nosso camarada Aníbal do Car-

mo Santos, membro da célula dos trabalhadores comunistas do Município de Torres Vedras Tinha 47 anos.

António dos Santos

Em Runa, faleceu no passado dia 24 o militante comunista António dos Santos, de 81 anos. Em nota que enviou ao «Avante!», a Comissão Concelhia de Torres Vedras lembra que António dos Santos foi participante na revolta dos marinheiros de 7 de Fevereiro. Preso, foi deportado para África, durante dois anos. Foi expulso da Armada, vindo a ser reintegrado após o 25 de Abril. Militante do Partido desde os duros tempos da ditadura fascista, destacou-se como activista nas lutas pela jornada das oito horas dos trabalhadores rurais.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Terra

Acção legislativa e luta de massas

Impõem vitória da Reforma Agrária e pesada derrota do Governo

A aprovação na generalidade pela Assembleia da República, na passada semana, de dois projectos de lei da autoria do PS e do PRD que retiram poderes ao ministro Álvaro Barreto e ao Governo para a demarcação de reservas e transferem essa competência para os tribunais administrativos, constituiu uma clara vitória dos trabalhadores da Reforma Agrária não apenas pela pesada derrota que impõe ao Governo e seus objectivos como pela estabilidade que finalmente pode introduzir na exploração e uso da terra por parte das UCP's/Cooperativas do Alentejo e Ribatejo.

Coroando uma persistente e corajosa luta dos trabalhadores agrícolas do Sul — batalha no decorrer do qual foram incansavelmente denunciadas, através das mais diversas acções, as ilegalidades e arbítrios do MAP —, foi possível dar a conhecer ao País a situação inaceitável existente na zona de intervenção da Reforma Agrária, alerta que pesou decisivamente na decisão maioritária da Assembleia da República de travar as ilegalidades, o roubo de terras e a destruição das UCP's/Cooperativas.

Reconhecimento das ilegalidades

Conforme salienta um comunicado do Secretariado das UCP's/Cooperativas e dos Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal emitido a propósi-

to desta decisão da Assembleia da República, a aprovação destes projectos vem dar razão aos trabalhadores e é ao mesmo tempo «o reconhecimento das ilegalidades, abusos de poder, prepotências e desrespeito sistemático pelas decisões judiciais praticadas pelo Governo».

Lamentando que o reconhecimento desta situação não tenha sido levado até às últimas consequências por parte de algumas forças democráticas — recorde-se que só o projecto de lei do PCP contemplava, tal como os trabalhadores reclamam, a suspensão definitiva de reservas até à conclusão do Inquérito parlamentar às actividades do Ministério da Agricultura — as organizações da Reforma Agrária lembram que já seria tempo, ao fim de dez anos, de pôr termo à ofensiva e à destruição das UCP's/Cooperativas», não deixando qualquer possibilidade de

poderem ser atribuídas reservas (mesmo através dos tribunais), como agora acontece, tanto mais que o prazo legal terminou há oito anos.

Com efeito, a não aprovação do projecto de lei do PCP — o primeiro a dar entrada na Assembleia da República — mantém em aberto a possibilidade (embora contra a vontade política e legislativa da Assembleia da República) de novas reservas e de ataques às unidades de produção, hipótese contra a qual os trabalhadores desde já se insurgem, exigindo que não seja demarcada mais nenhuma reserva e para que «parem definitivamente e completamente todas as formas de ofensiva», designadamente durante os próximos dez dias, período durante o qual os projectos de lei agora aprovados na generalidade vão ser votados na especialidade.

Apelo à vigilância

Apelando à vigilância das forças democráticas, os secretariados sustentam ainda que o Executivo de Cavaco Silva e o Ministério «não têm qualquer legitimidade moral e jurídica para, aproveitando este período, tentarem eventualmente desencadear um processo generalizado de despachos de entregas de ter-

ras», utilizando para o efeito as mais «diversas artimanhas», ao mesmo tempo que alertam as forças de segurança para que não se deixem envolver em «tais manobras».

Interpretando estas medidas legislativas como um importante travão à destruição da Reforma Agrária, o comunicado sublinha entretanto que elas constituem uma oportunidade para que seja reposta a legalidade democrática nos campos do Sul, acção que passa pela execução, pela suspensão de mais de meia centena de acções de reivindicação de propriedade e pelo prosseguimento da Reforma Agrária com a liquidação do latifúndio.

O fim de todas as formas de discriminação contra a Reforma Agrária, uma política de apoio



Os trabalhadores da Reforma Agrária esperam que esta decisão da Assembleia da República permita, finalmente, introduzir a tão desejada estabilidade na exploração da terra por parte das UCP's/Cooperativas do Alentejo e Ribatejo

técnico e financeiro e de formação profissional, o acerto de contas entre o Estado e as UCP's/Cooperativas, constituem por último outras tantas exigências apresentadas pelos Secretaria-

dos e Uniãoes por forma a que se criem as condições de estabilidade e paz que permitam o aproveitamento das potencialidades da região e um futuro de desenvolvimento e progresso.

Avultam perigos para os agricultores

— alerta CNA a propósito da integração na CEE

Ao proceder a um balanço no domínio agrícola do primeiro ano de adesão do nosso País à Comunidade Económica Europeia (CEE), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) constatou que neste sector «cada vez está a ficar mais comprometida uma integração harmoniosa», ao mesmo tempo que avultam os «perigos» para os agricultores.

Tornada pública em comunicado na sequência de uma reunião da sua direcção recentemente realizada em Coimbra, esta posição da CNA fundamenta-se no facto de continuarem a «aumentar os encargos dos agricultores, roubando a competitividade dos

nossos produtos», enquanto que, por outro lado, os agricultores e suas organizações mais representativas «continuam a ser postos à margem de todo o processo de integração no Mercado Comum».

Na opinião da CNA «qualquer política agrícola divorciada dos agricultores será sempre votada ao fracasso», razão pela qual, em seu entender, é absolutamente indispensável «a participação da lavoura em todas as instâncias onde os problemas da nossa agricultura são discutidos».

A propósito da falta de diálogo do Governo em questões parti-

cularmente sentidas pela produção, tanto mais inaceitável quanto se sabe incidir sobre questões particularmente sentidas pela produção, recorda ainda a CNA «o facto de uma vez mais o Governo legislar sobre um aspecto tão sensível como a produção de leite sem qualquer espécie de discussão com a lavoura».

No decorrer dos trabalhos do Conselho Nacional foi também apreciado pelos participantes o projecto de discussão do IV Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal (Assembleia Geral da CNA), a realizar em 15 de Fevereiro próximo, em Coimbra.

Contra lei roubo Compartes de Bragança em defesa dos seus baldios

Compartes das zonas serranas do Centro e Norte do País continuam a desenvolver as mais variadas acções em defesa da actual lei dos baldios e a manifestar o seu repúdio pelos projectos de lei entrados na Assembleia da República, inicialmente por diligência dos partidos de direita, os quais visam retirar aos povos a administração democrática desta terras comunitárias.

Desta feita foram os compartes das aldeias de Soutelo, Cova da Lua, Portelo e Vilariño (concelho de Bragança) que vieram a público manifestar o seu descontentamento por mais este atentado contra a vontade das populações no decorrer de Assembleias de Baldios realiza-

das há dias naquelas localidades, durante as quais foram aprovadas moções onde, entre outras coisas, se solicita aos deputados do CDS, PSD, PS e PRD que «retirem os novos projectos de lei da Assembleia da República, pois, ao fazê-lo contribuirão para uma causa em benefício dos povos serranos».

«Será que os partidos e respectivos deputados, autores dos novos projectos de lei, têm consciência do erro que cometem ao anularem a lei existente», interrogam-se, por exemplo, os compartes de Soutelo, inconformados com esta iniciativa cujo propósito é acabar com uma lei que

consideram ser «a que melhor serve os povos» e que, por isso mesmo, «querem que continue».

Na moção aprovada em Soutelo, tal como as restantes já enviadas aos grupos parlamentares da Assembleia da República, os subscritores exigem ainda da Administração Florestal não apenas o cumprimento da actual lei (39 e 40/76) como ainda medidas de apoio efectivo à resolução de muitos dos problemas que atingem as populações, ao mesmo tempo que reclamam dos serviços oficiais a instalação dos tão prometidos parques de recepção para as madeiras queimadas nos incêndios que anualmente devoram as nossas florestas.

Esclarecimento e acção

Com o intuito de explicar aos trabalhadores e às populações o real alcance da vitória decorrente das decisões tomadas pela Assembleia da República, faz hoje oito dias, os Secretariados das UCP's/Cooperativas estão a promover várias iniciativas de esclarecimento (comícios, sessões, encontros, plenários) que se prolongarão até ao final da semana corrente.

De acordo com uma informação chegada à nossa redacção estão agendadas as seguintes acções:

No distrito de Santarém, comícios no Couço, dia 17, às 15 horas, na Casa do Povo; e em Alpiarça, no mesmo dia, pelas 20 horas.

No distrito de Portalegre, plenário em Montargil, hoje, às 20 horas, na Casa do Povo; e

no próximo sábado, em Campo Maior, também às 20 horas, na Casa do Povo.

Para o distrito de Évora estão programados dois plenários para hoje, dia 15, às 15 horas, abertos a todos os trabalhadores, em Montemor-o-Novo (Teatro Curvo Semedo) e cidade de Évora, nos pavilhões do Rossio de S. Brás.

Na sequência dos plenários previstos para ontem em Beja e Vidigueira, neste distrito estão ainda marcados para amanhã sexta-feira, às 10 horas, sessões em Aljustrel, junto à Câmara Municipal, Odemira, Mértola (salão da Junta de Freguesia) e Serpa, 14 horas, na Casa do Povo.

No distrito de Setúbal, segundo apurámos, estão marcados plenários de trabalhadores nas UCP's/Cooperativas.

Um passo em frente

Tomando posição sobre a aprovação parlamentar dos projectos de lei que retiram ao ministro da Agricultura a competência exclusiva da atribuição de reservas, a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP tornou público um comunicado onde saúda esta «vitória da luta corajosa e sem tréguas dos trabalhadores», realçando ao mesmo tempo a pesada derrota que esta decisão constituiu para o Governo de Cavaco Silva.

Definindo-a como «uma vitória parcial», o texto do comunicado recorda a importância que para ela teve a luta consequente e prolongada do proletariado rural do

Sul, marcada por muitos e duros sacrifícios, mortes (Caravela e Casquinha), «milhares de espancados e feridos, roubos e destruições», uma luta durante a qual esteve sempre viva, por outro lado, a solidariedade activa e fraterna de outros sectores e forças sociais e sindicais.

Na opinião dos comunistas alentejanos «é um passo em frente muito importante que dez anos de luta tenham imposto às forças reaccionárias limitações na sua fúria destruidora», conquista cujo mérito se fica a dever em grande parte, sem dúvida, à iniciativa legislativa do PCP a partir da qual o País tomou conhecimento das

violações da lei, violência e ilegalidades que têm caracterizado a actuação do Ministério de Álvaro Barreto.

Depois de apelar à vigilância dos trabalhadores agrícolas e de exortar ao reforço da sua unidade, a DORSA reafirma o seu apoio total às reivindicações da Reforma Agrária, designadamente ao fim da ofensiva, à reposição da legalidade democrática e à implementação de uma política de apoio que garanta o desenvolvimento do Alentejo, da agricultura, da produção e assegure «estabilidade política e social para que os trabalhadores possam produzir em paz».

Em qualquer altura do ano ofereça livros!



Estes são livros fundamentais!



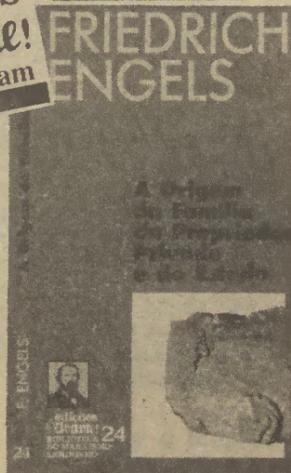
Em 1945, o plano nazi-fascista de dominar o mundo foi derrotado. Mas as raízes do fascismo não foram completamente extirpadas. Hoje existem grupos e partidos fascistas ou de tipo fascista em quase 60 países do mundo capitalista, que actuam como ponta de lança da reacção imperialista.

Os autores da presente obra revelam a essência de classe do fascismo dos anos 80, analisam os seus instrumentos psicológico-sociais, as vias e os métodos de penetração da sua propaganda nas massas, mostram a inconsistência da ideologia do fascismo.



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses e que durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mais difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

edições *Avante!* Recomendam



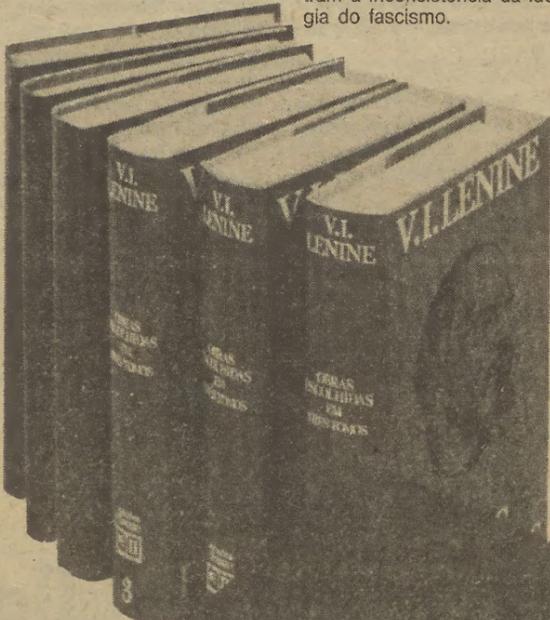
Segundo a concepção materialista, o momento em última instância determinante na história é a produção e reprodução da vida imediata. Esta é, no entanto, por sua vez também, de dupla espécie. Por um lado, a produção de meios de vida, de objectos, de alimentação, vestuário, habitação e dos instrumentos necessários para isso; por outro lado, a produção dos próprios homens, a reprodução da espécie.

Friedrich Engels



Reúnem-se na presente edição as intervenções e documentos relativos aos trabalhos do XI Congresso (Extraordinário) do PCP, realizado na Amadora, em 2 de Fevereiro de 1986.

Convocado em 28 de Janeiro pelo Comité Central do PCP para definir a atitude do Partido na 2.ª volta das eleições presidenciais, o XI Congresso (Extraordinário) do PCP constituiu, em condições de uma grande complexidade política, uma nova demonstração da profunda identificação dos comunistas com os superiores interesses da defesa da liberdade e do regime democrático.



**OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX / ENGELS
OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE**

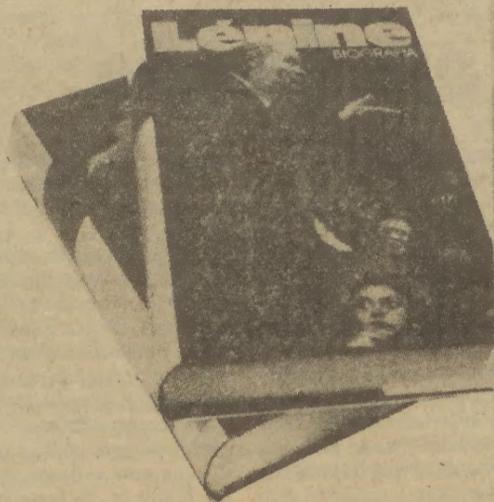
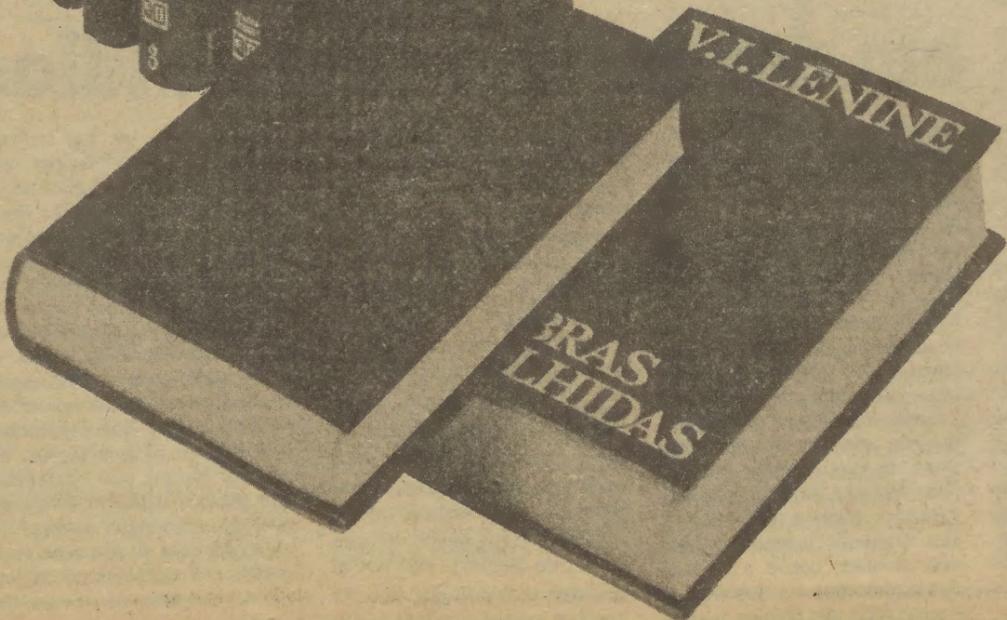
FINALMENTE A TRADUÇÃO PORTUGUESA RIGOROSA DOS PRINCIPAIS TEXTOS DE MARX, ENGELS E LÉNINE

BIOGRAFIAS PREPARADAS POR UM COLECTIVO DE AUTORES DO INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO

*Karl Marx
F. Engels
Lenine*

CADA VOLUME:

Mais de 600 páginas
Formato: 14,6x22,0
Volume encadernado
Vários extratextos
Com fotos



Nacional



Praça da Liberdade

Ninguém roubará o Horto a Miragaia

A população de Miragaia trava há anos uma importante luta em defesa do Horto das Virtudes.

Abandonado pela Câmara (talvez alguém à espera de nascerem melhores dias para a sua utilização para benefício privado), o local privilegiado da cidade — o rio ao fundo — é o único espaço verde da freguesia que pode e deve constituir um local de descanso, de recreio e de desporto.

Ainda os adultos eram crianças e já brincavam no Horto, quantas vezes fugindo do guarda, e o Horto faz parte ainda hoje, e fará da sua vida, da vida de Miragaia.

Estudos e mais estudos, projectos globais que nunca se concretizam, têm ano após ano, servido de justificação para nada ser feito a não ser o apressar dos preparativos para dar a outros a melhor fatia (sempre de forma provisória, é claro, como convém).

Mas enganaram-se os grandes senhores da cidade — o Horto não vai ser para «cortes» de ténis da grande burguesia da cidade. A população de Miragaia é teimosa — teimou em lutar por um futuro diferente para os seus filhos, não abdica disso. Soube escolher a sua junta e tem a junta ao seu lado. O Horto vai ser aberto à população de Miragaia e da cidade.

Noite de 30 de Novembro. Centenas de pessoas, de trabalhadores, de jovens, dirigem-se ao Horto dispostos a defender uma simples escada de cimento, destruída na véspera por meninos bem do Miraclub, que a junta construía para ter acesso aos socacos.

Para a população, e também para os seus inimigos, a escada ganhou de imediato uma grande força e significado — ela simbolizava o destino do Horto. E apesar da ordem de demolição do presidente da Câmara, da ida lá da polícia municipal, das permanentes provocações, durante 15 dias, dia e noite, a população montou guarda à escada que hoje se mantém de pé, firme, símbolo da força da junta, das colectividades e da população.

Através do vereador da APU, a proposta da junta, com o apoio de mais de 600 assinaturas da população, de dezenas de assinaturas de dirigentes de todas as colectividades e de resoluções de todas as suas direcções, sobe à Câmara. PS e PPD não se têm mostrado apressados para a sua votação. Mas ela acabará por ser votada. Miragaia terá enfim o seu Horto.

■ M

PCP

Clube de amizade internacional «José Dias Coelho», de Moscovo, comemorou o 10.º aniversário

Em Lisboa, a 19 de Dezembro, uma pequena e simples cerimónia assinalava a morte do artista e militante comunista José Dias Coelho, na rua onde foi abatido pela PIDE.

Em Moscovo, na Escola n.º 47, escola de Ensino Médio Especializado de Construção Civil, o Clube de Amizade Internacional (KID), que tem o nome de José Dias Coelho, comemorava o 10.º aniversário da sua constituição, prestava assim homenagem ao combatente português pela liberdade.

Duas cerimónias no espaço e no tempo, uma inserida na luta pela defesa e consolidação da democracia, outra parte integrante da educação da juventude nos ideais da solidariedade internacional. Uma só cerimónia unindo dois povos na luta pelo progresso e pela paz.

O nome de KID não é casual, este é um clube de Amizade com os comunistas portugueses, com o povo português, com Portugal e por isso que nome melhor do que o nome de um herói português para o identificar?

Os interesses do Clube são diversificados: Portugal — à sua história passada e recente, a sua música, cultura, arte; o povo português — as suas conquistas, as suas dificuldades; os comunistas portugueses — a sua luta, a história do seu partido. Naturalmente, diversas são também as suas actividades: correspondência com jovens portugueses, encontros e convívios com portugueses visitantes e residentes, campanhas de solidariedade e outras; mas sem dúvida que as iniciativas de maior relevo são as comemorações do aniversário do PCP, o 25 de Abril e o aniversário do Clube. Em todas elas os jovens membros do Clube coadjuvados por outros escolares, responsáveis da escola, Komso-mol e Partido colocam o seu empenhamento alegre e simpático.

Os membros do KID escolheram o dia 19 de Dezembro, dia em que José Dias Coelho foi as-



A solidariedade fez dez anos na escola técnico-profissional n.º 47, em Moscovo. No ano passado cantou-se assim, na festa que o «Avante!» também noticiou. «Contem muitos e bons!» — como se diz aos amigos em dia de aniversário

sassinado, para o aniversário do Clube. E todos os anos, neste dia, numa grande festa para alunos e amigos convidados, o Clube presta contas da sua actividade, rende homenagem a José Dias Coelho e oferece um espectáculo em que participam alunos e convivas.

Este ano, por ser o 10.º aniversário, a tudo foi dedicado maior atenção, resultando numa festa maior, mais bonita e com um programa mais cuidado.

Um museu como prenda de anos

A grande novidade deste aniversário foi a inauguração do Museu. Numa sala ampla, bem iluminada e alegremente decorada deparam-se nos materiais diversificados e cuidadosamente expostos: Portugal e o fascismo,

o 25 de Abril, Portugal de hoje, vida e obra de José Dias Coelho e a actividade do Clube. É sem dúvida um belo fruto do trabalho dos membros do clube que, com determinação e persistência, têm vindo a recolher materiais, tarefa que não foi fácil.

Orgulhosamente dão-nos conta do seu trabalho e dizem ser o início de um funcionamento permanente, pois pretendem um museu vivo, com renovação frequente de materiais, aquisição de novos e projecção de slides, diaporamas e filmes.

E estes jovens têm razão para estarem orgulhosos.

A seguir falamos-nos da participação de um grupo de jovens, durante parte das férias, nos trabalhos de reconstrução de alguns edifícios em Kichiniov, capital da Moldávia, vítima de um tremor de terra. Nas horas livres deste trabalho organizaram e participaram em convívios, bailes

e concursos diversos e ainda tiveram disponibilidade e vontade para participar nas colheitas de um kolkoze. Estes jovens receberam largas centenas de rublos pelo seu trabalho, mas esse dinheiro nem tocou as suas mãos, pois eles decidiram entregá-lo ao Fundo Soviético da Paz.

A solidariedade militante é uma forma destes jovens estarem na vida, solidariedade com os seus, solidariedade com os amigos, independentemente do continente a que pertençam.

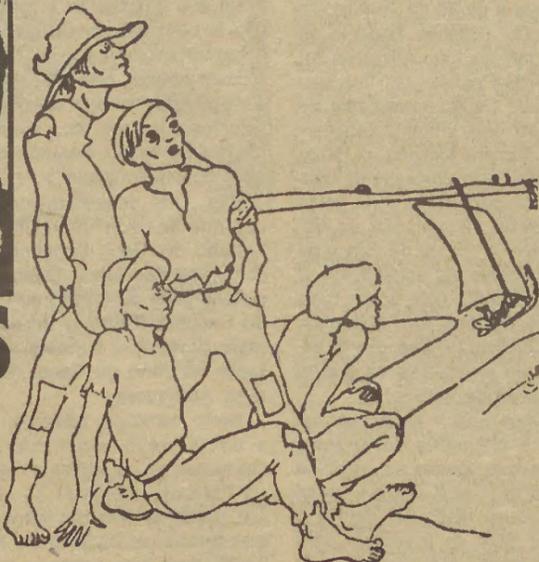
A homenagem a Dias Coelho

A homenagem a José Dias Coelho foi uma cerimónia curta, mas que nos calou profundamente pela solenidade simples e pela forma como é sentida pelos estudantes. Em completo silêncio é entregue uma faixa vermelha, com o nome de José Dias Coelho, e cravos vermelhos; a seguir estudantes lêem, em forma de jogral, um texto em que se recordam momentos da vida do internacionalista, da luta do nosso povo durante o fascismo. O «Avante camarada» e a «Grândola» cantadas em português, inicialmente pelo grupo musical da escola, rapidamente contagiam todos os participantes. E por momentos é como se este hino se soltasse da sala, atravessasse fronteiras, soando como um canto aos combatentes já caídos e a todos aqueles que continuam a lutar pelo ideal da justiça, da paz e felicidade humana.

E o carácter internacional da festa continuou presente nas intervenções artísticas de alunos do Suriname, Angola, Moçambique, Zimbabué e Guiné, que frequentam uma escola similar internacional, nas canções populares portuguesas pelo grupo de intervenção dos estudantes portugueses e no convívio que se seguiu.

José Dias Coelho não morreu em vão e estes jovens são já espigas das «copiosas searas» que florescem cada vez mais por toda a parte. ■

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES



“A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português”

edições Avante!

Internacional

Irangate as guerras e o negócio

Independentemente das suas consequências num futuro mais ou menos breve, ou das manobras em curso para dar a aparência de que toda a verdade será divulgada — «A Casa Branca promete que, quando tudo estiver arrumado, ela dará explicações e explicações honestas»...», conforme comunicou a ABC —, o escândalo Irangate reflecte, antes do mais, duas realidades muito concretas. O real conteúdo da política do imperialismo, a sua prática quotidiana (o escândalo é-o apenas porque os factos se tornaram conhecidos). E ainda o peso do negócio das armas, que se alimenta — e fomenta — os conflitos internacionais, que vive das pequenas e grandes guerras, ou melhor dizendo, da aposta na tensão internacional, e muito objectivamente de milhares de vidas sacrificadas, do sofrimento dos povos que lhes suportam as dramáticas consequências.

Vale a pena citarmos aqui Patrick Buchanan, director-chefe da secção de Comunicação Social da Casa Branca e que elabora os discursos presidenciais — «O problema não consiste em ter ou não ter sido violada a letra da Lei. Consiste, isso sim, em saber se conseguimos ou não sustentar o comunismo na América Central». Palavras esclarecedoras.

E nem só da América Central se trata, e da Nicarágua sandinista. Em causa também está o Médio Oriente.

Comentando o caso Irangate, em declaração ao semanário soviético «Notícias de Moscovo», Fuad Salman, membro do CC do Partido socialista progressista do Líbano, afirma: «Para além do lucro material proveniente do tráfico de armas, os Estados Unidos esperam obter também um benefício político, de resto pouco brilhante. Tentam atizar a guerra entre o Irão e o Iraque e fazer com que estes dois Estados se esgotem mutuamente de forma que Israel, principal aliado dos Estados Unidos, se sinta mais à vontade, sabendo que estes dois Estados se desviaram da luta anti-imperialista. Pode-se igualmente supor que os Estados Unidos preparam o terreno no Irão para o futuro e estabelecem futuras amizades».

Este último aspecto da operação Irangate é aliás confirmado pelo próprio McFarlane. A sua missão principal, quando esteve

quatro dias em Teerão, acompanhado do coronel Oliver North (hoje caído em desgraça...) teria sido tentar estabelecer contactos pessoais com elementos «moderados» (segundo a terminologia americana).

Hoje, face às repercussões do Irangate nos países árabes (alguns dos quais estiveram entretanto directamente envolvidos na operação), Washington tenta rapidamente recuperar perdas políticas nesta área dos seus «interesses». Richard Murphy, assistente do secretário de Estado dos EUA para os assuntos do Médio Oriente e da Ásia Meridional, deslocou-se em digressão pela Jordânia, Egipto e Israel — a primeira desde que se tornaram públicos os fornecimentos de armas ao Irão. Trata-se, segundo declarações oficiais, de contribuir para o «renascimento do processo pacífico no Médio Oriente!» «Renascimento» sem quaisquer «iniciativas novas dos EUA». Em síntese a continuação do «plano Reagan», que passa pela aliança estratégica com Israel — cúmplice activo também no caso Irangate —, e de que as consequências são sobejamente conhecidas.

Guerras, precisam-se...

Tudo se interliga. A CIA, o Pentágono, o Estado-Maior Combinado das Forças Armadas, o Departamento de Estado estão representados no «Comité

208», grupo interdepartamental especial organizado a nível governamental e cuja função é planejar operações secretas na América Central, África, Médio Oriente e Ásia. A este nível, portanto com directa ligação à presidência, se planeiam exactamente as operações como a do Irangate — venda de armas ao Irão, que servem para financiar os «contra» da Nicarágua, e até, como os factos indicam, os próprios processos eleitorais nos Estados Unidos.

Nesta como noutras estruturas alheias aos órgãos de poder definidos enquanto tal — é feita muita da quotidiana política externa de Washington. É o próprio «Washington Post» que afirma nas suas páginas: «Como nos tempos de Watergate, o presidente criou todo um aparelho que cumpre as suas ordens pessoais. A política externa é programada e realizada fora das instituições comuns especialmente destinadas a este objectivo».

Está à vista o que é a «democracia americana», que «interesses vitais» dos Estados Unidos são defendidos nas várias partes do planeta.

Os interesses defendidos por estas organizações são os dos grandes monopólios. E assim as guerras são fomentadas porque são o maior negócio, o que dá mais lucros. Porque numa realidade internacional isenta de guerras, as pretensões de domínio necessariamente se esboçam.

Os diferentes e múltiplos elementos do Irangate reflectem bem todo este jogo de interesses.

Dos negócios que se cruzam, damos um pequeno mas elucidativo exemplo. Adnan Khashoggi, homem de negócios saudita, reconheceu haver emprestado um milhão de dólares ao comerciante de armas iraniano, Mamouche Ghorbanifar «para fazer avançar as coisas», quando do primeiro fornecimento de armas americanas a Teerão. Segundo

a imprensa israelita este empréstimo ter-lhe-á trazido um lucro de 250 mil dólares numa semana. Ora uma taxa de lucro de 25% numa semana representa 1300% ao ano...

Mas nem só de negócios se trata.

Como foi oportunamente divulgado a administração Reagan foi jogando dupla cartada na guerra Irão-Iraque. Por um lado fornecia armas ao Irão. Por outro informava o Iraque sobre detalhes militares entretanto obtidos por satélites sobre território do Irão.

Política que só pode ter um objectivo — estimular a guerra, estimular a matança mútua.

Cumplicidades passam por Portugal

Os Estados Unidos não estiveram sozinhos em todo este processo de provocação internacional. Israel surge com destaque nesta rede. Mas há muito mais. Fala-se de uma dúzia de países. O representante da União Dinamarquesa dos Marinheiros, por exemplo, informou que nos últimos anos, só navios dinamarqueses levaram pelo menos 60 cargas militares para o Irão a partir do porto italiano de Talamone, a norte de Roma. As cargas provinham de uma base militar norte-americana situada nas imediações.

Tudo indica que também Portugal está implicado nestas operações sujas. E muito concretamente nos fornecimentos de armas aos «contra».

Trata-se antes do mais de vendas directas de material de guerra fabricado em Portugal, e que subiram de forma significativa em 1985, quando o Congresso norte-americano cortou a ajuda oficial aos «contra». Por outro lado o nosso país foi ponto de passagem de um número indeterminado de aviões transportando armas de Israel para os «contra». Uma expressão mais da política de submissão ao imperialismo seguida pelo governo português.

Reunião pela Paz na Ásia

Múltiplas têm vindo a ser as iniciativas no sentido de garantir a paz na Indochina, e em particular o diálogo e estabelecimento de relações normais entre a China e o Vietnam, e os outros países da zona.

Esta linha política de paz foi uma vez mais reafirmada no recente Congresso do Partido Comunista do Vietnam.

Por outro lado, em reunião realizada o passado fim-de-semana em Moscovo, os vice-ministros dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, do Vietnam, do Kampuchea, do Laos, da República Democrática e Popular da Coreia e a da Mongólia, pronunciaram-se pela normalização das relações com a China Popular. Os participantes na reunião afirmaram-se convencidos de que «uma normalização e um desenvolvimento das relações da China com os países socialistas terão um efeito positivo no saneamento da situação» na região da Ásia-Pacífico.

EUA, crítica a um projecto de orçamento

O projecto de orçamento federal dos Estados Unidos para o próximo exercício financeiro, assinado pelo presidente Reagan, tem vindo a ser alvo de críticas nos próprios EUA, pelo seu carácter marcadamente militarista e pelos drásticos cortes no plano das verbas sociais e para a agricultura.

«Concepção do mundo deturpada pela guerra», é o significativo título do editorial do jornal «Los Angeles Times», de crítica ao projecto.

Salienta-se que o projecto enviado ao Congresso promete «As mais longas filas de mísseis nucleares de todos os tempos, o crescimento da armada naval e aérea e novos milhares de milhões de dólares para a guerra das estrelas». Sublinha-se ainda que «mais 100 milhões de dólares serão desperdiçados na selva da América Central, destinados aos contra nicaraguenses». Para concluir — «já estamos na altura de nos preocuparmos com o futuro e este não se baseia na quantidade de mísseis existentes nos arsenais de guerra».

URSS, pelo fim imediato da guerra Irão-Iraque

«Todo o decurso da guerra mostrou que os meios militares afastam a regularização e não a aproximam, de modo nenhum. Apesar da complexidade e gravidade dos problemas acumulados e das divergências entre o Irão e o Iraque, objectivamente não existem obstáculos intransponíveis para a cessação da guerra e o estabelecimento da Paz» — afirma-se em declaração do governo soviético pelo fim imediato da guerra.

A Declaração denuncia que «o prosseguimento do conflito irano-iraquiano é aproveitado pelas forças imperialistas para aumentar a presença militar na região do Golfo Pérsico e preparar o campo para a ingerência nos assuntos internos dos Estados daquela região».

Sublinha-se ainda que «o principal é que ambas as partes manifestem vontade política e sensatez, e aspirem ao entendimento mutuamente aceitável, levando em conta os legítimos interesses tanto do Irão como do Iraque».

Canal do Panamá na mira dos EUA

O Panamá assinou na passada sexta-feira, dia 9, o Dia da Soberania Nacional, data que é uma homenagem aos 21 jovens panamianos que há 23 anos foram assassinados por tropas norte-americanas quando tentavam hastear a bandeira do seu país na zona do Canal, a famosa «ponte do mundo» que os EUA cobijam há quase um século e dominam há outro tanto.

O Canal do Panamá, verdadeira porta entre o Atlântico e o Pacífico, representa simultaneamente a razão de ser do Panamá como país independente e a causa do domínio imperialista. Em traços largos, recorde-se que foram os EUA quem no princípio do século estimulou o movimento separatista panamiano (a região fazia parte integrante da Colômbia) e de imediato reconheceu a independência proclamada em Novembro de 1903.

Não se tratou de um apoio desinteressado. A «factura», apresentada incluía a concessão da soberania 'ad aeternum' sobre o canal e a instalação de bases militares. Se a cobrança de portagem no Canal deu aos EUA lu-

ros incalculáveis e abriu as portas à expansão das multinacionais, as bases revelaram-se de maior importância para o domínio e controlo da América Latina.

A luta pela soberania total do país, que o general Omar Torrijos arvorou como bandeira desde que assumiu a presidência do Panamá em 1968, uniu os panamianos, dando-lhes força bastante para ganhar a batalha diplomática que se travou pela posse do Canal.

Em 1977 era aprovado o tratado Torrijos-Carter, que revoga o anterior, estabelece que o Canal ficará totalmente na posse do Panamá até ao ano 2000 e estipula a eliminação por etapas das bases americanas na zona.

A treze anos de entrega do Canal, a questão assume uma importância crucial para o Panamá. Após a morte de Torrijos em 1981, num suspeito acidente de avião que as mais diversas investigações consideram ter sido provocado (muito semelhante de resto ao que vitimou recentemente Samora Machel), o Panamá entrou num processo de desnacionalização que a curto prazo se traduziu no aumento do desemprego, do custo de vida e de endividamento ao estrangeiro. O país, que conta com pouco mais de dois milhões de habitantes, tem actualmente uma dívida externa que ultrapassa os quatro mil milhões de dólares!

Acresce que a economia nacional é altamente dependente dos serviços ligados ao comércio através do Canal (56 por cento do Produto Nacional Bruto) e que os EUA se preparam para levar a cabo uma campanha de chantagem que evite a sua retirada da zona.

Campanha que já começou,

com o apoio das forças de direita do Panamá, e que procura fazer crer que os panamianos são incapazes de garantir a exploração e bom estado técnico das construções da zona do Canal.

Tudo aponta, com efeito, para a disposição norte-americana de fazer os possíveis para se manter no Canal do Panamá para além do prazo acordado.

Não seria sequer a primeira vez que os EUA infringiriam o Tratado de 1977. Segundo declarações de Ruben Dario, secretário-geral do Partido do Povo do Panamá (PPP), a **Infracção mais grave é a suposta instalação na zona do Canal de armas nucleares.**

Neste complexo contexto, não é difícil prever como vão ser conturbados os próximos anos no Panamá, sobretudo se se tiver presente que em emendas introduzidas ao Tratado de 1977 os EUA se outorgaram o direito de «intervir em defesa do Canal», mesmo após 31 de Dezembro de 1999.

África do Sul, crime e agressão

Para o governo racista de Pretória, a vida de um homem negro pouco vale. O que importa é preservar o regime de «apartheid», os fabulosos lucros da exploração de uma mão-de-obra barata. Destruir a nível interno e externo, os entraves a tal política.

Por isso se pratica, no quotidiano, uma desumana política contra os trabalhadores negros. Por isso se mantém uma prática de agressão contra países como Angola e Moçambique.

Nas últimas três semanas as tropas da África do Sul realizaram seis incursões no território da República Popular de Angola.

No plano interno, não só a repressão faz mortos. Também as condições de trabalho impostas à população negra. Segundo a revista «Sechaba», órgão do Congresso Nacional Africano (ANC), cerca de 800 operários negros morreram todos os anos em acidentes nas minas. Tal se deve às arbitrariedades, à discriminação racial e à total negligência das normas mais elementares de segurança — que são o dia-a-dia das minas pertencentes às companhias sul-africanas e estrangeiras.

Mais ainda: os negros executam os trabalhos mais pesados e perigosos, e em caso de perigo de acidente o patronato toma medidas para evacuar em primeiro lugar o pessoal branco, proibindo aos mineiros negros de abandonar os seus postos de trabalho sem autorização dos chefes brancos. Assim aconteceu no recente desastre das minas de ouro de «Keenross» onde morreram 117 trabalhadores negros.

Internacional

Apoiar a Nicarágua palavra de ordem na América Latina

O presidente do Peru, Alan García, apelou há dias aos países latino-americanos para que canalizem um por cento das verbas gastas com os armamentos para prestar ajuda à Nicarágua, sublinhando que os fundos assim obtidos ultrapassariam consideravelmente os cem milhões de dólares que os EUA fornecem aos seus mercenários.

A proposta, que evidencia o propósito de dar forma material à solidariedade para com a justa luta do povo nicaraguense contra a intervenção estrangeira, constitui simultaneamente mais um passo na unidade dos países latino-americanos na luta comum contra o imperialismo norte-americano.

A iniciativa de Alan García é por demais oportuna. Não apenas porque a guerra imposta à Nicarágua provocou já mais de 35 mil mortos nos últimos cinco anos e perdas económicas no montante de três mil milhões de dólares, como lembrou no passado fim-de-semana o presidente Daniel Ortega na cerimónia que assinalou a entrada em vigor da nova constituição da Nicarágua,

mas também porque as provocações norte-americanas contra o país se sucedem a um ritmo crescente.

A realização de constantes manobras militares junto das fronteiras da Nicarágua são um exemplo significativo. As que levam o nome de código «Big Pine-87», em que participam forças americanas e hondurenhas, iniciaram-se com o desembarque de um

grande dispositivo de paraquedistas nas Honduras, na zona fronteiriça, e envolvem milhares de efectivos das tropas especiais dos EUA, provenientes de «Fort Bragg», base dos tristemente célebres «Boinas Verdes».

Também nas Honduras, mas ao norte, estão a decorrer os exercícios militares «Terencio Cierra-87», em que mais de cinco mil soldados americanos ensaiam combates em condições semelhantes às da Nicarágua.

Por outro lado, o Pentágono anunciou para breve a realização de manobras navais dos EUA perto do litoral da Nicarágua; de acordo com a informação oficial, uma esquadra comandada pelo couraçado «Iowa» efectuará «exercícios convencionais». Salienta-se que, segundo a cadeia de televisão «CBS», aquele couraçado está dotado de aviões autopilotados de espionagem.

No âmbito das provocações há ainda a referir a instalação da primeira emissora de rádio dos «contras» nicaraguenses que, conforme notícia do «Washington Time» se destina a fazer «guerra propagandística» contra o regime sandinista, se encontra situada «algures em território da Costa Rica» e é «financiada por meios afectos à Casa Branca».

Não menos significativa é a campanha lançada pelos EUA contra o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Juan Baen Soares cuja acção no tocante ao conflito centro-americano é posta em causa.

Recorda-se que o dirigente da OEA e o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, se encontraram

em Dezembro último no Brasil com representantes oficiais de oito países latino-americanos e expressaram o desejo de relançar os esforços para conseguir um acordo de paz na América Central, o que desagradou profundamente a Washington.

A própria imprensa norte-americana refere que está em curso mais uma manobra para bloquear e contrariar as iniciativas do «Grupo de Contadora» e de outros países que procuram a regularização pacífica dos problemas da região, sob a capa do que oficialmente foi anunciado como uma «nova iniciativa diplomática» dos EUA na América Central.

De registar no entanto que a ingerência da administração Reagan na Nicarágua é cada vez mais contestada. Para além da iniciativa do presidente do Peru, é de salientar a crítica do presidente do Senado do México à decisão de Reagan de pedir ao Congresso mais 105 milhões de dólares para os «contras», que classificou de «intervencionismo patente» e de prova da «obstinação da Casa Branca em escolher ela própria, substituindo-se ao povo nicaraguense, o sistema social da Nicarágua».

Relevante é ainda a iniciativa de homens de cultura argentinos de lançar uma campanha de solidariedade para com a Nicarágua, no âmbito da qual se exortam os governos democráticos da América Latina a exigir que os EUA cessem imediatamente a guerra não declarada contra aquele país.

A unidade latino-americana, por muito que tal desagrade aos EUA, consolida-se.

Solidariedade com o Chile

À medida que a ditadura de Pinochet se sente isolada — política, social e culturalmente — interna e externamente, faz recrudescer a violência sobre o povo do Chile instaurando o estado de sítio, negando as liberdades democráticas mais elementares, assassinando e promovendo o «desaparecimento» de numerosos resistentes, num clima de terror, de tragédia nacional e de constante degradação das

condições de vida da população — esta a trágica realidade que se vive no Chile, desde que há 13 anos um golpe de estado fascista derrubou o regime democrático de Salvador Allende, como o recordam as principais forças democráticas portuguesas, empenhadas numa importante campanha de solidariedade com o povo chileno, num abaixo-assinado a circular em diversos meios.

A par de diversas iniciativas de carácter unitário, em que entre outras coisas se inclui a di-

vulgação e exposição de documentos sobre a repressão no Chile e a entrega do referido

abaixo-assinado na embaixada chilena em Lisboa, em data a anunciar, bem como a realiza-

ção de sessões de solidariedade, também o PCP está a desenvolver uma série de iniciativas próprias (ver Agenda) com o mesmo objectivo. O mesmo se passa em diversas autarquias, em cujos órgãos têm vindo a ser aprovadas moções exigindo o fim da ditadura e a restauração da democracia no Chile.

A luta heróica do povo chileno e o agravamento da repressão naquele país bem o justificam. Ainda há dias o diário governamental chileno «La Nación» publicava, sem quaisquer explicações, um texto escrito por um arcebispo espanhol no tempo da guerra civil de Espanha em que se faz a apologia do franquismo.

A defesa da «civilização cristã» contra a «barbárie comunista» que foi apanágio da ditadura de Franco, é levada por Pinochet no Chile até às últimas consequências. Assim o prova o recente relatório anual da organização «Conselho para os assuntos do hemisfério ocidental», divulgado em Washington, ao afirmar, entre outras coisas, que o Chile é um dos países da América Latina onde os jornalistas são perseguidos de maneira mais brutal.

Segundo o relatório, ameaças de represálias, detenções, torturas e assassinatos continuam a ser uma realidade quotidiana para os jornalistas que trabalham em países governados por regimes ditatoriais. A propósito, refere-se que, após o atentado falhado contra Pinochet, em Setembro passado, as autoridades chilenas encerraram as redacções de seis revistas e proibiram as delegações das agências noticiosas «Reuter» e «Ansa» de transmitir quaisquer notícias. No mesmo mês, a ditadura de Pinochet assassinou José Carrasco, chefe da redacção internacional da revista «Análisis».

Dois exemplos a que se poderiam juntar tantos outros da bestialidade fascista no Chile, a que a comunidade internacional deve ajudar a pôr cobro.

O dia negro

11 de Setembro de 1973.
Do Palácio presidencial de «La Moneda» emergiram densas colunas de fumo. Quando, por fim, se apagaram as linguas de fogo que consumiam o edifício, o mundo estremeceu. Palcos vazios negros e destruídos das janelas estilhaçadas do palácio, quis olhos meninos o mundo percebeu a tragédia do sucedido.

A SOMBRA TENEBROSA E SINISTRA DO FASCISMO HAVIA CAÍDO SOBRE O CHILE!

Retornaram os disparos da canhão fascista saído das suas tocas. O sangue dos trabalhadores do Chile manchou as calçadas. As balonetas abriram as comportas do ódio negro, acumulado em três anos pelos inimigos da revolução chilena. Os verdugos da democracia queimaram livros, perseguiram os patriotas, assassinaram, violaram.

CHILE

Chile Vencerá!

Meu Povo, Povo meu, levanta o teu destino!
Rompe as cadeias, derruba os muros que te cercam!
Esmaça o passo torpe da besta que governa no Palácio: ergue as tuas armas para a aurora e no mais alto delira que a tua estrela iracunda fulgure, iluminando os caminhos da América.

PABLO NERUDA

De novo florescem os «copihues» vermelhos por todo o Chile, anunciando a vitória próxima sobre a morte, o horror e a morte. Podem matar revolucionários, não a Revolução! De novo se erguerá sobre a terra o sol vitorioso do Chile livre!

Todas as Primaveras todo o Chile se cobre de um manto vermelho: são as flores do «copihue», símbolo nacional. Vermelho: cor de Revolução! As flores vermelhas do Chile estão hoje regadas pelo sangue dos patriotas. Mas... Se se pode apagar um incêndio, se se podem destruir palácios, se, com as carapaças de ferro dos tanques, banhando a terra de sangue, se pode esmagar uma pequena flor, ninguém terá força suficiente para apagar e chama da tempestade revolucionária.

Líbano

Continua a agressão israelita

Enquanto em Itália o ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, afirmava à imprensa a sua convicção de que o Médio Oriente está «agora mais perto da paz do que nunca», as forças sionistas continuavam a bombardear o Sul do Líbano, semeando a destruição e a morte, incluindo a de um militar irlandês da Força Interina das Nações Unidas (Finul) naquele país.

O ataque de sábado ao contingente da Finul provocou uma onda de protestos a nível internacional que vêm reforçar a necessidade crescente da adopção de medidas sérias e eficazes para pôr cobro à agressão israelita no Líbano e encontrar uma solução justa para a questão palestina.

Uma necessidade que esteve na base de uma comissão preparatória duma conferência internacional sobre a paz no Médio Oriente que incluirá, por proposta da União Soviética, todos os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

A Conferência, que deverá ser preparada no mais curto espaço de tempo possível, tem sido sistematicamente impedida pela

oposição dos EUA e de Israel, cujos interesses hegemónicos e expansionistas não se coadunam com o respeito pelo direito dos países e dos povos da região à independência e liberdade de decidir dos seus próprios destinos.

As afirmações de Shimon Peres em Itália revelam, de resto, que está na forja mais uma tentativa de sabotagem desta iniciativa da ONU, uma vez que assentam numa pretensa proposta de paz que envolveria apenas (ou sobretudo) Israel, a Jordânia, o Egipto e Marrocos, deixando de fora os mais directamente interessados na resolução do conflito, ou seja, o Líbano, a Organização de Libertação da Palestina e a Síria.

Internacional

Carta de Gorbatchov a Cuellar

Preservar a paz e o futuro -o contributo da URSS

Nestes primeiros dias do novo ano, e após os discursos de circunstância em que mesmo o presidente Reagan nos veio jurar vontade de paz, reafirmam-se com força as reais opções políticas, as que quotidianamente se constroem na prática. De Washington são más as notícias para os povos do mundo. No próximo dia 5 de Fevereiro os Estados Unidos vão efectuar o seu primeiro teste nuclear de 1987. Iniciativa que acarreta o fim da moratória unilateral soviética. Simultaneamente fala-se já da instalação do primeiro escalão dos componentes do programa da guerra das estrelas. No relatório anual do secretário da Defesa ao Congresso, diz-se que Washington «jamais abdicará» do projecto de militarização do Espaço e sublinha-se, particularmente, que em 1989 os EUA iniciarão o fabrico em cadeia de armas anti-satélite, mesmo que o Congresso não levante a proibição aos testes destas armas contra um alvo concreto no Espaço.

Frontalmente diferente é a política de Paz uma vez mais reafirmada pela União Soviética, em carta do camarada Mikhail Gorbatchov ao secretário-geral da ONU, divulgada em Portugal em conferência de imprensa, pelo embaixador soviético. Carta onde é feito um — significativo — balanço do enorme contributo da URSS para abrir os caminhos da paz e do desarmamento em 1986 — o Ano Internacional da Paz (AIP) por decisão da ONU. Decisão em que, sublinha Gorbatchov, se reflectiu «o interesse da Humanidade em romper a sequência dos anos marcados pela corrida acelerada aos armamentos».

E Gorbatchov avança a questão fundamental — «Pergunta-se: foi possível alcançar este objectivo?» Todos sabemos que a resposta é negativa. O que de forma alguma significa que o AIP foi inútil. «Estamos longe de pensar que 1986 não justificou o seu simbolismo político. Nunca antes, talvez, a atenção da comunidade internacional esteve tão centrada nos problemas palpitantes da guerra e da paz» — sublinha o secretário-geral do PCUS.

URSS, o balanço de um ano de luta pela Paz

«No que nos diz respeito, consideramos nosso dever informar a Organização das Nações Uni-

barreira eficaz à corrida aos armamentos nucleares.»

• **Reykjavik** — A proposta partiu da União Soviética, como é conhecido. O objectivo: «encontrar a solução radical de todo o conjunto de problemas espacial-nucleares». Os resultados são conhecidos. «A expectativa de que a cimeira conduziria a resultados práticos não foram justificados. O encontro de Reykjavik, porém, fez o problema do desarmamento avançar para um nível elevado como nunca e que permitiu vislumbrar novos horizontes. A Humanidade encara a nova perspectiva com a esperança de que os esforços perseverantes no sentido da redução radical e da liquidação total das armas nucleares dêem, em última instância, resultados positivos. A União Soviética, por sua vez, confirmou reiteradas vezes e volta a reiterar, a sua intenção de avançar nessa via.»

• **Armamentos convencionais** — «Nós, juntamente com os nossos aliados da Organização do Tratado de Varsóvia, na Conferência de Budapeste, realizada em Junho de 1986, avançamos uma proposta sobre uma redução geral e profunda das forças armadas a armamentos convencionais na Europa, desde o Atlântico até aos Urais.»

Novas iniciativas e cooperação

«A União Soviética está pronta a cooperar em áreas diversas com todos os Estados que se manifestem pela consolidação da paz e da segurança internacionais», afirma-se na mensagem a Cuellar.

Por isso a URSS reagiu sempre de forma positiva a iniciativas políticas como o «apelo de Harare», em que o Movimento dos Países Não-Alinhados exorta ao fim da corrida aos armamentos, pela supressão das armas nucleares, e destaca a estreita ligação entre desarmamento e desenvolvimento, o «apelo dos seis Estados» pelo fim da corrida aos armamentos.

A URSS apoia activamente toda uma série de propostas avançadas por diferentes países para a redução do nível de confrontação militar na Europa. E ainda as propostas dos Não-Alinhados numa zona de paz e cooperação. Trabalha pela rápida realização da declaração da ONU sobre a transformação do Oceano Índico numa zona de paz.

A União Soviética apoia sem reservas os esforços da ONU no sentido do aproveitamento pacífico da energia nuclear e do Espaço. Apoia as exigências do «grupo dos 77» para o estabelecimento de uma nova ordem internacional.

Um vasto leque de preocupações e problemas, da acção quotidiana para lhes dar resposta, em que se destaca a importância da cimeira soviético-indiana de Novembro passado, em que foi assinada a Declaração



Mikhail Gorbatchov: «Percorremos um árduo caminho» (...) «para que a paz seja infinita»

de Nova Deli, por um mundo livre de armas nucleares e da violência. Tal como o êxito da Conferência de Estocolmo sobre as medidas de reforço da confiança e segurança e sobre o desarmamento na Europa. Êxito que muito deveu à «cooperação construtiva da União Soviética».

Como iniciativas próprias, salientam-se as assumidas em relação à Ásia e bacia do Pacífico, propondo-se a convocação de «uma conferência do tipo de Helsinquia». Pela realização, em Moscovo, de uma conferência representativa para o desenvolvimento e cooperação na área humanitária. E também pela convocação de um congresso mundial sobre os problemas de segurança.

Os conflitos e situações de crise

«Procuramos fazer tudo o que está à altura das nossas forças para desbloquear as situações de crise responsáveis pela tensão no mundo e prevenir o aparecimento de novos conflitos», sublinha Gorbatchov, assinalando as situações mais agudas.

O Médio Oriente, a guerra Irão-Iraque, o Afeganistão.

«Para tirar do ponto morto a regularização do problema do Médio Oriente, propusemos criar, com a participação de todos os membros permanentes do Conselho de Segurança, um comité organizador que será responsável pela convocação de uma conferência de paz», destaca o secretário-geral do PCUS, que salienta também que «a URSS apoia sem reservas os esforços dos dirigentes do Afeganistão orientados para a obtenção da reconciliação nacional».

Também no que respeita à América Central, a União Soviética prontifica-se a contribuir «na prática, para a criação de premissas favoráveis para uma regularização política justa» da situação, apoiando os esforços nesse sentido do Grupo de Contadora e do grupo de apoio, em particular a declaração de Outubro.

Relativamente à África Austral, a URSS afirma-se pela autêntica independência da Namí-

bia, por sanções contra a África Austral. Solidariza-se com a luta dos Estados da «Linha da Frente».

Desenvolve-se todo um esforço «pela ampla utilização dos métodos de resolução dos litígios por via pacífica». Esforço em que a União Soviética não está isolada. «Constatamos com satisfação que em todo o mundo cresce a compreensão de que os conflitos e litígios devem ser resolvidos por via política, respeitando-se incondicionalmente o direito de cada povo à sua própria via de desenvolvimento.»

Uma prova disto: «a indignação que suscitou em todo o mundo o ataque selvagem dos EUA à Líbia, em Abril do ano passado».

E também a aprovação pela Assembleia Geral da ONU da concepção sobre um sistema global de segurança internacional, englobando todas as esferas — militar, política, económica e humanitária — apresentada pelo grupo dos países socialistas. «A manifestação de um número tão grande de Estados no apoio à ideia do estabelecimento da segurança para todos mostra que o modo de pensar e de agir dos Estados, a tendência para a democratização das relações internacionais vai perseverantemente abrindo caminho.»

Uma conclusão otimista

Nas últimas linhas da carta, a importante mensagem de confiança nos resultados da luta que continua:

«O Ano Internacional da Paz foi um ano complexo, longe de ser simples. Percorremos um árduo caminho. Comecei a mensagem dizendo que o Ano Internacional da Paz é simbolismo político. Mas é também um impulso para acções práticas que venham libertar a Humanidade do perigo de guerra nuclear, criar as bases da segurança global e equitativa para todos. Estamos decididos a lutar pelo alcance deste objectivo, a partir das posições de Reykjavik, sob o signo da publicidade e do democratismo, para que a paz seja infinita.»

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

«Em 21 de Janeiro morreu Lênine, o primeiro grande lutador pela paz no mundo.»

Em 18 de Janeiro de 1934 o proletariado português levantou-se contra a fascização dos sindicatos.

Em 31 de Janeiro de 1891 o povo português fez a sua primeira revolução pela República.

Em 2 de Janeiro de 1950 a Gestapo salazarista assassinou o grande democrata e patriota Militão Bessa Ribeiro. A 23 do mesmo mês foi assassinado pelo mesmo bando de criminosos o valente lutador antifascista José Moreira. Prestemos a nossa homenagem a Lênine, aos heróis de 18 de Janeiro, a Militão Ribeiro e a José Moreira, intensificando a luta pela paz e a recolha de assinaturas para os apelos que reivindicam a proibição da arma atómica. (...)

Avante para a recolha de 250 mil assinaturas até ao 1.º de Maio! A paz não se espera, ela conquista-se!

(«Campanha nacional pela defesa da paz — até ao 1.º de Maio, 250 mil assinaturas» — «Avante!», VI série, n.º 155, Janeiro de 1951)

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

«Em 30 de Novembro Truman declarou: «Estamos a combater na Coreia pela nossa própria segurança e sobrevivência nacionais.»

A 17 de Dezembro o ditador americano proclamou o estado de emergência nacional, justificando que o fazia para «salvaguarda da segurança e bem-estar da nossa pátria bem amada» e invocou mais uma vez «todas as ameaças à nossa segurança nacional».

É fora de dúvida que o ateador de guerra norte-americano n.º 1, ao falar assim, demonstrou que tem em pouca ou nenhuma conta o senso comum da humanidade. Na realidade, por muito que o sr. Truman berre, quem conseguirá acreditar nas suas falsas afirmações? Como pode uma pessoa normal compreender que os Estados Unidos estejam a combater na Coreia (que dista 9 mil quilómetros dos Estados Unidos!!!) pela sua «segurança e sobrevivência nacionais»? Como compreender que a segurança e sobrevivência norte-americanas estejam em perigo quando foram as forças norte-americanas que invadiram a Coreia e destroem a ferro e fogo cidades, vilas e aldeias coreanas, semeando a morte entre a população indefesa?»

(«NÃO! Aos ateadores de guerra» — «Avante!», VI série, n.º 155, Janeiro de 1951)

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

«Esforçando-se por estreitar cada vez mais os laços que unem a classe operária portuguesa ao movimento operário internacional, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou saudações fraternais aos Congressos dos Partidos Comunistas da China, da Itália, da França, da Roménia e da Suécia. (...)

Também por ocasião do 39.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro o Comité Central do PCP enviou uma calorosa saudação ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética.

O camarada Maurício Thorez, secretário-geral do Partido Comunista Francês, enviou ao Comité Central do PCP uma carta de agradecimento às saudações que lhe foram enviadas por ocasião do seu aniversário natalício, onde afirma: «Quero expressar-vos a minha certeza de que os heróicos comunistas portugueses alcançaram importantes vitórias contra a ditadura, para bem do seu povo e do país, para a paz e o socialismo.»

(«Pelo Internacionalismo Proletário» — «Avante!», VI série, n.º 226, 1.ª quinzena de Janeiro de 1957)



■ Henrique Custódio

Viu-se em Torres Vedras: Vale a pena lutar!

Cinco anos de luta sindicalistas serviram...

Da esquerda para a direita, João Durão Dias, João Manuel Penetra, Alfredo dos Santos e Damião Góis



As histórias de verdade são as melhores. Vamos contar-vos uma, a de quatro homens que enfrentaram a prepotência patronal durante cinco anos e quatro meses (qualquer coisa como 2000 dias) movida a muitos milhares de contos de investimento persecutório pela administração da empresa em que trabalhavam. É uma história onde bons e maus não vestem antinomias literárias mas, em compensação, que dispensa a proverbial salvaguarda da «pura coincidência com factos reais». Aqui não há ficções e, ainda menos, coincidências. Existem os nomes, os rostos, as pessoas, os locais e os factos. A narração será, tão só, o cerzir da reportagem que procurou conhecer os intervenientes e o acontecimento, para deles dar conta ao leitor. E é ao leitor que damos já sumárias contas do sucedido: a «Casa Hipólito», empresa privada de metalurgia e metalomecânica de Torres Vedras, despediu arbitrariamente em meados de 1981 quatro delegados sindicais, que reagiram de imediato recorrendo aos tribunais competentes; seguiu-se uma longa batalha jurídica, que produziu sete sentenças (das quais só a primeira foi desfavorável aos trabalhadores e um penoso quotidiano de luta que se arrastou por 2000 dias, impondo aos quatro visados dificuldades mais que suficientes para que a sanha persecutória da administração da empresa se entusiasmasse na expectativa de os fazer desfalecer, ainda que pela fome. Não conseguiu. A história teve o seu epílogo em Novembro passado, com a sentença do Supremo Tribunal Administrativo que ordenou a reintegração imediata dos trabalhadores na empresa e o encerramento do processo. E tem também uma «moral», em contraponto à imoralidade que comandou este arbítrio: a de que vale a pena lutar, sobretudo quando se enfrentam administrações patronais e afins, capazes de estoirar milhares de contos na tentativa de esmagar quem se lhes opõe apenas armado da razão. De qualquer modo a conclusão será vossa, agora que a história se saldou, também, numa derrota. Conclusiva. A derrota da má fé de classe, armada a dinheiro, frente ao heroísmo de classe que não tem preço nem moeda de troca.

Cinco anos de luta sindicalistas serviram...

Corria o ano de 1981, num mês de Junho dominado pelos incêndios florestais, a exigência da demissão da «AD»/Balsemão moribunda e o escândalo da «Loja P2» que, em Itália, já fizera mais de mil prisões pela Democracia Cristã e outras «figurações» adentro. Em Torres Vedras, a 50 km de Lisboa, na «Casa Hipólito» — que com os seus quase 1400 trabalhadores continuava a ser um dos motores sócio-económicos do concelho — a administração patronal punha em marcha uma operação que rapidamente alinhava a então pacata vila (hoje cidade) com os tempos e escândalos quentes que se viviam na altura.

Entretanto Damião Góis, agente de produção, João Durão de Jesus Dias, montador de peças, João Manuel Penetra, ajudante de motorista e Alfredo dos Santos, torneiro especializado — todos sindicalistas e, em 1981, com uma média de mais de 20 anos de casa — estavam longe de se adivinhar em breve envolvidos num pesadelo de cinco anos e tal, no qual seriam forçados a protagonizar uma luta absurda, dramática e, a vários títulos, exemplar.

Tudo começou com a decisão da administração da «Hipólito» em avançar com aumentos salariais discriminatórios na empresa, o que desencadeou uma paralisação espontânea na parte da tarde do dia 25, tendo os trabalhadores ficado em plenário, que continuou na sexta-feira. Estes mandataram a comissão intersindical para discutir o caderno reivindicativo com a administração, que se recusou, gulosa que estava de outra coisa: que a paralisação espontânea («selvagem», como lhe chamaram mais tarde, em pomposas e arrogantes alegações jurídicas) prosseguisse até ao fim-de-semana, o que lhes permitiria, logo na segunda-feira seguinte, desencadear um despedimento em massa de cerca de 400 pessoas, ao abrigo do preceito legal que o admite face à concretização de cinco dias consecutivos de faltas injustificadas.

«Julgavam que estávamos a dormir», explicava-nos Damião Góis, olho muito azul a cintilar ironia. Riram-se todos à mesa do almoço onde começaram, devagar, as evocações.

Bem acordadas, por sinal, Góis a prosseguir:

«Com esforço, conseguiu-se chamar os trabalhadores à razão, advertindo-os para a armadilha que os aguardava. E alterou-se a luta, recomeçando o trabalho para logo de seguida se fazer um pré-aviso de greve, caso a administração insistisse em não nos receber. Foi o que aconteceu na segunda-feira seguinte, onde um plenário de urgência, após solicitar nova audiência com os representantes patronais — recusada, pois claro! — e ter terminado a paralisação espontânea, fez um pré-aviso de greve.

Um episódio atravessou-se na narrativa, pondo-os de novo a rir. Ainda hesitaram um pouco sobre se valia a pena referi-lo, até que João Durão Dias se decidiu, pegando na palavra:

«Trata-se de uma frase curiosa do então director da secção de pessoal, José Proença, que se virou para nós, comissão intersindical, na própria segunda-feira do pré-aviso e disse: não há dúvida que vocês têm cá dentro uma grande organização sindical; são fantásticos, conseguiram passar em pouco tempo da ilegalidade para a legalidade!»

Seria por isso que a administração, logo de seguida e também em pouco tempo, passou da legalidade para a ilegalidade ao enviar cartas de despedimento a todos os membros da comissão intersindical?

Uma requerente «inadmissível»

João Penetra explicou no seu tom de voz arrastado, de alentejano que nunca lhe perde o jeito:

Depois disto a administração da empresa, como não conseguiu o despedimento colectivo que pretendia, virou-se contra os delegados da comissão intersindical, que na altura eram seis, apresentando cartas de despedimento a todos. Um ficou logo fora da carroça porque tinha contrato a prazo e não havia nada a fazer, outro desistiu mais tarde. Ficámos os quatro.



Nem todos tinham fotos antigas, mas Damião Góis possuía várias, pelo que lhe escolhemos duas, significativas na sua vida: uma, dos tempos da tipografia de Lagos e outra, mais ou menos contemporânea da primeira, integrando um grupo desportivo (se não estamos em erro é o 5.º a contar da esquerda, na fila em pé)

João Durão Dias está aqui, foto de há 20 anos tirada nas Berlengas com camaradas da Hipólito, perfeitamente identificável: é o de óculos escuros com o garrafão na mão!

Cartas de despedimento. Vimo-las. Falavam em «objectivos de criar uma situação de instauração de um poder paralelo que pusesse em causa a hierarquia da empresa» e alinhava agravos como «desobediência ilegítima», «lesão dos interesses patrimoniais da empresa» e do «dever de lealdade» (sic) «para com a entidade patronal». Um espanto. E mais espantosa a sequência dos acontecimentos, como a recordaram os nossos interlocutores:

«Fomos de imediato impedidos de entrar na empresa, o que era profundamente ilegal. Segundo a Lei 68/79, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, os delegados sindicais só podem ser despedidos com justa causa por julgamento do Tribunal de Trabalho: A administração da Hipólito arvorou-se em fonte de justiça. Perante esta aberração recorremos ao Tribunal de Trabalho. Com surpresa geral, o juiz do Tribunal de Trabalho de Torres Vedras considerou a

Lei 68/79 «Inconstitucional», deliberando que os delegados sindicais deviam ser despedidos com justa causa. Foi a primeira das sete sentenças de todo o processo e a única que nos foi desfavorável».

«Inconstitucional», uma lei aprovada por unanimidade na Assembleia da República... É claro que os trabalhadores não iam acomodar-se a tal decisão, virando-se decididamente para a batalha jurídica. João Durão Dias pormenorizou:

«Com o apoio jurídico do Sindicato — sem o qual nada teria sido possível — recorremos para o Tribunal da Relação de Lisboa que, cinco meses depois, anulou a sentença do Tribunal de Torres Vedras, ordenando a reintegração dos trabalhadores nos respectivos postos de trabalho. Aí a administração recorreu da decisão do Tribunal da Relação para o Supremo, numa absurda obstinação que mais tarde seria severamente admoestada pelo Supremo. Ao mesmo tempo recusava-se a cumprir a sentença da Relação.

E com isto passou-se um ano, até que em Novembro de 1982 veio a decisão do Tribunal Supremo: era recusado o recurso interposto pela administração e dada como válida a decisão do Tribunal da Relação, enquanto a empresa era obrigada a pagar os 14 meses de salários em dívida aos delegados sindicais. Mas recusou reintegrá-los insistindo em recorrer ao Tribunal Pleno, onde a aguardava uma desagradável surpresa. Transcrevemos parte da decisão jurídica então produzida (a quarta, neste processo), por dela ressaltar a insensatez da administração da «Hipólito» na perseguição aos trabalhadores:

«Se a requerente queria interpor recurso para o Tribunal Pleno por oposição ao acórdão da Relação, deveria ali tê-lo feito oportunamente do acórdão daquele Tribunal que julgou constitucional a mencionada lei no.º 68/79, e não ter interposto

antes um inadmissível recurso de agravo. Pelo exposto, não admito o pretensão recurso para o Tribunal Pleno».

«Olhem que vão perder...»

Estava decidida e encerrada a acção contra a suspensão movida pelos trabalhadores à administração da «Hipólito», só que esta manteve a decisão de... despedimento, pelo que os quatro sindicalistas tiveram de levar para a frente a acção judicial contra estes, a qual tinha sido posta em simultâneo com a suspensão. Alfredo dos Santos e Damião Góis reconstruíram, a «duas vezes», esta nova inflexão do caso:

Sempre com o apoio Inapreciável do sindicato, acclonámos nova acção contra a administração, agora por via dos despedimentos que ela insistia em concretizar. Voltou tudo ao princípio e de novo o Tribunal do Trabalho de Torres Vedras se pronunciou. Só que desta vez (concretamente a 5 de Junho de 1984 — já lá iam três anos!) o mesmo juiz que antes, se havia decidido por uma surpreendente decisão de Inconstitucionalidade no caso da suspensão, aqui anulou pura e simplesmente os despedimentos, ordenando à empresa que reintegrasse os sindicalistas. Era a 5.ª sentença desta trapalhada toda.

E a administração cumpriu-a? Não! O seu dinamismo persecutório — que tão fracas provas dava no enfrentar dos graves problemas da empresa — continuava, aqui, imparável! Recusando-se de novo a cumprir as deliberações do Tribunal, interpôs outro recurso para a Relação que, novamente um ano e tal depois (a 15 de Novembro de 1985) confirmou a sentença anterior, ordenando a reintegração. Os trabalhadores voltaram a apresentar-se ao trabalho, sendo-lhes mais uma vez recusada a entrada nas



A jovem cidade de Torres Vedras continua a girar bastante à volta da «Casa Hipólito», cujas administrações, segundo os trabalhadores, não têm protagonizado, nos últimos anos, apenas uma incompetência que está a estrangular a empresa: entraram também no campo da repressão e intimidação laborais, mas aí encontraram um osso duro de roer...



Os quatro sindicalistas com a família, num almoço de confraternização que festejou a vitória numa luta de cinco anos e tal

instalações. Falámos do que já haviam rememorado, nas voltas da conversa, sobre a atitude assumida pela empresa de cada vez que se deslocavam às instalações. João Durão Dias alinhou factos:

Procuravam humilhar-nos e intimidar-nos. As ordens eram sempre: «não podem entrar nos portões». Qualquer assunto que os forçava ao contacto directo connosco era tratado na rua, com os representantes da administração a deslocarem-se cá fora, ostensivos, a sublinhar «proibições» — a nós, qualquer um com mais de 20 anos de casa! Fazia parte do jogo de desgaste, mas coltados!

Riram-se de novo. E o resto da história fluiu, a encaminharem-se agora para um epílogo justo, a fazer parecer tudo fácil. Cada um deu a sua achega, resumidas nisto:

A recusa em dar-nos entrada foi explicada com a alegação de que iam de novo recorrer ao Supremo. Aí dissemos-lhes: «os senhores estão a querer jogar com o factor tempo, mas olhem que vão perder...»

Perderam, e não foi só tempo: o Supremo Tribunal, a 10 de Novembro de 1986, deu por definitivamente encerrado o processo, ordenando a entrada imediata dos trabalhadores nos seus postos de trabalho. A razão e a justiça triunfaram sobre cinco anos e tal de desgaste, como corolário de uma luta corajosa, onde a solidariedade foi o grande motor. Damião Góis retomou o tema, também afluído durante a conversa, funcionando como porta-voz dos restantes:

«Isto aconteceu — a luta, a resistência, etc. — não por sermos o Penetra, o Góis, o Santos ou o Dias. Aqui há, em primeiro lugar, a força de um sindicato, e a sua capacidade mobilizadora e de intervenção em defesa dos direitos dos trabalhadores. E aqui há também a solidariedade. Esta é uma história de solidariedade, que nos chegou, ao longo dos anos, dos companheiros de trabalho, da família, dos amigos, o que nos permitiu enfrentar as duras condições de sobrevivência que a administração da «Hipólito» nos impôs. Não somos heróis de nada. A nossa luta teve já outros episódios, vem de longe, é uma entre tantas que já houve, que há hoje mesmo, que vão continuar a haver pelo País fora. Se há aqui algo a realçar, será a extraordinária dinâmica sindical, política e social gerada pelo caso».

Seja. O que não anula o facto de o Penetra, o Góis, o Santos e o Dias haverem sido os protagonistas desta história de coragem e dignidade. Sendo o que são, no meio em que vivem e com os meios de que dispunham, no seio de famílias concretas — as de cada um — e com o equilibrar individual de problemas para que nem a solidariedade tem rede.

Por isso fizemos questão em não ficar por ali, solicitando a cada um breves encontros com as respectivas famílias, para respirar um pouco a atmosfera pessoal que ajudou a rarefazer 2000 asfíxias dias. Disso damos conta aqui ao lado, porque isso foi, realmente, outra conversa. Aliás, várias. ■

O rosto das coisas

Não se conhece ninguém num encontro, mas pode-se ouvir muita coisa numa conversa. E ficar-se com o suficiente para encontrar o rosto das pessoas e dos acontecimentos que as enquadram. E onde se movem. Os quatro sindicalistas da Hipólito viveram uma luta vitoriosa de cinco anos e tal contra a prepotência patronal e têm, por isso, uma história a contar. Recolhemos essa história mas continuámos interessados em encontrar o resto das pessoas que directamente a protagonizaram, quer nos embates jurídicos do caso, quer no quotidiano que sobrou — e foi muito, e foi um quase tudo, como se calcula. Daí termos solicitado breves visitas à intimidade de cada um deles, para encontros familiares onde a conversa deu para ouvir muita coisa. Do presente, do passado, dos trajectos que cada um viveu e invocou como pôde e quis. Animando generosamente a reportagem com as cores concretas dum quotidiano com bilhete de identidade.

João Durão de Jesus Dias, separado, com um filho de 16 anos, nasceu em Viseu há 49 anos, «mais concretamente em Mosteirinho, no concelho da cidade», pormenorizou à mesa onde jantámos os dois. O passado emergiu, irresistível: «Aos 10 anos vendia jornais em Viseu e aos 12 arranquei para Lisboa. Para calxelo de mercearia. Estive em duas, antes de entrar aos 17 anos para uma empresa de scooters, era assim que se chamava na altura o que mais tarde passou a ser, simplesmente, motorizada ou lambreta. Aos 20 vim para Torres Vedras, directamente para a Casa Hipólito. É a Hipólito que me dá pela primeira vez a dimensão da luta política».

Hesita. Há algo da adolescência que ficou para trás, que ficou por dizer. Recorda os pais, dois rijos beirões, católicos, conservadores e gente de bem (o pai, conheci-o dias depois numa confraternização dos quatro sindicalistas com amigos, familiares e camaradas de trabalho, vigoroso nos seus 80 anos, a ironia ainda pronta no rosto expressivo). Recorda a irmã, há muitos anos enferma, o rosto tolda-se-lhe, passa ao irmão quadro da PSP em Lisboa também presente na confraternização, politicamente distanciada de João Dias e ambos perto um do outro no afecto e consideração mútua (conheci-o igualmente, numa agradável conversa à volta da bica), plasma a dureza dum trajecto que «rouba aos homens o direito de serem crianças» e passa, decidido, para a

sua vida na Hipólito, hegemonizada, na narrativa, pela intervenção política:

«A partir de 60 já estava organizado nas lutas reivindicativas da empresa; no início de 64 a administração suspendeu 20 trabalhadores por se terem recusado às horas extraordinárias, o que então se chamava «serão», castigando-os com uma semana de suspensão. Em 22 de Abril desse ano fui preso pela PIDE em plena empresa e estive em Caxilas dois meses e quatro dias. Quando voltei continuei a distribuição do «Avante!» e do «Militante». Já era do Partido, é claro».

A conversa deriva para a tentativa de despedimento dos quatro sindicalistas. Reconhece que foram tempos duros, dá relevo à solidariedade dos amigos e companheiros que ajudaram a enfrentar as dificuldades, sublinha que nenhum ficou de braços cruzados «porque isto é tudo gente de trabalho», reflecte um pouco, o passado volta a lampear-lhe no olhar vivo, o rosto redondo e aberto abre-se-lhe num sorriso de terna ironia, que reencontraria dias depois no pai:

«Sabes? Vale a pena lutar! Esta nossa luta saiu vitoriosa, mas mesmo quando não se alcançam grandes resultados como agora, vale sempre a pena lutar! Estou a lembrar-me duma historietta da Hipólito, muito antes do 25 de Abril, quando parti uma broca drante um serão e o encarregado veio para mim a ordenar «desenrasque-se!». Desenrasquei-me logo, largando o traba-

lho e saindo dali para fora. No dia seguinte apresentei-me pontualmente junto do meu turno de metais, que continuava sem broca nova. Fiquei de braços cruzados, à espera. Um quarto de hora depois, sem tujir nem mugir, o mesmo encarregado veio fornecer-me pessoalmente».

Um riso final, já malicioso, sublinhou outra vez a frase. «Vale a pena lutar, caramba!».

João Manuel Penetra nasceu em Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo, Évora, é casado e tem três filhos, de 18, 23 e 24 anos. Recebeu-nos em sua casa onde a mulher, Maria Henriqueta Galvão Bento, nos aguardava de rosto expressivo e atento numa sala cheia de referências à carreira futebolística do filho mais velho, Janita, com créditos firmados em clubes da 1.ª divisão. Sem preâmbulos, num «pão, pão, queijo, queijo» muito alentejano, João Penetra pôs os pontos nos is sobre si próprio:

«Aos cinco anos andava atrás da mãe a chorar com medo das formigas e gafanhotos. O meu pai era guarda florestal. Por deficiência da vista não pude ir à escola e o meu pai ia-me ensinando qualquer coisa. Aos 10 anos tirei a 2.ª classe com um professor particular, aos 11 comecei a guardar gado de toda a maneira e feito, o que me fez aborrecê-lo aos 12, altura em que já fazia todo o trabalho de agricultura».

Falava devagar, ao jeito alentejano, e era o que nos valia para lhe apontar o discurso, que fluía sem hesitações, como uma visita guiada de há muito:

«Na propriedade em que o meu pai era guarda, eu e a minha mãe é que fazíamos os trabalhos mais pesados. O filho do patrão tinha a minha idade e foi com ele que comecei a ver o que era a política. Quando lhe apetecia, dizia ao pai para chamar o Penetra para brincar com ele — isto dos 13 aos 15 anos. Aos

15 havia espingardas para os dois irmos aos pássaros, mas a melhor era para ele. Um dia, numa horta onde um pessegueiro só tinha um pêssego lá no cimo, eu é que subi para o apanhar. Ele queria-o todo e eu propus-lhe que o dividíssemos a meias. Não, tinha de ser todo. Eu, que já andava a desconfiar que aquela amizade não era fixe, dei-lhe o pêssego todo mas untado com malagueta. Foi um berreiro, veio o meu pai e o pai dele, o latifundiário, que dizia «deixe lá, são rapazes» mas o meu pai é que não deixou e deu-me uma coça de todo o tamanho, a única em toda a minha vida. Passados dias o meu «amigo» voltou a convocar-me para a brincadeira. Continuei o trabalho que estava a fazer e disse-lhe que não. Os amigos existem na igualdade, no respeito uns pelos outros, portanto ele ficava a saber que deixáramos de ser amigos».

Aos 17 anos foi para Alcáçovas onde se meteu a seareiro nas terras do Branco Núncio, «mas aquilo não era vida e passei a jornaleiro». Ficou livre da tropa, começou a fazer searas com o pai e aos 26 anos casou. Passou por uma empreitada que andava a montar a linha eléctrica Setúbal-Évora, voltou às searas com o pai, até que um dia «andava a charrear com uma parrelha de machos, amarrei-os a uma árvore e mandei recado ao meu pai para que os mandasse buscar, que eu tinha ido para Torres Vedras». O dinheiro que tinha não chegava, vendeu uma saca de adubo e abalou com uma única referência: um primo que andava por Torres Vedras e lhe dissera «aparece». E ele apareceu, e logo no mesmo dia arranhou emprego na Hipólito. Instalou-se, alugou casa e foi buscar a família. E rematou: «Sou do Partido, tenho respondido a todas as chamadas desde o 25 de Abril e já era delegado sindical antes do 25 de Abril».

A mulher, Maria Henriqueta Bento,



Cinco anos de luta

também alentejana, abordou os tempos da luta dos quatro sindicalistas da mesma forma directa:

«Foram particularmente custosos os primeiros 14 meses, onde o que nos valeu foi o apoio dos filhos mais velhos e dos amigos. Mas passou-se tanta coisa! O Joaquim Veloso, "rachado" do Partido, chegou a vir ter comigo a dizer "se o teu marido deixar a luta será imediatamente reintegrado", alguns vizinhos diziam "malandros, estão a arruinar a casa Hipólito", isto é duro de ouvir. Por outro lado o patronato, como o meu marido estava em Lisboa quando se deu a paralisação espontânea, chegava-se a ele a dizer "desiste disto, aproveita, tu nem estavas metido no barulho...". Mas eu sempre disse que a verdade é como o azeite, há-de vir ao de cima. E veio! Quando o senhor Góis me deu a notícia de que ganhámos, chorei de alegria!»

E os seus belos olhos verdes, muito expressivos, ainda prolongavam, húmidos, essa alegria...

Damião Góis, 59 anos, casado, seis filhos (36, 34, 31, 28 e dois gémeos de 21 anos) nasceu em Peniche donde saiu aos 9 anos, já com a 4.ª classe, para a casa de uma tia, em Lisboa. Arranjou emprego em Cacilhas, numa casa de pasto onde fazia de tudo — servia à mesa, ia buscar água com um barril às costas, entrava às 7 e saía à meia-noite. Até que...

«Aos 10 anos vi uma camioneta a dizer "Faro" e pedi bolela, para ir ter com a minha mãe, que estava a viver em Lagos. Foi deitado debaixo dos pés do condutor e do ajudante por causa dos postos de guarda. Em Lagos comecei a trabalhar numa garagem, depois tornei-me aprendiz de pintor de automóveis, daí passei para uma charcutaria onde também fazia tudo e mais alguma coisa, até que vi um anúncio no jornal de Lagos a oferecer trabalho de tipógrafo. Já nem recebi o ordenado nem nada (a minha mãe é que foi buscá-lo à charcutaria)! A partir dos 15/16 anos e da entrada para a tipografia é que despetei para a actividade cívica».

E intensa, como enumerou, o olho azul a sorrir às memórias: integrou grupos desportivos, de futebol, a banda «Lacobrigense 1.º de Maio», fundou, com outros, uma biblioteca que a PIDE violaria e fecharia. Conta episódios interessantíssimos, de que destacamos um:

«Aos 15 anos entrei no MUD. Houve a "Festa da Juventude" do distrito, na mata Bel-Amandil, perto de Olhão. Chega o piquete da PSP a pedir que dispersássemos. Recusámos e veio a GNR, que nos obrigou a ir por um caminho com muros de pedra solta ladeado de ninhos de metralhadora. Fomos a pé até Olhão, onde chegámos com o dobro das pessoas. Numa transversal uma carga da GNR cortou a manifestação em duas, há ordem de fogo e um dos GNRs recusa-se, porque o filho está na multidão. É imediatamente preso, houve disparos de pólvora seca e toda a gente desatou a rir, a gozar com eles. Um analfabeto com grandes dons orató-

rios fez três improvisos, é três vezes preso e três vezes solto pela multidão. Depois vieram os cavalos e o nosso posto de abrigo foi a estação da CP».

Perseguido politicamente, sai de Lagos, vai para Peniche com 20 anos, casa, indo finalmente para Torres Vedras, onde ingressou na Casa Hipólito há 24 anos. A ligação ao Partido vem desde Lagos.

A mulher, Maria Fernanda da Costa, calma e simpática, desfia os tempos difíceis de Peniche, depois de Torres Vedras:

«Quando as coisas estavam a melhorar, apareceu este problema! Para o pão de cada dia sempre houve, mas mais que isso não! Mas, no fim de contas, ele sofreu muito mais que eu. Tivemos, na realidade, muitos amigos, na mercearia nunca nos levantaram problemas, comprámos roupas a prestações, nunca ninguém nos negou nada fiado!»

E ele:

«A solidariedade familiar foi uma coisa muito importante. A compreensão e a solidariedade da companheira foram fundamentais. E de todos.»

Alfredo dos Santos, de 59 anos, é o único torrense do grupo. Conversámos com ele e com a mulher, Maria Deolinda de Jesus, já à pressa, numa visita rápida a casa. Ambos resumiram admiravelmente o que tinham a dizer:

«Aos 10 anos» — contou ele — «ful aprender a padeiro, onde estive até aos 34. Aí entrei para a Hipólito como principiante de torneiro. Ao fim de dois anos participei numa luta de nove meses para se conseguir a categoria de 1.ª».

A propósito das lutas volta atrás, ao tempo em que era padeiro. Conta o confronto com o patrão, que queria que ele assinasse recibos sem qualquer discriminação. «Quando você puser aqui o que eu recebo e as horas de trabalho, então eu assino». «Olha que eu mando-te prender!», ameaçou o outro. «Então mande! Eles até dão cama e comida!».

Retoma a Hipólito, onde o seu primeiro litígio com os «poderes» da empresa ocorreu pela recusa, dele e de outros 26 torneiros, em pagar o imposto profissional. A PIDE veio com ameaças de prisão mas a coisa resolveu-se com a conquista de um aumento, por um lado, e a cedência do pagamento do imposto, por outro.

Depois veio a questão da suspensão, o caso dos quatro sindicalistas. Ambos explicaram como se arranjaram, para além das ajudas e apoios de amigos:

«Eu adomo-me a qualquer trabalho» — começou ele — «fiz ganchos em pinturas e em padaria; aqui somos bastante devedores a um homem, Alberto Carvalho, do Maxial, que, não sendo comunista, sempre nos auxiliou. Estivemos cinco anos sem pagar pão!»

E ela:

«Procurei trabalhar mais, lavei roupa para fora. Mas a minha grande preocupação eram com os outros, que tinham filhos. O Góis, por exemplo. ■



O que é a «Casa Hipólito»

Segundo dados das organizações dos trabalhadores, a Casa Hipólito é uma empresa privada do sector da Metalurgia e Metalomecânica do concelho de Torres Vedras que em 1982 tinha 1338 trabalhadores ao seu serviço e hoje emprega apenas 860. Estes dois valores são por si elucidativos, quer da importância socioeconómica da empresa no concelho, quer da grave crise que a ameaça.

Os dados fornecidos pela própria empresa afirmam que esta apresentou resultados positivos até 1980, começando a partir daí a derrocada, com prejuízos acumulados nos exercícios de 1982 a 1985 na ordem dos 885 900 contos. Durante estes três anos o fundo de manéio foi sempre negativo e os empréstimos contraídos, na maioria a juros a curto prazo, conduziram ao pagamento anual de encargos financeiros atingindo os 33% da facturação, enquanto o aumento das verbas foi apenas de 32,6% e os encargos com o pessoal de 15%. Ou seja: nestes três anos a empresa pagou 962 400 contos de despesas financeiras e teve prejuízos de 751 000 contos.

Perante este quadro, os trabalhadores não hesitam em falar em má gestão das administrações, que levou a empresa a perder capacidade de facturação e autonomia e a lançar-se na voragem dos empréstimos bancários e outros, até ao ponto de já estar em causa o seu próprio património.

Por outro lado a administração agravou as relações laborais com os trabalhadores: em 1981 despediu ilegalmente quatro delegados sindicais (os protagonistas da luta que narramos neste número) e em 1982 despediu 200 trabalhadores contratados a prazo; mudou trabalhadores do local de trabalho sem seu prévio consentimento, utiliza critérios para a justificação das faltas que violam o CCTV para o sector e chegou a 1985 devendo aos trabalhadores metade do 13.º mês de 1984 e os retroactivos de Fevereiro e Março de 1985, referentes ao contrato de trabalho; em Fevereiro de 1986 a administração apresentou uma proposta à Banca onde propunha um despedimento colectivo de 103 trabalhadores e o envio de mais 73 para a reforma antecipada (o que só não se concretizou graças à luta de imediato desencadeada pelos trabalhadores e seus órgãos representativos).

Estudiosos que eles são...

Refira-se, entretanto, o empenho manifestado pelos trabalhadores e suas estruturas sindicais, logo após o 25 de Abril, no sentido de dinamizar a empresa, apontando aos conselhos de administração a urgência de uma reestruturação aproveitando toda a capacidade produtiva da «Hipólito», aumentando-lhe a tecnologia de forma a prepará-la para o fabrico de novos produtos e a abertura de novos mercados. Nada disso foi sequer ouvido — acusam os trabalhadores — e a única «reestruturação» consumada resumiu-se à criação de um organigrama que aumentou o leque da hierarquia da empresa, colocando pessoas em gabinetes sem justificação, admitindo outras por amizade e compadrio — admissões que, segundo os trabalhadores, poderiam ter sido preenchidas por quadros já existentes.

A agravar a situação, não foram criados novos mercados e deixou-se estagnar as vendas, não por falta de mercados mas por manifesta incapacidade das administrações em dinamizar as técnicas da empresa, no sentido do aumento e aperfeiçoamento da produção. Um dado significativo desta situação é o facto de, durante anos, a «Casa Hipólito» não ter tido, sequer, um director comercial — apesar de se ter alargado, incompreensivelmente, o leque da hierarquia...

Entretanto recentemente (em 18 de Agosto de 1986, para sermos exactos) o actual Conselho Administrativo entregou à CT um curioso «estudo de viabilização económica», já apresentado à Banca e a diversos credores,

onde se argumenta que a única alternativa de viabilização assenta na redução de 262 postos de trabalho, o encerramento total do sector de material eléctrico, a redução quase total do sector vitivinícola e... a não aplicação, até 1989, de cada novo CCTV do sector, na empresa! Por miúdos: os trabalhadores deixariam de receber qualquer coisa como 309 000 contos...

Só que este ímpeto de «austeridade» que acometeu a administração da «Hipólito», ao elaborar tal proposta, perdeu o fôlego ao «sair» do sector laboral. Na verdade o «estudo de viabilização» elocubrado pelos administradores prevê, por outro lado, lucros em 1987 (60 000 contos) e em 1988 (120 000 contos) e salvaguarda contrapartidas a todos os credores da empresa menos aos trabalhadores. À Banca são dados 600 000 contos em património, aos fornecedores a possibilidade de converterem em capital social cerca de 30 000 contos, mas aos trabalhadores — que também são credores da empresa — é-lhes aumentada a dívida até 1989.

Uns belos «estudiosos», estes administradores...

Todos os esforços

É clara, a posição dos órgãos representativos dos trabalhadores, sobre o problema. Como se segue:

— «Continuamos a criticar a má gestão do actual Conselho de Administração e a exigir deste o pagamento das dívidas aos trabalhadores.

— «Reafirmamos que a empresa é viável, tem condições para aumentar a produção com uma maior diversificação de produtos, e tem condições de desenvolver a procura de novos mercados, nomeadamente nos países de expressão portuguesa.

— «A situação é viável. Existe uma boa carteira de encomendas. É necessário o saneamento financeiro para a compra de matérias-primas.

— «Que sejam renegociadas as dívidas da empresa, no sentido de diminuir os encargos financeiros que rondam os 25 000 contos mensais, ou seja, 25% da facturação.

— «Os trabalhadores da Casa Hipólito, SARL, nunca fugiram a sacrifícios de contribuir para o desenvolvimento da empresa; por isso, apresentámos uma proposta de 13 pontos, mas a Administração recusou-se a discuti-la.

— «O que os trabalhadores não admitem é que lhes seja exigido o pagamento das custas pelas quais não são responsáveis. Também não aceitamos que a Administração pretenda fazer crer que os problemas existentes na empresa devem-se ao facto de existirem trabalhadores a mais. Se não, vejamos: em 1983 a empresa tinha 1140 trabalhadores, em 1984 1056, em 1985 1000, em Maio de 1986: 966. Neste momento, tem 860. Estes dados só por si desmentem a Administração e põem a claro de que se trata de de uma má gestão.

— «Porque a situação não só põe em causa a subsistência de centenas de famílias, como também o agravamento social que está a criar no concelho de Torres Vedras, desenvolveremos todos os esforços junto do Primeiro-Ministro, Ministério do Trabalho, Ministério da Indústria, Presidente da República, Governador Civil, Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Autarquias Locais, na expectativa de que sejam tomadas medidas urgentes tendentes à viabilização da empresa Casa Hipólito, SARL, e a sua reintegração como agente económico e social de grande peso na região de Torres Vedras.» ■

Colômbia

A unidade popular contra o militarismo

Cerca de 400 activistas e dirigentes populares assassinados foi o trágico balanço com que a Colômbia assinalou a passagem de mais um ano. O Partido Comunista, a União Patriótica e os sectores democráticos dos partidos tradicionais foram os principais alvos desse autêntico plano de extermínio em curso na América Latina que, segundo denúncias repetidamente feitas pelos mais diversos sectores progressistas, dá pelo nome de «Plano Condor» e tem a chancela da CIA/Estados Unidos da América.

A Colômbia é no contexto geral latino-americano um dos casos políticos mais complexos cuja compreensão não é simples para quem a analisa do exterior. Duma forma que corre o risco de se tornar demasiado simplista, pode dizer-se que o drama colombiano tem a sua origem desde longa data na coexistência e convivência mais ou menos obscura entre um poder civil ao serviço do grande capital nacional e dos interesses do imperialismo norte-americano e um poder militar corrupto, fascizante e todo poderoso.

A luta popular e a organização das forças democráticas colombianas, de acordo com as características específicas do país, assumiram formas diversificadas, desde a actividade política legal, semi-legal e clandestina até à luta armada, que teve nas Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) a sua mais significativa expressão.

A dinâmica e importância do movimento guerrilheiro, fortemente apoiado pelas massas populares, forçou o poder civil a reconhecer a necessidade de negociar uma trégua e dar início às conversações para a assinatura de um tratado de paz. Um processo que nas suas vertentes políticas e militares se previa recheado de dificuldades e que exigia, para chegar a bom termo, a tomada de medidas de fundo que passavam, em primeiro lugar, pela depuração das forças militares.

A «boa vontade» política que neste domínio assumiu publicamente o ex-presidente Belizário Betancur, se é certo que permitiu importantes acordos de tréguas, não deixou de revelar-se manifestamente insuficiente e a deixar clara a incompatibilidade entre o processo de paz e a sobrevivência do domínio militarista. A proliferação de organizações paramilitares, as violações às tréguas, os assassinatos de democratas, o recurso à violência mais brutal, em que os militares estão directa ou indirectamente implicados, ilustram sem margem para dúvidas tal incompatibilidade.

Nas eleições realizadas em 1986, que levaram à presidência Virgílio Barco Vargas, o eleitorado colombiano não foi insensível às promessas feitas de melhoria das condições de vida e de defesa e consolidação do processo de pacificação nacional.

Só que as promessas não estão a ser cumpridas. O ano de 1986 terminou com o assassinato do deputado e membro do Comité Central do Partido Comunista Colombiano, Octávio Vargas, e com a tomada pela parte do governo de uma série de medidas anti-operárias e antipopulares.

A «guerra suja»

Os assassinatos, provocações e desaparecimentos registados na Colômbia,

sobretudo de comunistas e de elementos da União Patriótica (organização criada por iniciativa das FARC), são parte integrante, segundo o PCC, de uma verdadeira «guerra suja» contra o povo colombiano.

Uma «guerra» em que estão comprometidas, acusam os comunistas, as cúpulas militares; as associações de militares na reforma; os grupos paramilitares que nas regiões rurais operam livremente, quando não mesmo com o apoio de brigadas do exército; algumas associações de latifundiários que desde o início se opuseram à política de tréguas e de paz; e pela embaixada dos EUA que sempre orquestrou planos anticomunistas e contra os acordos entre a guerrilha e o governo.

Uma «guerra» em que assume responsabilidades o presidente Barco Vargas, ao não adoptar medidas sérias para apanhar os assassinos, desmantelar os grupos paramilitares, depurar as forças armadas dos elementos fascistas e levantar o eterno estado de sítio, caldo de cultura do militarismo.

Como acusa o PCC, Barco Vargas mostra-se débil e vacilante ante os inimigos da paz, mesmo quando se denuncia pelo próprio nome os vários militares comprometidos na onda de violência.

As razões que movem esta «guerra suja», com o evidente objectivo de provocar o rompimento das tréguas entre o governo e os guerrilheiros, estão ligadas com a agudização da luta de classes e com o confronto entre forças democráticas e forças militaristas reaccionárias.

Com efeito, as tréguas criaram me-



A formação da Central Unitária dos Trabalhadores (CUT), em Novembro passado, é considerada como o acontecimento mais importante do movimento sindical colombiano dos últimos 35 anos; no total, engloba mais de 70% da população sindicalizada do país

lhores condições ao movimento operário e popular para a acção de massas e a luta reivindicativa. A formação da União Patriótica, que nas eleições de Março último conquistou 14 lugares no Congresso, a presidência de 24 câmaras e representantes em 170 municípios, e a recém-criada Central Unitária de Trabalhadores (CUT), que congrega mais de 70% dos sindicalizados do país, são dois exemplos significativos que fizeram tremar a reacção na Colômbia, consciente de que uma verdadeira política democrática, independente e de paz representará a

liquidação de todos os seus privilégios.

Daí o recrudescimento da violência fascista, ao que tudo indica no âmbito de uma acção que tem como alvo não apenas a Colômbia mas a generalidade dos países da América Latina.

Plano Condor

Em 28 de Setembro de 1976, poucos dias depois do atentado contra o patriota chileno Orlando Letelier, em Washington, um agente especial do FBI afirmava:

A Operação Condor é o nome de código da organização que tem como função reunir, trocar e manter investigações sobre personalidades de esquerda, comunistas e marxistas. Esta organização surgiu não há muito tempo com base na colaboração entre os serviços secretos da América do Sul.

Segundo um livro recentemente editado na Argentina, do soviético Valentin Mashkin, a Operação Condor tornou-se em algo muito mais sério e tenebroso desde que a CIA conseguiu transformá-la numa rede continental única, que actua na base de acordos intergovernamentais. «Condor», afirma-se no livro, é uma organização terrorista multinacional, o que demonstra claramente que o terrorismo foi elevado pelo imperialismo norte-americano ao plano da política internacional. Aí está o Irangate a prová-lo.

Ainda em 1976, um jornalista inglês denunciava no diário londrino «The Guardian» a existência de uma operação destinada a «fazer desaparecer»

os patriotas capazes de inspirar e aglutinar o povo em campanhas de resistência contra os militares. A experiência inicial teria sido feita durante o golpe contra o governo de Goulart no Brasil, seguida pelo derrube do governo de Allende no Chile e pelo colapso geral no Cone Sul do continente.

Assassinatos como o do general boliviano Juan José Torres, do general chileno Carlos Prats, do general panamiano Omar Torrijos, do presidente do Equador Jaime Roldós, do arcebispo salvadoreño Arnulfo Romero e o desaparecimento do líder comunista paraguaio António Maidana, são alguns dos muitos exemplos apontados que reforçam a convicção da existência de tão sinistro plano. A Colômbia não é excepção. A prová-lo estão as centenas de crimes por explicar e por punir, a par da defesa pública da necessidade de uma «solução final» para o processo de rebelião, como advoga o general na reforma Fernando Reyes, reconhecido como homem do Pentágono e actual chefe da conspiração de direita na Colômbia.

A importância da unidade de todas as forças democráticas, a todos os níveis, não coloca dúvidas e os patriotas colombianos não se poupam a esforços para a consolidar, com resultados positivos que já se tornam evidentes. Mas não menos importante também é a solidariedade internacional para com os comunistas da Colômbia, primeiro alvo do militarismo fascista, e para com todos os democratas. A defesa da paz, da liberdade e da democracia não têm fronteiras.

Alguns dados

País — Colômbia.

Fronteiras — Venezuela, Brasil, Peru, Equador, Panamá. É banhado pelo Pacífico e pelo Mar das Caraíbas.

Capital — Bogotá.

População — 27 520 000 habitantes em 1983.

Principais produtos — Café, marijuana (*), bananas, petróleo, carvão, níquel, ouro, platina, prata, esmeraldas.

Dívida externa — 14 500 milhões de dólares (cerca de 50% do Produto Interno Bruto); o serviço da dívida consome cerca de 60% do montante das exportações.

Desemprego — 16% da população activa, ou seja, mais de dois milhões de pessoas.

Analfabetismo — 19,2% da população, em 1982.

Dominação estrangeira — As empresas norte-americanas controlam 80% da exportação de bananas; 98% da mineração do ouro, prata e platina e 98% da produção de electricidade e gás da Colômbia, entre outros sectores ■

(*) A droga é o segundo maior produto da «economia subterrânea», produzindo lucros incalculáveis.

■ Carlos Almeida

REGIÃO ALGARVIA

É urgente
o desenvolvimento

Visitasse o príncipe árabe da história da infância o Algarve de hoje, desde o dia em que mandou plantar pelos campos em redor do seu castelo amendoeiras que devolvessem a alegria à sua amada princesa saudosa do país longínquo para sempre perdido, e por certo não reconhecera o outrora seu reino.

Os tempos são outros. Das amendoeiras que plantou poucas restam já. O seu Algarve está agora, em grande medida, coberto de grandes extensões de estufas em que se cultivam produtos hortícolas e frutícolas, e de laranjeiras, nesta época carregadinhas de frutos. Contudo, se penetrasse um pouco mais no interior, talvez a surpresa não fosse por aí além perante as técnicas de amanho da terra aí praticadas. É assim o Algarve. Uma terra de contrastes, desde logo bem visíveis na paisagem rural.

A agricultura algarvia vive hoje, por assim dizer, entalada entre a gula da especulação imobiliária que dia-a-dia devora as melhores terras de cultivo e a ausência de uma clara perspectiva apontada ao desenvolvimento da região.

Entretanto, são já visíveis as consequências desastrosas de uma adesão à CEE negociada contra os interesses do povo e do país. Os esforços individualizados de centenas de pequenos e médios agricultores pela modernização das suas explorações e o progresso da sua terra, confrontam-se quotidianamente com a incúria e a passividade de uma política na verdade pouco interessada no desenvolvimento do Algarve e do país.

Um pouco de tudo isto e o mais que já de seguida se lerá, viu e ouviu a reportagem do «Avante!» em terras algarvias.

Para quem, como nós, visita o Algarve em busca da realidade que não vem no postal ilustrado, contacta directamente com as gentes, neste caso os agricultores, ouve deles o relato quantas vezes amargurado, das duras e frustrantes condições em que trabalham, o que surpreende, é o empenho e a vontade em desenvolver e modernizar a agricultura.

Falando com alguns jovens agricultores da região, muitos deles empenhados em explorações de ponta em alguns casos para a exportação, não deixa de impressionar a forma como dizem «olhe, vamos trabalhando, como o meu pai vendo o que o vizinho faz, fazendo as nossas expe-

riências, perdendo aqui e ali, sem apoios nem auxílio de ninguém». Palavras como estas, vindas de um jovem agricultor algarvio, Fernando Santos, constituem um libelo acusatório apontado a governos e políticas abundantes em intenções de modernização e de apoio à juventude, mas avessos a medidas práticas viradas para esses objectivos.

E enquanto isso, enquanto não se define uma clara política para o desenvolvimento da região, enquanto se permite que a actividade turística continue a assentar na especulação imobiliária, as terras vão escasseando.

Alinhadas à berma da estrada sucedem-se à vista do viajante tabuletas

○ REGADIO SEM ÁGUA



Luis Camões: «o pequeno agricultor é o que arrisca e o que menos ganha»

«vende-se, for sale», à espera do turista que compre aquele terreno quantas vezes repleto de laranjeiras ou outras culturas, para aí construir a sua casa de férias.

Por tudo isto, a agricultura é o sector, como nos dizia José Palma, tudo Executivo da Direcção Regional do Partido, que «melhor reflecte as assimetrias do Algarve». Começemos pelo litoral.

Regadio sem água

Aí se assiste, desde 1979 em particular, ao desenvolvimento de agricul-

tura de regadio, ao ar livre ou em estufas. O tomate, o feijão, o papiro, o pimento, a alface, juntamente com o morango, a uva de mesa e o melão são as principais culturas desta região que ocupa uma área aproximada de cem mil hectares.

Trata-se em grande medida de um sector novo, exigindo consideráveis investimentos iniciais.

Um sector em crescimento, que não em desenvolvimento, senão vejamos.

É Fernando Santos quem diz, «um dos nossos maiores problemas é a água, faltam barragens para armazenar e aproveitar a água, toda a gente aqui faz furos, há aí alguns com mais, oh!, muito mais de cem metros de profundidade».

E por aqui se percebe o que atrás dizíamos. O sector em grande crescimento na agricultura da região, o do regadio, debate-se de forma aguda com a falta de estruturas de aproveitamento do bem mais essencial, a água. A procura da água é deixada, assim, à iniciativa de cada um e os custos desta anarquia completa estão ainda por verificar. O certo é que os mais velhos lembram-se de encontrar água aos cinquenta, setenta metros de profundidade e hoje existem furos com cerca de trezentos. Naturalmente que aqui começa a entrar um outro factor: é que fazer um furo custa em média 3 mil escudos o metro, isto sem contar com a tecnologia necessária ao bombeamento da água.

Fernando Santos produz cerca de 30 mil quilos de morangos. E é ele quem nos diz «isto está muito mal para nós os pequenos, quem se dá bem são os como esse aí ao lado, têm muito dinheiro e conhecimentos». Referia-se Fernando Santos ao maior produtor nacional de morangos. A sua exploração fica paredes meias com a do Fernando Santos. «Na apanha chegam a andar aí umas 500 mulheres, vêm lá do Alentejo ganhar 800\$00 à hora e vivem naqueles armazéns, vê?, como aquele, dormem

lá umas 150 em camas amontoadas».

Mas o que faz um jovem agricultor dedicar-se à agricultura de ponta? «Comecei com os morangos porque ouvi dizer, os engenheiros não dizem nada, a gente vai ouvindo e experimentando». Perguntamos: os engenheiros não apoiam, como? «Pois, olhe, o ano passado deu um mal aí nuns pés que secaram, fui a Faro, deixei lá umas amostras e disseram que iam mandar para Lisboa para fazer análises. Até hoje. Este ano está a aparecer o mesmo mal e não sei o que hei-se fazer. Ainda assim, quem nos ajuda ainda são os homens que vêm aí vender os produtos, às vezes também apanhamos grandes barretes».

E deste mal se queixam todos os agricultores com quem falámos. Na verdade, os serviços de extensão rural, desenquadrados e sem meios técnicos não têm condições para desempenhar realmente a sua tarefa. «Logo depois do 25 de Abril ainda aí vinham os engenheiros, agora nada e quando vêm, o que aconselham é sempre mais caro».

Indagámos das condições de escoamento dos produtos e a resposta foi igual a tantas outras que ouvimos, «então, os intermediários como é que há-se ser?»

Este, que é um problema comum a todas as regiões do Algarve, assume uma gravidade particular quando se trata de um sector em crescimento. O estrangulamento das vias de escoamento e comercialização denuncia a evolução anárquica destas produções.

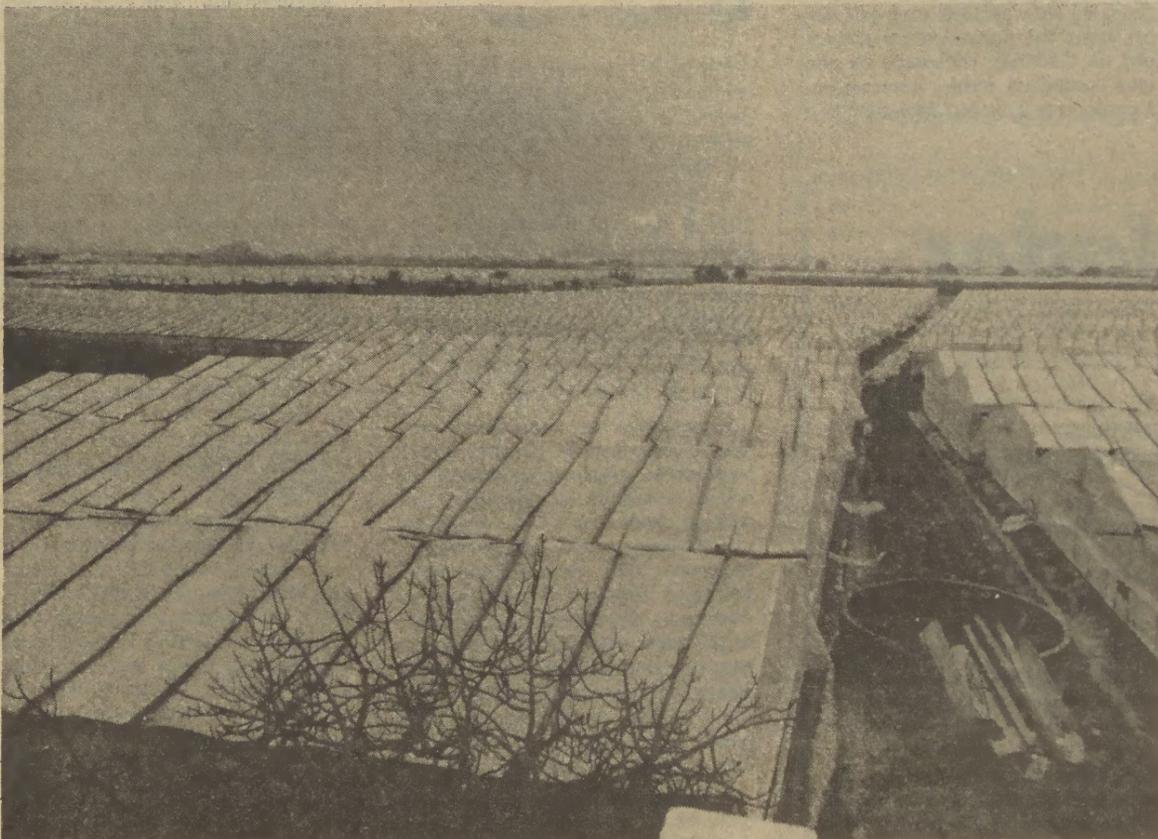
Os esforços para penetrar no mercado externo fazem-se, muitas vezes, a expensas dos próprios agricultores, como no caso de uma exploração de tomate-cherry que visitámos cujo agricultor exporta para Inglaterra custeando ele próprio o transporte.

Ainda não morreu ninguém?

«A amêndoa, a alfarroba e alguns produtos hortícolas, poucos, são para comercializar, o resto é para consumo próprio», palavras de José Manuel Domingos, jovem agricultor da freguesia do Azinhal, concelho de Castro Marim, bem no nordeste algarvio. Palavras que, em toda a sua simplicidade, espelham a vida de populações cada vez mais empobrecidas por uma política que de regionalização parece só conhecer a palavra.

«Podíamos produzir mais coisas, como tomate, melão, melancia, batata, mas não há escoamento para os produtos. Quanto ao resto estamos nas mãos dos intermediários, são eles que impõem os preços, os agricultores são viganzados».

Nesta zona algarvia «chega-se a andar oito e dez quilómetros a pé para ir ao médico e quem pode vai de taxi, em Castro Marim e Alcoutim não



Agricultura de regadio em regime forçado, um dos sectores em crescimento na agricultura algarvia. Só que crescimento não é desenvolvimento



Barragem do rio Arado no concelho de Silves. A construção de barragens como esta é desde há longo tempo adiada por sucessivos governos

há nenhuma farmácia. Nesté Algarve que os turistas não conhecem, não existe luz em muitos sítios e na freguesia do Azinhal, não obstante as constantes promessas do presidente da Câmara de Castro Marim do Partido Socialista não existe água canalizada, nem saneamento básico, «muitos furos já têm a água estragada, mas o presidente responde que ainda não morreu ninguém».

Aqui a principal fonte de rendimento é a venda dos frutos secos, a amêndoa e a alfarroba, mas, mesmo com esses produtos há problemas. Quanto à amêndoa, afirmou-nos José Manuel Domingos que «há muitos problemas, a produção faz-se à balda, não temos possibilidade para fazer a selecção das espécies de melhor qualidade, muitas terras não são tratadas porque os agricultores são já idosos e também porque alguns proprietários não tratam das suas terras e deixam secar as árvores».

Sobre a alfarroba, «o ano passado investiu-se muito nisto, este ano o preço está muito mau, os intermediários pedem-nos 700 escudos por quilo e o ano passado o preço chegou aos 1200 escudos».

«Para mim isto é tudo uma questão de falta de apoio e de incentivos», sentenciou José Manuel Domingos que logo acrescenta «a agricultura aqui é pobre mas podia desenvolver-se». O como vem logo de seguida. «Olhe por exemplo com a água, quando é que constroem as barragens? A do Beliche, acabaram de a construir no Verão e ainda não está a funcionar, aqui há uns meses esteve que tempos a deitar água que não foi aproveitada. E outro problema é o dos caminhos para escoar os produtos e levar os animais».

A serra cada vez mais pobre e abandonada. No concelho de Castro Marim as crianças vão à escola de táxi porque o presidente da Câmara insiste em não comprar carrinhas que, além do mais, serviriam para levar as pessoas ao médico.

Eu já vendi isto

Produz-se no Algarve 50 por cento da produção nacional de fruticultura. Trinta por cento da produção de laranja vem de Silves. Foi aí que nos deslocámos, contactando directamente os problemas dos agricultores.

Luís Camões recebe-nos bem disposto, mas as suas palavras causam de imediato apreensão. «Então, isto é o diabo, empato dinheiro nas terras, nas máquinas e depois vêm os intermediários oferecem-me 20 escudos o quilo com que depois vão vender a 100 lá para Lisboa, eu sou o que arrisco e o que ganho menos.» Do portal da sua casa observam-se as árvores dobradas com o peso das laranjas. «Então, aqui as árvores fazem as vezes de frigorífico. Se houvesse aí uma rede de frio eu podia vender os produtos, assim, a oferecerem-me 20 escudos o quilo não posso, não ganho nada, aí ficam à espera que o preço melhore.»

Um outro agricultor, dir-nos-ia, «olhe, mesmo agora recebi facturas de 30 escudos e de 60 escudos entre poucos dias, os intermediários dão desculpas, mas vá lá a gente saber».

Luís Camões afirma-nos nos primeiros momentos da nossa conversa. «Eu já vendi isto. Treze mil e quinhentos contos.» A propriedade tem três hectares e com ele vendeu Luís Camões o seu tractor e a casa. então o que vai fazer agora? «Vou-me dedicar aí ao turismo.»

Este agricultor vendeu a sua propriedade a um estrangeiro. «Ah, mas ele vai fazer tudo menos agricultura.» Indagamos dos motivos porque decidiu Luís Camões vender as suas terras. «Então, isto já não dá nada. Então agora com a CEE, como é que eu faço? Já o ano passado houve aí muito pessoal que não conseguiu vender laranja D. João e nêspers, porque dizem que veio mais barato da Espanha. Com as novas normas tinha que reconverter o pomar todo e eu não tenho dinheiro para isso, o juro é muito alto, nem sequer posso pedir empréstimo.»

Do estrangeiro vem mais barato

A ameaça dos produtos vindos da CEE e a crescente procura, por parte

de estrangeiros, de terrenos de cultivo são duas realidades preocupantes, hoje, no Algarve.

De todos os agricultores com quem falámos chegou-nos a mesma preocupação. José Manuel Domingos dizia, «da Espanha vem morango, da Holanda batata, o melão não se consegue vender, o que é que a gente há-de produzir?». Mourinho, um pequeno agricultor do concelho de Silves à nossa pergunta sobre as consequências da integração, retorquia «a CEE é que está a entrar por aí dentro, muita gente já se queixa com a laranja espanhola».

Fernando Santos diz-nos «olhe se há alguém que ganhe com a CEE não somos nós os agricultores, os intermediários esses sim, já estão a encher-se». Como assim? «Já andam para aí alguns a comprar calibradoras, para depois comprarem a fruta por calibrar que é para nos explorar ainda mais.»

Esperançados a princípio, iludidos muitos, os agricultores algarvios começam já a contactar de perto com a dura realidade imposta pela adesão

ao Mercado Comum. Para lá das consequências directas de adesão, queixam-se, sobretudo, da falta de apoio do Governo. «Lá nos serviços do Ministério dizem que cá não há agricultores, há é curiosos, mas o que é verdade é que ninguém nos apoia, ninguém diz o que é que se deve produzir, quais são as melhores terras», dizia-nos Fernando Santos. De muitos agricultores com quem falámos ouvimos dizer, «com as normas da CEE agora não nos aceitam o produto se não tiver lá umas condições à maneira deles, mas quem é que nos empresta o dinheiro para reconverter as culturas? Então eu vou agora ter que mandar tudo à rua, anos de trabalho, tanto dinheiro investido, porque me vêm dizer que não senhor, que do estrangeiro vem mais barato?».

Ouvir as queixas, assim directas dos agricultores algarvios, é ver quan-

Falam os jovens agricultores

«Tudo isso que se diz sobre o apoio aos jovens agricultores é mentira. Conheço muitos que não receberam nada do que lhes tinham prometido. E quer saber uma coisa? Há por aí um projecto qualquer para instalar 20 jovens agricultores por ano. Sabe o que isso quer dizer? É pouco mais que um por concelho.»

A resposta veio de lá imediata, brusca mesmo. Perguntávamos a José Manuel Domingos o que pensava ele sobre os tão falados apoios aos jovens agricultores.

Por razões diversas muitos jovens dedicam-se, hoje, à agricultura na região do Algarve. Porque no tempo dos pais já era assim, porque não há grandes alternativas de emprego, ou simplesmente porque se gosta da lida da terra.

Das conversas que travámos com esses jovens uma ideia ressalta sobre esta matéria. Para condizer com o ambiente, «muita parra e pouca uva».

De todos os lados ouvimos queixas sobre a formação profissional que não existe, sobre os subsídios que vêm atrasados, sobre o apoio que não se conhece. Fernando Santos dizia-nos «há um ano que me inscrevi num curso de formação profissional e ainda estou à espera».

Quanto ao resto (apoio técnico, orientação) é o mais que já se conhece. Zero, ou quase.

Como a regionalização, a juventude, afinal, não passa de um slogan eleitoral para o Governo de Cavaco Silva. Quanto à realidade, essa, que a contem os jovens agricultores do Algarve. ■



José Palma do Executivo da DORAL e Fernando Santos. «Se há alguém que ganhe com a CEE não somos nós os agricultores»

to a adesão foi negociada contra os interesses do País e do Povo. O que se prepara, a perspectiva negra que se anuncia no horizonte, é a ruína de muitos produtores. Ou desde já a venda das terras.

E aqui deparamo-nos com duas situações. Ou alguns dos melhores terrenos agrícolas da região são vendidos (na sua maioria a estrangeiros mas também a portugueses) para serem transformados em estância de turismo, seja a casa particular, seja o aldeamento, ou muitos estrangeiros compram as terras a preços exorbitantes para instalar a sua própria empresa agrícola. Em 1983, o investimento estrangeiro na agricultura algarvia situava-se na ordem dos 33 por

cento. Entre os quatro projectos que foram entregues em Bruxelas para requerer subsídio da CEE, um era de um estrangeiro. É pertença de um estrangeiro o melhor viveiro de citrinos do País. São números que dão bem a ideia da dimensão — que se crê esteja a aumentar — da intervenção de capital estrangeiro na agricultura da região, vindo na sua maioria de Espanha, Holanda e Inglaterra.

Sobre os fundos comunitários, os rios de dinheiro que vinha já aí, o melhor é ouvir a opinião dos directamente interessados. «Digam-me como é que os agricultores, muitos deles analfabetos, vão fazer um projecto para a CEE? Encomendar a engenheiros? Mas se eles pedem 5 por cento sobre o montante da empresa.» Acresce a estes factos que o subsídio da CEE implica que se disponha à partida do capital inicial para o investimento.

Os mercados de origem, medida que decorre das imposições da CEE, e apresentados por alguns como remédio para todos os males não adiantam, por si só, nenhuma solução para os múltiplos problemas dos agricultores. Há mesmo quem pense que apenas virão beneficiar a cadeia parasitária de intermediários que, assim, evitarão algumas «despesas» já que toda a produção se encontra aí centralizada. Importa ainda dizer que com os mercados de origem, mais facilmente os produtos do estrangeiro entrarão em Portugal competindo com a produção nacional.

Negociada contra o interesse na-

cional pelas consequências que são já visíveis nos campos, entre os agricultores, com propriedade se pode dizer que a adesão à CEE, por si só e pela forma como foi negociada constituiu um autêntico crime contra o progresso e desenvolvimento do nosso país.

E pode dizer-se também que ainda agora a procissão vai no adro.

A agricultura algarvia não pode continuar a evoluir ao sabor das circunstâncias. É necessário planificar, discutir com os agricultores e com as populações da região, os projectos e as opções a tomar. Isto é uma verdade que se aplica não só à agricultura, como também ao turismo e às pescas, como se verá em próximos trabalhos. ■

Justiça

Com a colaboração habitual de certa imprensa portuguesa, a organização terrorista de Jonas Savimbi, que dá pelo nome de Unita, divulgou em Lisboa um apelo comovente à comunidade internacional para que intervenha em defesa da justiça e dos direitos humanos em Angola. A razão do dito, segundo os próprios afirmam, está no julgamento de uma vintena dos seus sequazes a decorrer em Luanda e de que, reconhecem, tiveram notícia pela imprensa angolana. Num súbito interesse pela sorte dos elementos presos, por cuja falta não haviam dado contas a ninguém, porventura por os julgarem mortos o que não seria razão para notícia, Savimbi sobe à ribalta, isto é, à imprensa, e alerta que o mais seguro é que os tribunais angolanos profiram sentenças de morte. Aproveita e acusa de falta de liberdade de expressão, atropelos à liberdade de pensamento, direitos humanos, etc., etc..

Para fazer crer que em Angola se condena à morte por isso. A imprensa, atenta, reproduziu. Só se esqueceu de dizer que em Angola, como em qualquer país, as ideias ainda não destroem casas, empresas, centros vitais para a economia e que as palavras podem moer, mas não matam. E é por crimes de morte e sabotagem que os membros da Unita estão a ser julgados.

Os maiores!

Atenção, classes médias! Desde o dia 8 de Janeiro tendes à vossa disposição uma Associação Portuguesa das Classes Médias, que até está

filhada na União Europeia das Classes Médias. Entre os lusos dirigentes da recém-nascida associação surgem, segundo o pretensamente jornal «O Dia», o dr. Luís Gallego, o embaixador Paulo Enes e o dr. Adriano Moreira.

O principal objectivo da agremiação é «a defesa da liberdade dos interesses da classe média», de acordo com a supra-citada fonte, que acrescenta ser ela uma «cria» do CDS (a associação, que da fonte nem se fala). Grande associação deverá esta ser!... E grandes dirigentes os seus!... E grandes interesses vai defender!... Os maiores!

Falta de... chá

Presunção e água benta, cada qual toma a que quer, diz o ditado. E a gente já se acostumou a cheirar a presunção à légua, nos autodenominados analistas políticos da nossa praça. Que a água benta, como todos sabem, não tem cheiro.

A pestilência da presunção é tal, por vezes, que dá para surpreender. A «análise» costuma ser, à direita, o método de embrulhar as ideias, muito rapidamente, para depois extrair e apresentar ao leitor a conclusão mágica. De tão batido, o sistema, acaba por aborrecer. Mas quando se lhe mistura a presunção...

Tem isto a ver com o «editorial» de Vítor Cunha Rego, no «Semanário», no qual pretende provar que as medidas encetadas na URSS, por Gorbachov, o levarão ao fiasco. Tanto o embrulho das ideias, como a conclusão não merecem comentário. O modo, porém, de

Pontos Cardeais

as alinhar, presumindo sobre a realidade e sobre a teoria, é um espanto. Assim, segundo VCR, «Kruschev tentou, e Gorbachov tenta, um revisionismo que salve a URSS da desordem ou, em alternativa, de ser forçada a desencadear o holocausto nuclear»... Assim, segundo VCR, «o erro de Lénine foi duplo», porque não se terá verificado «a famosa exportação de capital em que assentou boa parte da sua análise do imperialismo»... Assim, segundo VCR, que «explica» como a «falta de álcool» e a «escassez de café» se alia «à crescente escassez de bens de consumo», esta «escassez» é «causada pela desburocratização que esse Governo tenta alcançar»... Seria, então, caso para dizer — preso por ter cão e preso por não ter... Não se sabe onde VCR descobriu na URSS falta de café. Talvez tivesse feito melhor em pedir algum chá. Que é o que lhe faz falta. Para diluir a presunção «ideológica».

Desejos e... realidades

Certa imprensa é tão abusiva no tomar os desejos por realidades que nem repara no que escreve e apresenta-se como o gato escondido — fica-lhe o rabo de

fora. Que é como quem diz: acaba por ficar com a mentira à mostra.

No «Correio da Manhã», por exemplo, sob um título que pretende mostrar a CGTP agradada com o ano de 1986 — e deixar os leitores a pensar que afinal a Inter está de acordo com Cavaco Silva — acaba por denunciar, na prosa, que os sindicalistas estão satisfeitos com as lutas e com as vitórias levadas a cabo sobre o governo e o patronato.

No mesmo dia, «A Capital» titula pomposamente: «Franceses manifestam-se contra vaga de greves». Aí o leitor não ficará muito descansado pois será levado a perguntar quem as faz — ou, pelo menos a interrogar-se se metade dos franceses faz greve e a outra metade protesta... Mas, vai-se a ler e constata-se que «mais de» 20 mil pessoas se manifestaram em Paris com slogans de «CGT/KGB». Se pelo cartaz se não visse «quem» se manifesta, o seguimento da notícia, que indicava ter havido uma manifestação convocada pela Frente Nacional, de extrema direita, com nada menos de três mil pessoas. A protestarem contra as greves.

Contra as greves que, ainda há pouco tempo, levaram à rua mais de meio milhão de... franceses!

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

O Barreto perdeu autoridade.

Não o digo eu: é a realidade.

A decisão que a Assembleia avança não é senão

um voto de desconfiança.

Esta, a linguagem fria ajustada ao assunto.

Com o Barreto nem presta a ironia: é gastar cera com ruim defunto...

II

Ouvi já que Cavaco fez promessa e depois não cumpriu.

Que admiração, homessa, onde é que já se viu?

A minha admiração, o meu espanto noutro sentido pois: era ele, depois de prometido tanto, tivesse feito alguma coisa...

A demagogia não lhe está na pele porque a demagogia — é todo ele...

III

Diz o Ferraz em amena conversa na TV que o progresso se faz... com quê?

Pois com despedimentos facilitados: há mais investimentos com mais desempregados e com os aumentos dos investimentos utilizados,

os desempregados que eram, há momentos, passam a empregados...

Um raciocínio tão complicado era mesmo escusado.

Está na lógica afinal dos que consomem o sistema de trevas que amealha na tarefa da aranha que assim tece teia que tanta aflige.

Só lhes interessa o lucro. E o homem? o homem que trabalha ou que envelhece?

Pois esse que se lixe...

IV

Havia bola. Havia muito sol para um jogo de gala.

Também o povo às vezes se regala com uma tarde de alto futebol.

Havia bola. Corre a bola já... e o Cavaco foi lá...

Pacíficos, ao ataque, uns pelo Porto, outros pelo Benfica. Naturalmente. A claque calada é que não fica.

Eis Cavaco aparece — e de repente, sem ninguém combinar une-se toda a gente para o assobiar...

Enquanto a bola rola o Cavaco já tem para o tabaco porque o Cavaco, enfim, pode ir à bola o povo é que não vai à bola com o Cavaco...

O GOVERNO SÓ ESTÁ
A DAR PRIORIDADE
AOS DESFAVORECIDOS

DESEMPREGADOS
DO NORTE

DESEMPREGADOS
DO SUL

DESEMPREGADOS
DO CENTRO

DESEMPREGADOS
AS REGIÕES
AUTÓNOMAS

Palau

Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 681

15 de Janeiro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



**1.ª ASSEMBLEIA
DO SECTOR INTELECTUAL DO PORTO
DO PCP**

COM O PCP, POR ABRIL

18 JANEIRO (DOMINGO) 10 H.
FACULDADE DE ECONOMIA DO PORTO

18 H. - ÁLVARO CUNHAL

Sexta ¹⁶

• LISBOA

Debate: A Constituição. Integrado numa série de iniciativas programadas pelo CLL com vista ao reforço do Partido e da capacidade de intervenção dos seus militantes, o debate de hoje tem a participação do camarada José Magalhães, advogado, actualmente deputado, que em defesa das posições do PCP participou na elaboração da Constituição de Abril — quer no 1.º texto quer na sua revisão.

No Centro de Trabalho de Benfica a partir das 21 horas.

Sábado ¹⁷

• LOURES

Campanha de Solidariedade com o Chile, em curso, con-

forme notícia que noutro local publicamos: sessão pública em Moscavide, promovida por uma comissão unitária.

• MATOSINHOS

Reunião geral de militantes para análise

da situação política, o desenvolvimento das lutas, o plano de trabalho para 1987. Promovida pelo organismo de direcção dos Sectores Profissionais de Matosinhos, a reunião vai decorrer no Centro de Trabalho de S. Mamede de Infesta e terá a participação do

camarada José Timéteo, do CC.

• FIGUEIRA DA FOZ

Plenário de quadros do concelho para discussão da situação política, lutas dos trabalhadores e das populações, plano de trabalho para



1987. As 15 horas no Centro de Trabalho.

Cunhal, secretário-geral do Partido.

• TORRES NOVAS

Reunião de quadros do concelho. As 15 horas no Centro de Trabalho.

• CORUCHE

Reunião concelhia de quadros. Para discussão do plano de trabalho para 1987 e preparação da 3.ª Assembleia da Organização do concelho, marcada para 15 de Maio.

• TOMAR

Almoço de confraternização de homenagem ao maestro Lopes Graça pelo seu 80.º aniversário. No refeitório do Convento, a partir das 12.30 (na página 3 desta «Agenda» o programa mais completo da homenagem de Tomar, sua terra natal, ao maestro.

Terça ²⁰

• ALPIARÇA

Assembleia da Organização do Partido no Sector Agrícola (UCPs/Cooperativas): balanço do trabalho dos últimos anos, plano de acção para 1987, eleição do novo secretariado da célula.

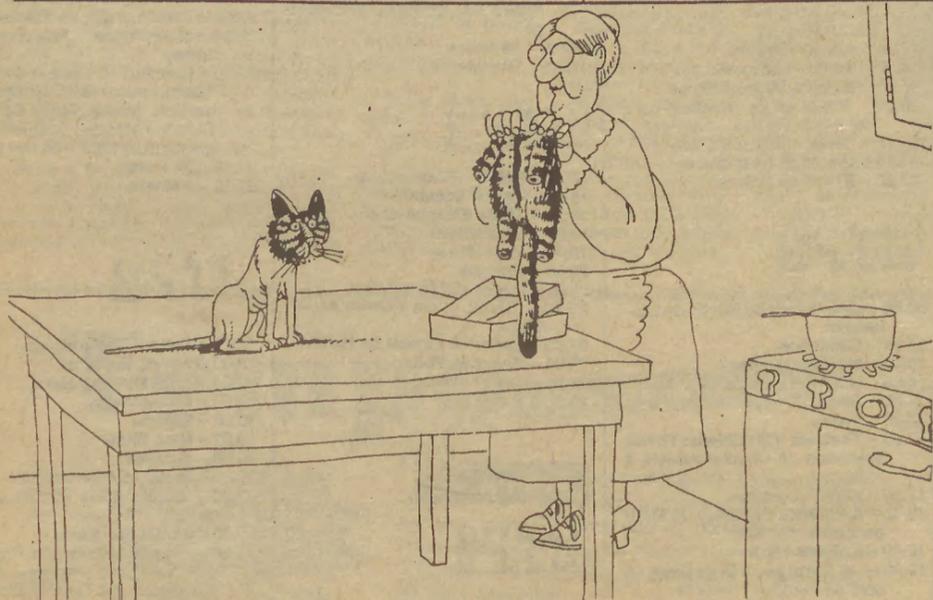
As 21 horas, no Centro de Trabalho.

Domingo ¹⁸

• PORTO

1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto do PCP. Na Faculdade de Economia. Participa o camarada Alvaro

ANTOLOGICA



TV Programa

Quinta
RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho» (9.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas» (4.º epis.)
20.55 - Europa
21.50 - Telemundo
22.20 - Série: «Kane e Abel» (6.º epis.)
23.20 - 24 Horas
23.50 - Remate.

RTP2

14.00 - Série: «Recordações»
15.00 - Agora, Escolha!

16.30 - Trinta Minutos com...
17.00 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Music Box
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - A Quinta do Dois
23.30 - É de Ler.

Sexta
RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal

20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 - Este é o Meu País
21.10 - «Fantástico 85» - I (Programa de variedades produzido pela RAI)
22.10 - Hitchcock Apresenta
22.45 - 24 Horas
23.15 - Remate.

RTP2

14.00 - Série: «Recordações»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Trinta Minutos com...
17.00 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Music Box
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Contraponto
22.30 - Série: «O Bravo Soldado Schweick»
23.30 - Uma Boa Ideia.

Sábado
RTP1

09.00 - A Quinta do Dois
11.15 - Juventude e Família
13.00 - Sumário
13.10 - Jornalinho
14.00 - Parlamento
14.30 - ABZ: No final: «Tudo em Cima»
19.00 - Super Trinta
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - 7 Folhas
20.55 - Faz de Conta
22.50 - Série: «Rebeca - Nome de Código» («The Key to Rebecca» - 1.º epis.)



23.50 - Cinema: «Ter e Não Ter». Adaptação de Faulkner/Hawks/Furthman de uma história de Hemingway. Real. Howard Hawks. Intérp. Humphrey Bogart, Lauren Bacall (EUA/1945, 100 min.).

RTP2

12.30 - Os Anos Não Contam
13.20 - Meu Bicho, Meu Amigo
13.35 - Novos Horizontes
14.05 - Troféu: Rugby, Torneio das 5 Nações (Inglaterra-Escócia)
20.00 - Homenagem a Garcia Lorca: «Balcon Abierto». Realizado por Jaime Camino. Filme anunciado (e não exibido) há semanas
21.30 - 01 Magazine de Informática
21.45 - Jazz: Apresentação de Paulo Gil
22.40 - Vídeo Clube
22.55 - Troféu.

Domingo
RTP1

09.00 - Missa de Domingo
09.55 - Série: «A Vida Animal»
10.20 - TV Rural
10.55 - Juventude e Família
12.10 - 70 Vezes 7
12.35 - O Almoço Está na Mesa
13.00 - Viva a Música
13.55 - Série: «Os Roberts»
14.00 - Arco Íris
15.35 - Cinema: «Atraiçoada». Real. de Gottfried Reinhardt (EUA/1954)
17.30 - Amigos Disney
19.00 - Série: «Espaço»
20.00 - Boletim Meteorológico
20.35 - Histórias de Cidades, de J. Hermando Saraiva - Santarém
21.15 - Série: «Paraíso Adiado»
22.15 - Domingo Desportivo
23.20 - Dizem os Astros.

RTP2

08.55 - Esqui: Taça do Mundo de Lauberhorn
13.15 - Caminhos
13.30 - Música Country
14.05 - Uma Dia na Vida de...
14.35 - Série: «Cindy»
15.20 - Troféu
17.00 - Fantasia e Realidade: Filmes animados da Checoslováquia e Holanda
17.30 - Série: «Lovejoy»
18.30 - A Herança Científica do Mundo Árabe: (2.º epis.)
19.00 - Entrada Livre
19.20 - Ler Portugal: A Beira Baixa na obra de Fernando Namora
19.50 - Série: «O Triunfo do Ocidente»



Eunice — «Mãe Coragem» na TV — segunda à noite, RTP-1

20.40 - Série: «O Diário Secreto de Adrian Mole» (1.º epis.)
21.05 - O Mundo é um Palco (último episódio)



22.00 - Cine-Clube: Ciclo George Cukor: «Sylvia Scarlett». Intérp. Katherine Hepburn, Cary Grant (EUA/1936, 90 min.).

Segunda
RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.35 - Teatro: «Mãe Coragem e Seus Filhos», de Bertold Brecht. Transposição para TV do espectáculo encenado por João Lourenço recentemente apresentado no Nacional. «Mãe Coragem» é Eunice Muñoz. Co-produção Teatro Nac. D. Maria II-Novogruppo
23.45 - 24 Horas
00.15 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «Recordações»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Trinta Minutos com...
17.00 - Countdown
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Série: «A Espada de Honra»
22.30 - Segunda Volta
23.00 - Série: «Benson»
23.30 - É de Ler.

Terça
RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»

13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 - Portugal Sem Fim
21.45 - Série: «Dempsey e Makepeace»
22.45 - 24 Horas
23.15 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «Recordações»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Trinta Minutos com...
17.00 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinema: «Um Dia Difícil». Real. René Allio. Intérp. Simone Signoret (França/1973, 105 min.).

Quarta
RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.05 - Vamos Jogar no Totobola
20.15 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.00 - Cinema: «O Mistério do Navio Abandonado». Real. Michael Anderson. Intérp. Gary Cooper, Charlton Heston, Michael Redgrave (EUA/1959, 105 min.).
22.45 - 24 Horas
23.15 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «Recordações»
15.00 - Agora, Escolha!
17.00 - Trinta Minutos com...
17.00 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Ópera: «Cavalaria Rusticana», de Pietro Mascagni; e «Os Palhaços», de Leoncavallo, ambas produzidas e encenadas por Franco Zeffirelli.

O COMUNISMO NUM MUNDO EM MUDANÇA

Boris Ponomarev



edições *Joanne!* PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Através deste livro, já editado em oito países, o leitor ficará a conhecer melhor a verdade sobre o comunismo, a URSS, o Partido Comunista da União Soviética, sobre os pontos de vista e a luta dos comunistas de todo o mundo.

a TV

1.º momento: em França...

Os ideólogos das novas esquerdas e das novas direitas juram pelas alminhas que os partidos comunistas dos países europeus estão em declínio, que perdem influência na sociedade, etc., etc. O exemplo de França vem logo à cabeça...

Ora eu vejo na televisão o Chirac a dizer que todo o movimento grevista em França é encabeçado pelos comunistas.

Vá, meus senhores, resolvam lá isso de uma vez por todas. Afinal a influência é assim tão pouca, ou é assim tão grande?

2.º momento: em Portugal...

Reforma Agrária discutida na Assembleia da República com os resultados pouco agradáveis para o Ministério da Agricultura, como se sabe.

Pois bem. Barreto e sua gente não se esquecem da cassete: os outros partidos andaram a reboque do Partido Comunista, isto fora uma vitória para o Partido Comunista.

Capoulas, o da CAP, veio debitar o mesmo discurso-papão no *Jornal das Nove*.

Agrários e seus mandatários guiam-se todos pelas mesmas artimanhas.

3.º momento: e no entanto...

...E no entanto, nós também vimos, por acaso, na televisão, uma grande manifestação dos ferroviários em que se não via um único símbolo partidário. À frente, um cartaz imenso. Unidade para vencer a direita...

E no entanto, no *Jornal das Nove*, já referido, o deputado comunista João Amaral respondeu ao Capoulas que a votação sobre a Reforma Agrária fora, sim, «uma vitória das forças democráticas».

Pois. A direita tem medo da unidade democrática como o diabo tem medo da cruz...

Diga-se o que se disser, a realidade é a realidade

Beleza compareceu nos serviços informativos da televisão para explicar a questão dos médicos despedidos.

Não explicou coisa nenhuma. Se havia sinais de ruptura em muitos hospitais, a causa não estava na falta súbita dos médicos mas... na desorganização dos serviços!!! Só não explicou em que se baseava a desorganização dos serviços...

Argumentos, não tinha. Tinha sofismas. Por exemplo: os médicos não tinham sido despedidos porque não eram... funcionários públicos!

Ou seja: com o subterfúgio de classificação de uma realidade, pretendeu fugir à própria realidade. Mas a realidade não se compadecerá com sofismas...

A «solução»

Durante cerca de meia hora, o dr. Ferraz da Costa, presidente da CIP, esclareceu os portugueses sobre a sua posição e a posição daquela sigla.

Não trouxe nada de novo, é certo. Mas os portugueses ficaram a saber cousas tão surpreendentes como: o desemprego é um factor de progresso...

E mais: na sua opinião o balanço destes doze anos pós 25 de Abril era negativo...

Mais ainda: que o objectivo da revolução de 1974 fora a destruição das empresas...

Gastaria todo o espaço reservado a esta rubrica, se quisesse mencionar todas as enormidades do dr. Ferraz. Quero apenas salientar mais ainda um pormenor: a frieza, a desumanidade, com que ele encara as terríveis feridas sociais do nosso país. Vê-se logo que está ao abrigo das preocupações financeiras.

Nada ilustrará melhor esta frieza do que a forma como ele se referiu à questão dos salários em atraso.

Quando o repórter lhe perguntou qual a solução para as empresas com salários em atraso, a sua resposta foi imediata: Fechando...

Depois aventou mais duas hipóteses: os trabalhadores que se queixassem à Inspeção-Geral do Trabalho ou novo acordo entre os trabalhadores e a empresa, esquecendo-se tudo o que está para trás...

A hipocrisia e a imoralidade social rebentam por todas as costuras. Nem é preciso pôr mais na carta para se ficar a conhecer um pouco da crueldade dos processos velhos em vias de recuperação...

O mal e a caramunha

Para encerrar, por agora, este caso lamentável, apenas um pormenor mais.

A certa altura, o dr. Ferraz da Costa declarou que «se desconhece o montante exacto do crédito malparado».

Disse mais. Disse que, em determinados momentos, «foram atribuídos, com base em critérios políticos, os recursos financeiros».

Não se trata de uma denúncia, que há muito está feita. O que é impressionante é ver como certas forças políticas fazem o mal e a caramunha...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

1987: a Constituição na berlinda

Vários dirigentes da direita, nomeadamente do PSD, abriram o ano falando sobre o velho tema da revisão da Constituição. Alguns deles, face à maioria democrática existente na Assembleia da República, não vêem mesmo outra saída que não seja a realização prévia de eleições.

Jardim, Portas & C.: a Constituição, eis a questão!

«Em terceiro lugar, a Constituição é a condicionante das estratégias políticas. A razão é evidente: o Parlamento que temos é composto por uma larga maioria de esquerda. Não há nada que garanta a sua bondade na questão constitucional. Onde, mudar a relação de forças é melhorar as condições de revisão constitucional. Inversamente, contar com o actual Parlamento, é meio caminho andado para não haver revisão, ou até para legitimar uma revisão regressiva. Neste ponto, não pode haver ingenuidade. Tomar a Constituição como prioridade, aproveitar a oportunidade aberta em 1987, significa, politicamente, defender eleições antecipadas.

E assim, a Constituição deixará de ser uma parte do problema, e passará a ser uma parte da solução.»

(Paulo Portas, «Semanário», 10/Janeiro)

«Defendendo uma coligação com o CDS como forma de se alcançar uma maioria, o líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, voltou ontem na "RR" — durante uma entrevista ao programa Cartas na Mesa que conta com a colaboração do "CM" — a polarizar as atenções através do seu estilo muito peculiar.

(...)

Para João Jardim, e uma vez que o Partido Socialista de Vítor Constâncio se radicalizou à esquerda, assumindo uma atitude de oposição frentista, o único caminho aberto para os sociais-democratas arranjar uma maioria seria a coligação com o CDS de Adriano Moreira, que em seu entender, apesar das sondagens lhe darem um baixo resultado, tem a vantagem de ser ideologicamente puro.»

(«Correio da Manhã», 12/Janeiro)

«O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, afirmou ontem, no Funchal, que, "sem um Governo maioritário, a revisão constitucional não terá resultados positivos".

Falando no decorrer de um encontro com os jornalistas, João Jardim acrescentou que Portugal precisa de ganhar duas batalhas importantes: a da adesão à Comunidade Económica (através da introdução de reformas estruturais para adaptação da economia nacional) e a revisão constitucional (introduzir alterações no sistema político para consolidar o regime democrático).

Para o presidente do Governo Regional, sem um Governo maioritário, a revisão constitucional não terá resultados positivos, afirmando haver apenas uma solução: a realização de eleições.

Salientando que o Primeiro-Ministro "entende não ser este o momento ideal para a convocação de eleições legislativas", Jardim recordou ser ainda importante a posição a assumir pelo Presidente da República.

(«O Seculo», 13/Janeiro)

PSD: a guerra dos tachos já começou

«O Conselho Nacional do PSD, que reúne este fim-de-semana em Lisboa, terá lugar sob tensão entre os grupos de Lisboa e de Coimbra.

O clima entre estes dois grupos deteriorou-se nos últimos dias e, segundo apurámos, poderá vir a ter consequências no próprio Governo. Recorde-se que Fernando Nogueira e Pedro Santana Lopes são ambos conselheiros próximos de Cavaco Silva.

Um dos pontos de fricção é a recente nomeação do deputado Manuel Pereira, afecto ao grupo de Coimbra, para a liderança da

bancada social-democrata no Parlamento Europeu, em detrimento de Rui Almeida Mendes, antigo vice-presidente do PSD e conotado com o grupo de Lisboa.»

(«Semanário», 10/Janeiro)

«A UGT — leia-se a tendência socialista maioritária na central — manifestou ontem o propósito de poder vir a denunciar em breve o acordo tripartido (Governo, sindicatos e patronato) sobre política de rendimentos para 1987 assinado no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS).

O Secretariado da central sindical, que ordenou a convocatória de uma reunião extraordinária com os presidentes e secretários-gerais dos sindicatos filiados, a realizar nos próximos dias 23 a 25 do corrente, remete para o Governo a responsabilidade na possível ruptura do acordo assinado no CPCS por pretender substituí-lo, acusa, por um "tecto salarial".

Ao sustentar a sua posição, o Secretariado da UGT diz manifestar com "profunda preocupação" a "forma incorrecta e abusiva como alguns gestores públicos e associações patronais estão a utilizar o acordo sobre política de rendimentos", ao dificultarem a negociação colectiva e, assim, "pondo em causa os objectivos e os princípios" que presidiram à assinatura daquela instrumentação.

O comunicado daquele órgão da UGT, dando conta da "imminente ruptura" do acordo, refere que na reunião com os sindicatos filiados será "analisada profundamente a evolução da negociação colectiva no quadro do acordo sobre política de rendimentos" celebrado no CPCS em 29 de Julho de 1986.

Na mesma reunião do Secretariado será analisada a denúncia do citado acordo "se até essa data subsistirem os bloqueamentos à sua aplicação correcta e integral".

Por último, o comunicado do Secretariado da UGT afirma que "o Governo é responsável pelas consequências graves para o País que resultarão, inevitavelmente, da denúncia do acordo", situação — acrescenta — que "originará tensões acrescidas e divisões, com reflexos negativos no processo de desenvolvimento e de modernização da economia".

Recorde-se que o acordo celebrado em Julho no CPCS previa, para o presente ano, um escalonamento de aumentos salariais nas regiões dos instrumentos de trabalho consentâneos para os valores da inflação esperada ao longo do ano (entre dez e oito por cento), acrescidos dos ganhos reais e dos valores de produtividade (um a três por cento).

(«Correio da Manhã», 13/Janeiro)

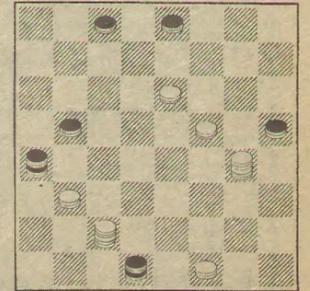
Damas

LXXXV — 15 de Janeiro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 85

Por: Luís António David
1.º Prémio «Cidade de Tomar», 11.III.1951
(Problemas Clássicos)
Pr: (3)-(16)-17-20-30-31

Br.: 2-(7)-12-(13)-18-22



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 85

1.º Campeonato Nacional «Oficioso»

Br.: Adelino José Ribeiro
Pr.: Dr. Orlando Augusto Lopes

3.º Jogo/1.ª Volta

(Abertura Sortada/2 lances)

1. 10-14,23-19; 2. 14,23,28-19; 3. 9-13,19-15; 4. 12-19,22-15; 5. 11-20,24-15; 6. 5-10,32-28; 7. 1-5,21-18; 8. 13-22,26-19; 9. 5-11,28-24; 10. 11-20,24-15; 11. 6-11,15-6; 12. 2-11,25-21; 13. 11-15,19-12; 14. 8-15,21-18; 15. 3-7,27-22; 16. 5-9,30-26; 17. 7-11,22-19; 18. 15-22,26-19; 19. 10-13,18-14; 20. 11-18,19-14; 21. 18-22,14-10; 22. 13-18,10-5; 23. 18-21,5-1; 24. 21-26,31-27; 25. 22-31,29-22; 26. 31 = EMPATE!

GOLPE N.º 85

Por: António Eduardo Igrejas

Porto Brandão, 1953.IV.12

1. 10-14,22-18; 2. 5-10,27-22; 3. 12-15,31-27; 4. 1-5,23-20; 5. 14-19,18-14; 6. 11-18,20-11; 7. 7-14,22-15; 8. 9-13,21-17; 9. 4-7,28-23; 10. 7-12? Perden! (Br. 2-3-5-6-8-10-12-13-14-18 Pr.: 15-17-23-24-25-26-27-29-30-32) J.Br.G.

Damas Internacionais: Groningen (Holanda) Nov./Dez. 1986, Campeonato do Mundo: 1.º D.Y.B.M.A.N. (URSS) 28 pts.; 2.º A. Baljakin (URSS) 26 pts.; 3.º M. Korienievsky (URSS) 25 pts.; 4.º R. Clerc (Holanda) 24; 5.º A. Gantwarg (URSS), G. Jansen (Holanda), N. Mitsjansky (URSS) e Van der Wal (Holanda) todos com 23 pts. Eram 20 concorrentes. Em último o brasileiro J. Leandro com 3 pts.

SOLUÇÕES DO LXXXV

N.º 85 (LAD): 22-27,17-10; 7-14,31-13; 14-1,16-7; 2-6,3-10; 1-3 + Golpe n.º 85 (AEI): 10.23-19; 11. 14-23,27-20; 12. 12-19,26-22; 13. 18-27,30-14; 14. 10-19,17-1=D ++

A. de M.M.

Xadrez

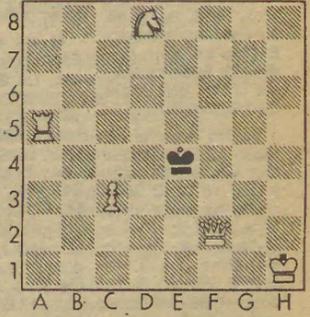
LXXXV — 15 de Janeiro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 85

Por: A. d'Orville

«Recueil», 1842

Pr.: (Rex Solus); Réa



Br: (5): Pç3-Cd8-Ta5-Df2-Rh1

Mate em 2 lances

JOGO N.º 85

Torneio «Terra dos Homens»/

Montréal, 1979

Br.: J. Timman

Pr.: A. Karpov

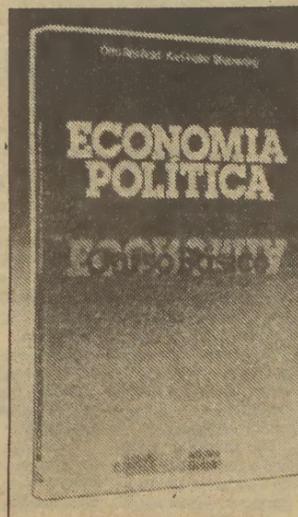
1. c4,Cf6; 2. Cç3,é5; 3. Cf3,Cç6; 4. é3,Bé7; 5. d4,e4; 6. C:d4,0-0; 7. C:c6,b:c6; 8. Bè2,d5; 9. 0-0,Bd6; 10. b3,Bd6; 11. Bd2,d:c4; 12. b:c4,Tb8; 13. D:c1,Cg4; 14. g3,Té8; 15. Cdl,C:h2; 16. ç5,C:f1; 17. ç:d6,C:g3; 18. f:g3,D:d6; 19. Rf2,Dh6; 20. Bd4,Dh2+; 21. Ré1,D:g3+; 22. Rd2,Dg2; 23. Cb2,Ba6; 24. Cd3,B:d3; 25. R:d3,Tbd8; 26. Bf1,Dé4+; 27. Rç3,ç5; 28. B:c5,Dç6; 29. Rb3,Tb8+; 30. Ra3,Té5; 31. Bb4,Db6 e, perante as diversas ameaças, as Brancas abandonam: 32. ...D:b4 ou 32. ...a5 ou 32. ...ç5 ou 32. ...T:é3 ou 32. ...Ta5 ...!

...0...

SOLUÇÃO DO N.º 85

Chave: 1. Dd5! blocus com sacrifício
1.R:d5 (forçado); 2. Dd4+

A. de M.M.



Otto Reinhold/ Karl-Heinz Stiemerling

ECONOMIA POLITICA

Curso Básico

Contém uma análise detalhada da crise geral do capitalismo, incluindo o estudo da crise de 1974.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTIFICO

20 | edições **Avante!**